

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG**

ARETHUSA EIRE MOREIRA DE FARIAS

**OS INCOMODADOS QUE RESISTEM:
CONTRADIÇÕES E TERRITORIALIDADES CAMPONESAS
NO PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA NA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA – PB
2010**

ARETHUSA EIRE MOREIRA DE FARIAS

**OS INCOMODADOS QUE RESISTEM:
CONTRADIÇÕES E TERRITORIALIDADES CAMPONESAS
NO PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA NA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima
Ferreira Rodrigues**

Coorientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão

**JOÃO PESSOA – PB
2010**

*F224i Farias, Arethusa Eire Moreira de.
Os incomodados que resistem: contradições e
territoriali-dades camponesas no Projeto de
Irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba / Arethusa
Eire Moreira de Farias -.João Pessoa, 2010.
129f. : il.
Orientadora: Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Co-orientador: Josias de Castro Galvão
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN
1. Campesinato. 2. Conflitos de terra - Pivas.
3. Movimen-tos sociais. 4. Fruticultura irrigada.*

ARETHUSA EIRE MOREIRA DE FARIAS

**OS INCOMODADOS QUE RESISTEM:
CONTRADIÇÕES E TERRITORIALIDADES CAMPONESAS
NO PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA NA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Orientadora**

**Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Coorientador**

**Prof^ª. Dr^ª. Emília de Rodat Moreira
Examinadora Interna**

**Prof^ª. Dr^ª. Alexandrina Luz Conceição
Examinadora Externa**

**JOÃO PESSOA – PB
2010**

**Aos meus pais,
Arcano e Ana.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, ajudaram-me a começar e a concluir a dissertação ou seguraram a minha onda nos momentos de frustração. Aqueles que aqui são citados foram importantes não só enquanto pesquisadora-discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, mas, sobretudo, enquanto pessoa.

À minha orientadora professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, por me receber sem saber nada de mim.

Aos camponeses das várzeas de Sousa, em especial: Neta, seu Geraldo, Cassilda e Célia, que se tornaram amigos pessoais e às crianças que me chamavam para brincar depois das entrevistas.

Aos meus professores, que fizeram a diferença durante a minha graduação em Cajazeiras no campus da UFCG, em especial Francisco Augusto de Souza, por sempre ter me incentivado a buscar atividades extracurriculares na extensão, Prolicen e monitoria. Hoje sou grata pela convivência das tarde repletas de atividades na sala do Probex junto com outros bolsistas.

Ao professor Josias de Castro Galvão, também da UFCG, por permanecer na humildade do campus de Cajazeiras semeando as mentes na sala de aula e nos seus Pibics da vida. Obrigada pela sua resistência apesar dos pesares. Obrigada pelas orientações, para estruturação do anteprojeto, pelos livros emprestados para fazer a seleção e por me conceder um pouco do seu tempo mesmo diante da perda do seu pai. Levo seu exemplo comigo!

À professora Emília, meu primeiro contato com alguém do mestrado meses antes da seleção e quem eu reservo grande admiração e respeito como pessoa e profissional.

A todo o corpo docente do PPGG, pelas aulas maravilhosas, e a Sônia, secretária do programa, por atender às minhas solicitações antes mesmo de fazer parte do quadro discente, a Sônia, todo o meu carinho e amizade.

Aos integrantes e “integrantas” do Gestar, grupo de pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq que me acolheram sem cerimônia nos seus círculos de amizade. A Saló, Mayra e Manoel Junior, pelo bom humor de todos os dias e pela ajuda mútua nas conversas pessoais, nas fofocas e nas discussões inerentes às atividades do grupo. Obrigada por sustentar o espírito da coletividade que o Gestar deve apresentar.

É fundamental agradecer e dedicar este trabalho à minha família, meus investidores e fiadores. Falar dos meus irmãos é falar das partes que me compõem. A Ana, minha irmã

preferida, pessoa na qual sempre me espelhei por estar sempre à frente das iniciativas acadêmicas. Ao meu irmão favorito, Areano, pela ternura e cuidado, por me levar de cúmplice nas aventuras do nosso universo inventado. A esse agradeço por lavar a louça nos momentos em que estou estudando e por varrer o nosso apartamento nos dias de crise alérgica.

Ao meu namorado e companheiro Danilo que sempre conta comigo e com quem eu posso contar. Obrigada por me salvar das crises, por ter me levado “muito além, nos confins inexplorados da região mais brega da borda ocidental desta galáxia, onde há um pequeno sol esquecido”, “away over the rainbow”, e além dos espelhos... Um dia, nessas tardes, eu vou vencer você no xadrez.

À minha mãe, por não desistir de mim, por me ensinar o amor, por ser a minha amiga e meu sustentáculo vital, por tornar a minha existência mais doce. Você está sempre onde sempre estou!

Ao meu pai (*in memoriam*), por ser o primeiro cientista que conheci e pela sua estranha forma de ensinar sobre o significado da vida. Obrigada pela sua missão. Sinto saudade, mesmo assim!

À minha melhor amiga Gracielly, pela parceria nos artigos criada durante as bolsas do Probex, e na caça aos eventos... Por estar comigo na corrida da pós-graduação nos bastidores escutando minhas dificuldades e lamúrias. Sem você o meu Lattes não seria o mesmo. Sua amizade é essencial, dedico todo esse trabalho a você. Assim como dedico a Liliane (e Amanda) e a Bel.

Agradeço a Deus e à espiritualidade superior, pela sábia articulação que me fez chegar a essas pessoas importantes na minha vida.

Aos que fazem da ciência um instrumento catalisador de cidadania.

Aos que têm compromisso com a ciência e com o fortalecimento da Geografia, obrigada!

E, ironicamente, ao Capes, pelos dias de bolsa. Grata!

DEAR LANDLORD

Dear landlord,
 Please don't put a price on my soul.
 My burden is heavy,
 My dreams are beyond control.
 When that steamboat whistle blows,
 I'm gonna give you all I got to give,
 And I do hope you receive it well,
 Dependin' on the way you feel that you live.
 Dear landlord,
 Please heed these words that I speak.
 I know you've suffered much,
 But in this you are not so unique.
 All of us, at times, we might work too hard
 To have it too fast and too much,
 And anyone can fill his life up
 With things he can see but he just cannot touch.

Dear landlord,
 Please don't dismiss my case.
 I'm not about to argue,
 I'm not about to move to no other place.
 Now, each of us has his own special gift
 And you know this was meant to be true,
 And if you don't underestimate me,
 I won't underestimate you.

DYLAN, Bob. **Dear Landlord.** In: *John Wesley Harding*.
 Columbia Records, December 1967.

RESUMO

A dissertação em questão se propõe a analisar o conflito por terra entre camponeses e Governo do Estado no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (Pivas) idealizado na década de 1950 e oficializado no final da década de 1990. O objetivo do Pivas é a produção de frutas irrigadas para exportação. Para alguns autores projetos do gênero do Pivas fazem parte do processo de reestruturação da base produtiva do Nordeste. Em 2002 as obras foram paralisadas por ordem do Tribunal de Contas da União por constatação de irregularidades e em 2004 iniciou-se o conflito por terras protagonizado pelas famílias camponesas motivadas pela insatisfação e articuladas pelos movimentos sociais. Em 2010 a luta dos camponeses completou seis anos. A entrada das famílias camponesas no processo produtivo do Pivas representa tanto uma contradição do projeto como dos movimentos sociais, e ainda uma estratégia silenciosa de luta, e é nesse cenário que se pauta o objetivo central desta pesquisa: Analisar o conflito por terra no Pivas protagonizado por famílias camponesas e pelo Estado, destacando os pontos de contradição na formação da territorialidade camponesa nos processos de negociação com o governo do Estado e o Incra. Como resultado das contradições do agronegócio e das estratégias dos camponeses surge um novo sujeito camponês que passa a mesclar o mosaico de nomenclaturas campesinas nacionais, o camponês irrigante das Várzeas de Sousa.

Palavras-chave: Nordeste. Fruticultura irrigada. Campesinato. Contradições.

ABSTRACT

The paper purports to examine the conflict over land between peasants and the State Government in the Irrigated Meadows Sousa (PIVAS) conceived in the 1950s and formalized in the late 1990s. The aim of the PIVAS is the production of irrigated fruits for export. For some authors the genre of waterbuck projects are part of the restructuring of the productive base of the Northeast. In 2002 the work was stopped by order of the Court of Audit (TCU) for finding irregularities in 2004 and started the conflict over land played by peasant families motivated by dissatisfaction and articulated by social movements. In 2010 the peasants' struggle six years old. The entry of the families in the productive process of PIVAS represents both a contradiction of the project as social movements, and a strategy of silent struggle, and it is in this context that guides the central objective of this research: Analyze the conflict over land played in the waterbuck by peasant families and the state, highlighting the points of contradiction in the formation of peasant territoriality for negotiation with the State Government and INCRA. As a result of the contradictions of agribusiness and strategies of the peasants there is a new subject peasant who comes to merge the mosaic of national classifications peasant, the farmer irrigating the meadow Sousa.

Keywords: Northeast. Irrigated horticulture. Peasantry. Contradictions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01: Placas indicativas do acesso aos lotes do Pivas localizado na BR-230 entre os municípios de Sousa e Aparecida	52
Ilustração 02: Primeira planta dos estudos preliminares Pivas lançada em 1997.....	56
Ilustração 03: Rede de distribuição de água do Pivas.....	57
Ilustração 04. Plantação de girassóis da Santana Sementes para biodiesel	58
Ilustração 05: Imagens da mobilização do dia 24 de maio de 2004 na BR-230; presença da polícia na manifestação	65
Ilustração 06: Tipos de habitação no acampamento Nova Vida I	70
Ilustração 07: Dinâmicas e sociabilidades diversas no acampamento Nova Vida I: Cooperativa de mulheres, lugar de cultos religiosos, escola e centro de reuniões	71
Ilustração 08: Acampamento Pau d'Arco, habitações e disposição das casas e arruamentos parecidos com o Nova Vida I	73
Ilustração 09: Produção do acampamento Nova Vida I	79
Ilustração 10: Milho. Produção do acampamento Nova Vida I	79
Ilustração 11: Cooperativa de mulheres; enquanto uma desfia os tecidos para fazer o abanhado das redes, outra desenha e pinta	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Divisão dos lotes no antigo Projeto do Pivas	59
Tabela 02: Divisão dos lotes do Pivas, projeto atual	59
Tabela 03: Divisão atual dos lotes do Pivas	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
Súmula dos capítulos	10
 CAPÍTULO 1 - ABRINDO ESPAÇOS E CONSTRUINDO TERRITÓRIOS: ASCENSÃO DA IRRIGAÇÃO E FRUTICULTURA IRRIGADA NO INTERIOR DO NORDESTE	 12
 1.1 A mudança no “dizer Nordeste”: reestruturação produtiva e as desigualdades subsequentes	 21
1.1.1 Um dizer Nordeste	21
1.1.2 Reestruturação produtiva e os pontos “luminosos” do Nordeste	41
1.2 Projeto de irrigação Várzeas de Sousa – Pivas: Uma contextualização	
 CAPÍTULO 2 – CONSTRUINDO OS ACAMPAMENTOS NO PIVAS: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA TERRA	 53
 2.1 Trajetórias de lutas e estratégias	 53
 CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO PIVAS: A GESTAÇÃO E REPRODUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE CAMPONESA	 77
 3.1 Entre acampamentos e camponeses: entre formas e conteúdos	 77
3.2 Pensando campesinato para pensar o camponês irrigante do Pivas	81
3.3 O camponês irrigante das Várzeas de Sousa	93
 CAPÍTULO 4 – (DES) CAMINHOS PARA AS CONCLUSÕES	 100
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

Pensar Nordeste e as suas contradições no seu espaço agrário passa obrigatoriamente por uma revisitação teórica sobre a história econômica e política de combate às secas realizada pelo Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), e as ações contra o subdesenvolvimento econômico idealizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Como reflexo dessas ações foram surgindo ao longo da história discursos e imagens que passaram a caracterizar a região nos romances, nos jornais, incentivando estudos e pesquisas com a finalidade de se conhecer a região, tanto de cunho acadêmico como para fins governamentais, contribuindo para a institucionalização de um imaginário político, cultural e, por extensão, científico sobre o Nordeste.

As políticas de desenvolvimento regional entre as décadas de 40 e 60, que marcaram a estruturação da economia nordestina, passaram por duas fases importantes: primeiramente, com as políticas de solução hidráulicas gerenciadas pelo DNOCS para o combate das consequências das secas; em seguida, com as políticas e ações desenvolvimentistas da Sudene. Essas ações de desenvolvimento buscaram integrar economicamente a Região Nordeste com a economia nacional.

Dessa forma, o desafio colocado para a Sudene foi o de superar o atraso econômico, resolver os problemas estruturais, as desigualdades sociais, regionais e de renda e a inserção da região na economia mundial. Para isso, as ações do GTDN/Sudene, sob a responsabilidade do economista Celso Furtado, pautaram-se na construção de estradas e portos, instalação de polos industriais e o consequente fortalecimento urbano.

Durante essa fase, a Região Nordeste serviu como palanque de discursos políticos sobre as necessidades de mitigação dos flagelos naturais e proposições de ações para o fortalecimento dos setores da economia já consolidados. Para isso, “seca” e “necessidade” foram palavras veementes utilizadas nos discursos políticos como palavras-chaves para a consignação de recursos para obras públicas. Contudo, durante o período militar a Sudene é capturada pelas elites regionais e tem seus objetivos desvirtuados.

As mudanças progressivas no comportamento das economias mundiais trouxeram consigo a necessidade de fazer o capital circular em novos espaços e formar novas frentes atrativas criando circuitos produtivos alternativos. No Nordeste, essas mudanças vão ocorrer com a quebra dos paradigmas econômicos de intervenção do Estado que fortemente

determinaram a economia regional para atitudes mais liberais a partir das décadas de 1980 e 1990 com o crescimento da industrialização a partir dos movimentos de descentralização industrial motivados pela disputa fiscal entre os lugares e a imposição de um modelo cada vez mais competitivo com os mercados mundiais.

Com o avanço do meio técnico científico, novas interpretações à paisagem produtiva e novas redes de interesses entre os espaços vão sendo traçadas; a seletividade espacial do capital mundializado aparece como principal mentor dessa era. Contudo, com a modernização e a globalização das economias e os atributos das políticas liberais e neoliberais, passou-se a ter contato com novas tendências dentro do comportamento das economias emergentes agravando o crescimento geográfico desigual e combinado.

No campo nordestino, a modernização conservadora da agricultura segue em ritmos progressivos. O sistema fundiário centralizado pelas oligarquias tradicionais muda a sua função econômica, sem mudar a sua estrutura conservadora. Assim, é nesses grandes latifúndios guardados há séculos pelas oligarquias que encontraremos as demonstrações dessa agricultura moderna com os projetos de agronegócio. A modernização dos meios de produção na agricultura, o aprimoramento das técnicas de manejo e aumento nos investimentos em pesquisas agropecuárias, contribui para o entendimento do que seria uma agricultura científica que protagoniza a reestruturação da base produtiva regional nessa era de políticas liberais.

Contudo, podemos dizer que as tentativas de homogeneizar a economia tornam-se frustradas. A economia mostrou índices satisfatórios na balança comercial da região¹, como também pode ser notado no PIB regional apesar de as desigualdades econômicas e sociais não terem sido resolvidas. No espaço agrário do Nordeste essas desigualdades estão explícitas.

As ações advindas da expansão da agricultura moderna e científica possuem atitudes seletivas de terras e de mão de obra. Um exemplo desses empreendimentos de agricultura moderna são os projetos de fruticultura irrigada que têm demonstrado grande expansão nos últimos anos. Nos dizeres de Elias (2006), a agricultura científica se consolida de forma seletiva espacial e socialmente excludente privilegiando alguns segmentos sociais e políticos. Para as classes camponesas, essas ações vão implicar em mais desigualdades resultantes das expropriações, expulsões e demais violências, bem como em revoltas. Em resposta a essa violência, as atitudes camponesas vão se concentrar na tentativa de preservar a terra de morada e de trabalho e na luta para voltar a terra.

¹ Como apontam os estudos de Araújo (1997, 2000) que serão citados ao longo do trabalho.

Nesse contexto de modernização e desigualdades, e reestruturação da base produtiva do Nordeste e seus conflitos no campo, é que acolhemos o tema e o objeto da dissertação aqui proposta. O Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa, localizado entre os rios do Peixe e Piranhas, entre os municípios de Sousa e Aparecida na BR-230 distando de João Pessoa 430 km, objetiva o aproveitamento agrícola empresarial de cerca de 5.000 hectares. Trata-se de um projeto de economia mista, que alia os incentivos fiscais do Estado e a iniciativa privada.

No entanto, no momento da sua trajetória de estruturação durante o ano de 2002, as obras foram paralisadas por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) por constatar irregularidades. Em maio de 2004 as famílias camponesas que foram expropriadas ou expulsas das terras para a construção do projeto estavam vivendo nas periferias das cidades vizinhas (Sousa e Aparecida); essas buscaram apoio nos movimentos sociais do campo e passaram a integrar a paisagem do Pivas reivindicando o retorno à terra pela reforma agrária ou pela inserção do grupo camponês – agora intitulado de sem-terra – no processo produtivo.

Os acampamentos das famílias camponesas demonstram a insatisfação e a desigualdade do modelo proposto pelo agronegócio e seus dilemas. Porém, como refere Fernandes (1996, 2000 e 2001), é no acampamento que temos o instante de aprendizado político e de criar coletividades, é onde se acham territorializados os elementos que reforçam a nacionalidade da utopia camponesa².

As famílias camponesas se territorializaram no Pivas com o intuito de entrar na terra e de nela permanecer e, para isso, foram sendo criadas atitudes estratégicas de permanência como: organização do trabalho coletivo, formação de comissões representativas, mutirões para estruturação e manutenção das casas; como também argumentos estratégicos durante as negociações com o Incra e as unidades representativas do Estado que polemizam e trazem contradições ao papel dos movimentos sociais no campo e a reprodução da identidade camponesa do Pivas.

Para contemplar essas temáticas ao longo da dissertação, abastecemos-nos de fontes que pudessem situar-nos na atual conjuntura de proposições para o desenvolvimento regional. Para isso, os argumentos e os debates, que levam a questionar e a refletir o papel dessas políticas de desenvolvimento, levaram também a refletir sobre o reflexo histórico do

² De acordo com Ianni (2004), a utopia camponesa pode ser considerado um elemento dinâmico da história da humanidade, considerando as suas aspirações de mudanças sociais, o grau de organização dos camponeses durante as principais revoluções vivenciadas na Europa, na Ásia e nas Américas.

comportamento do Estado, que, em contrapartida aos efeitos naturais das secas formaram e institucionalizaram a imagem do Nordeste no imaginário nacional.

Dentro dessa reflexão das intervenções do Estado no Nordeste e nascimento de um imaginário coletivo regional, percorremos caminhos teóricos de ciências irmanadas da Geografia como a História, a Economia, a Sociologia e a Filosofia. Essas credenciais teóricas podem ser situadas ao longo do trabalho, contudo concentramos essa discussão no primeiro capítulo onde contamos com a influência dos seguintes autores e temáticas:

Araújo (1997 e 2000) buscou inventariar o desenvolvimento econômico do Nordeste apontando a mudança dentro dos padrões industriais e agroindustriais. Nesse mesmo pensamento temos também Cavalcanti (1996). Lisboa (2007) traz uma grande contribuição ao trazer na sua tese de doutorado a trajetória do discurso do desenvolvimento regional na formulação de políticas simuladoras de falsas esperanças de progressos econômicos.

Esses autores buscaram evidenciar que apesar das tentativas de superação do atraso e do subdesenvolvimento, as proposições políticas de desenvolvimento resultaram no agravamento das desigualdades regionais, o que fez o Estado mudar o seu comportamento econômico para uma posição cada vez mais liberal e de resultados mais preocupantes levando a refletir no crescimento e desenvolvimento geográfico desigual. Nesta discussão, buscamos respaldo em Harvey (2006) e Theis (2009).

Essa mudança refletiu no plano de desenvolvimento dentro das proposituras de obras públicas direcionadas para a produção agrícola irrigada nos principais mananciais do Nordeste. O estudo de caso proposto por Bursztyn (1984) marca o momento em que o Estado deixa de ser assistencialista e passa a ser um sócio empreendedor através da influência da Sudene e, posteriormente, aliado à iniciativa privada mudando os objetivos administrativos do DNOCS.

Castro (1992; 1996a; 1996b; 1994; 1997), dentro da discussão política do imaginário, teve como recurso o discurso político sobre o Nordeste na formulação de políticas públicas voltadas para o combate às secas e o atraso econômico, garantindo a reprodução ideológica de uma elite política regional. Dentro de uma abordagem do imaginário regional provocada pela literatura, como reflexo do comportamento social, econômico e político da década de 1930, consideram-se importantes as contribuições do trabalho de Bastos (1993); como também a discussão proposta por Albuquerque Jr (1999), que destaca alguns elementos, que no seu ver, construíram o Nordeste através da Cultura, seriam eles: o discurso literário, a música e a pintura.

A temática da reestruturação produtiva é tratada com base nos principais expoentes do assunto: Soja (1993); Santos e Silveira (2001); Araújo (1997); Elias (2002); Elias e Pequeno (2006). A reestruturação produtiva que é tratada por esses autores estaria representada pela “luz”, como sinônimo de desenvolvimento, a qual transforma os espaços selecionados pelo capital em espaços inseridos dentro da dinâmica produtiva.

Contudo, é preciso tomar certo cuidado ao referenciarmos aos “pontos luminosos” para não cair em na armadilha teórica, reflexiva e ao mesmo tempo contraditória que a palavra “luz” quer representar. Assim, passamos a nos questionar como podemos qualificar um processo que contribui com as desigualdades sociais e com o processo de violência no campo “luminoso”. Sabemos que ao traçar essas novas rotas alternativas para a economia nacional, o capital passa a selecionar os melhores espaços para se territorializar, e, com isso, os velhos processos de expropriação, expulsão e demais violências são reproduzidos.

Como uma contradição dentro desse quadro escuro e ao mesmo dialético proposto pelo capital é que podemos reconhecer a luminosidade desses espaços através da luta contra si mesmo, o agronegócio, através da reprodução cultural do campesinato. O capital cria territórios para a sua ascensão e também provoca o surgimento de territórios para a sua destruição. Essa reflexão estará presente ao longo da dissertação a qual esperamos que renda frutos.

A partir dessa reflexão sobre o nosso objeto e problemática de estudo, é importante destacar que o objetivo proposto para esta dissertação foi o de analisar o conflito por terra no Pivas protagonizado por famílias camponesas e pelo Estado destacando os pontos de contradição na formação da territorialidade camponesa nos processos de negociação com o governo do Estado e Incra, refletindo até que ponto as estratégias de luta pela posse, permanência e inserção no processo produtivo do Pivas referenciam uma identidade camponesa renovada.

Quanto ao método, ainda que concordemos com Santos (2004, 2009) e Feyerabend (2007), não da impossibilidade, mas na inviabilidade nos dias de hoje de nos mantermos restritos a um único método, a um único conhecimento científico e cairmos nas armadilhas dos partidarismos científicos característicos da então “Guerra das Ciências”.

Ao refletir sobre a ligação existente entre o real e o seu reflexo no imaginário foi indispensável a leitura de autores adeptos do Idealismo e da Fenomenologia de grande influência dentro da Geografia Cultural. No entanto, o método que mais se adaptou às nossas reflexões durante a construção dos questionamentos sobre o nosso objeto foi o método

dialético, mesmo assim, não dispensamos outras leituras e reflexões restritas remetentes de outros métodos.

De acordo com Konder (2008, p. 09-08), a dialética é “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. Dessa forma, podemos dizer que o método dialético consiste em explicar a realidade social através da análise dialética das contradições, abordando os mais variados fenômenos a fim de reconhecer os fatores da evolução da sociedade.

Para nos inspirarmos no entendimento do método dialético, além da leitura básica de Konder (2008), partimos para outras leituras como a de Löwy (2008) que expõe as contribuições da teoria marxista para a análise dialética; a própria leitura como também releituras de Marx e de Engels como de Harvey (2006) se fizeram necessárias não somente na questão do método dialético, mas também auxiliaram na temática que polemiza o conceito de campesinato e o desenvolvimento desigual e combinado.

A metodologia que escolhemos para a pesquisa se dividiu em duas grandes partes: a pesquisa documental e a de campo. Fizemos o levantamento bibliográfico com base em teses, dissertações, monografias, relatórios de estudos de campo sobre o espaço escolhido para a pesquisa; além disso, fizemos levantamento de informações e dados nos sites governamentais, de ONGs e portais acadêmicos e de documentos e atas de reuniões com os movimentos sociais. Essas fontes estão citadas direta ou indiretamente ao longo do trabalho; Em seguida nos dedicamos as pesquisas de campo.

Mesmo num mundo, onde a natureza já foi totalmente descoberta e apropriada material e subjetivamente, a ferramenta do trabalho de campo deve buscar a reflexão da dinâmica da sociedade, assim como da natureza. O espaço geográfico é uma entidade dinâmica, a sociedade moderna recria formas de apropriação desse espaço, agrega símbolos culturais e dispensa elementos ultrapassados; a sociedade é um mutante. Na oportunidade dos estudos de campo, foram feitos registros fotográficos para melhor acompanhamento das dinâmicas socioespaciais, registros de depoimentos das lideranças locais e também para a observação das contradições tanto dos acampamentos como no Pivas.

O papel do trabalho de campo é o de renovar a reflexão do dinamismo do espaço geográfico em diferentes escalas de abordagem, não importando o foco das atenções (a sociedade e seus múltiplos comportamentos ou a natureza e as suas dinâmicas). Portanto, se

o conhecimento geográfico parte de descrições, é no trabalho de campo que se acham os tijolos dessa edificação.

Apesar da reprodução do discurso geográfico da descrição da Terra, as leituras sobre o trabalho de campo não são privilégio da Geografia. Essa mesma ferramenta de conhecimento do comportamento espacial domina os interstícios das outras ciências sociais, com ou sem preocupações de técnicas de pesquisa. Porém, além da Geografia, as maiores contribuições na discussão teórico-metodológica vêm da Antropologia cultural e social, que, a partir das suas experiências e relatos, proporcionaram o aprimoramento das técnicas de pesquisa em campo e a compreensão dos pesquisadores em relação aos sujeitos da pesquisa.

Outra grande contribuição nas técnicas que podem ser adotadas nos trabalhos de campo é proposta pela História Oral. Uma das preocupações ou dilemas dentro do trabalho de campo gira em torno do comportamento do próprio pesquisador, que deve dispor de um conhecimento prévio da postura ética necessária para abordar os sujeitos da sua pesquisa ao coletar dados pessoais e também na conservação desses dados. A História Oral colabora com esse conhecimento ético, além do conhecimento das técnicas orientadas para cada tipo de pesquisa que se deseja elaborar.

A princípio, buscamos entrevistar as pessoas que estavam na comissão das lideranças por serem representantes do acampamento juntamente com a CPT nas reuniões de negociação com o Incra, governo estadual e Ministério da Integração. Mas à medida que eu ia me integrando às pessoas do acampamento, outros depoimentos de acampados comuns surgiram nessas visitas e davam uma segunda versão da sua realidade sem o comprometimento político de uma comissão.

Além dessas fontes orais e fotográficas, tive acesso às atas de reuniões e negociação com o Governo do Estado, Incra e Ministério da Integração. Obtive esses dados no dia 20 de maio de 2009, quando já havia transcorrido um tempo tal de convivência com os camponeses. Nesse momento senti a confiança do grupo, e agradei muito por seu gesto. O resultado dessa amizade e confiança que foi gestada durante os trabalhos de campo se materializa nesse capítulo.

Quanto às leituras de cunho técnico e metodológico sobre trabalho de campo, consideramos como importantes as leituras de obras vinculada à Antropologia, destacando DaMata (1987), Cardoso (1986), na História Oral, através de Queiroz (1991), Bosi (1994) e Ferreira e Amado (2001), e na discussão teórica sobre o tema na Geografia com Lacoste

(1985), Kayser (1985), Suertegaray (2002) e Silva (1982), além de relatos de campo em prosa publicados em periódico como o de Rodrigues (2007).

Lacoste (1985) considera que o trabalho de campo é uma ferramenta de reconhecimento territorial, e por isso quem a detém tem o poder de interpretá-la de acordo com a sua ideologia. Os geógrafos podem utilizar esse procedimento como uma forma de trazer à tona a realidade, incentivando meios de transformá-la. Essa seria uma forma de comprometer a reprodução da ciência geográfica com a sociedade que anima nossas pesquisas, um compromisso com a verdade e não com a omissão dos fatos.

Concordando com Lacoste (1985) quanto ao compromisso com a verdade e com os sujeitos da pesquisa, e formulando uma pequena ponte com a pesquisa, lembro-me de Martins (1995) que afirmava que a voz da minoria do campesinato, que diz muito do seu cotidiano, deve ser levada em consideração; são cidadãos natos silenciados pelas impossibilidades culturalmente impostas por anos de subordinação aos preceitos do capitalismo agrário.

Daí a importância de ouvir o campesinato. É evidente que ouvir o campesinato não quer dizer, simplisticamente, partir do discurso dos “agentes sociais”. Quer dizer isso e muito mais. Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala, ao invés de desenhá-la. E isso somente será possível se entendermos que a resistência do camponês não expressa o seu sentido num universo particular e isolado, camponês; que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo. Que essa resistência só adquire sentido pela mediação das contradições fundamentais que contrapõem operários e burgueses, pois a questão agrária é uma entre outras expressões das contradições do capital (MARTINS, 1995 p. 17-18).

O compromisso social da Geografia firma-se no papel que a interpretação das nossas descrições e dissertações vem exercer no cotidiano do grupo e no renovar do discurso da ciência. Podemos revelar um novo discurso libertador na ciência ou a omissão das tendências sociais e políticas opressoras. Assim, devemos aliar sempre o conhecimento prévio necessário para se começar a pesquisa ao compromisso social que o conhecimento geográfico tem a exercer ao descrever e apreender o espaço de vida dos sujeitos sociais na formação, reprodução ou na consolidação de suas territorialidades.

No ocorrer das visitas e nos trabalhos de campo, novas ideias e inspirações surgem para a descrição dos caminhos percorridos no acampamento. Como não perceber, envolver-se e descrever a vida simples do acampamento, ainda que o meu objetivo não seja o de formular uma etnografia camponesa? Ao apreender as teorias que nos servem de referência e

propor uma saída de casa ou da universidade para ver como a sociedade reproduz as suas classes é um fator primordial para uma pesquisa dentro das ciências sociais, mas, sobretudo para uma formação de um pesquisador humano/humanizado, cidadão e comprometido com a teoria social

SÚMULA DOS CAPÍTULOS

Com base na contextualização das ideias iniciais e dos aspectos teóricos e metodológicos necessários para a composição desse trabalho, dividimos a dissertação em três outros capítulos além dessa introdução e das considerações finais.

Como dissemos anteriormente, o primeiro capítulo, que intitulamos de “**Abrindo espaços e construindo territórios: Ascensão da Irrigação e Fruticultura irrigada no interior do Nordeste**” concentra as discussões a respeito da trajetória das políticas públicas para assistência e desenvolvimento do Nordeste. Nesse caminho percorrido pelas ações para o desenvolvimento, destacamos a ascensão da irrigação e da fruticultura irrigada como estratégia da Política Nacional de Desenvolvimento para o aproveitamento dos recursos hídricos represados. Outro enfoque dado às ações do Estado é a formação do discurso e do imaginário coletivo sobre o Nordeste.

É nesse contexto de ações e discursos que acolhemos as ideias que compactuaram para a idealização do Pivas. A produção irrigada para exportação foi estabelecida na pauta das atividades econômicas do Nordeste até os dias atuais. A sua expansão acontece de forma conservadora, seletiva, desigual e contraditória. No caso do Pivas, as ações que levariam ao desenvolvimento resultaram na formação de acampamentos de famílias camponesas expropriadas e articuladas pela CPT.

No segundo capítulo, intitulado “**Construindo os acampamentos no Pivas: Estratégias de resistência e permanência na terra**”, apresentamos os resultados dos trabalhos de campo, do levantamento de dados oficiais, e da reflexão das informações dos portais oficiais do Incra, Governo do Estado e de ONGs. Para entender o cerne do conflito vivenciado no Pivas e as mudanças no comportamento estratégico de resistência e permanência na terra, demos enfoque aos depoimentos das lideranças dos acampamentos e de representantes da CPT-Sertão.

Intitulamos o terceiro capítulo de “**Territorialidade camponesa no Pivas: A gestação e reprodução de uma nova identidade camponesa**”. Nesse capítulo rememoramos os questionamentos propostos no primeiro capítulo e partimos para a reflexão

do que seria o resultado da influência das políticas de desenvolvimento e reestruturação produtiva no Pivas e argumentamos sobre a leitura dessa territorialidade que se fortifica pelas contradições do capitalismo no espaço agrário do sertão paraibano com a oficialização do lote destinado ao Incra. Para tanto, nos apoiamos na discussão dialética da forma e do conteúdo dos acampamentos e na temática sobre a reprodução cultural do campesinato e defendemos a ideia do surgimento de um novo tipo camponês como resultado do conjunto de estratégias, que, apesar de contradizer os objetivos dos movimentos sociais no campo de ir de contra o agronegócio, levaram-nos a conquistar espaço no processo produtivo do Pivas como irrigantes e microempresários organizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Governo do Estado da Paraíba e Ministério da Integração Nacional.

CAPÍTULO 1 – A ASCENSÃO DA IRRIGAÇÃO E FRUTICULTURA IRRIGADA NO INTERIOR DO NORDESTE

Durante as décadas de 1940-50-60 o Governo Federal centralizou esforços na construção de estratégias e políticas públicas para alavancar o desenvolvimento da Região Nordeste através da implantação de polos industriais e projetos hidráulicos, além de propor a modernização de alguns dos setores da economia existentes. Essas estratégias tinham a pretensão de diminuir os efeitos das secas, de mitigar a pobreza e o atraso econômico. Para isso, em conjunto com as estratégias de desenvolvimento, o Estado mantinha a posição política de assistência aos “flagelos das secas” através de obras de solução hidráulica, como a construção de açudes públicos em terras públicas, mas também em propriedades privadas para dar suporte às políticas de desenvolvimento.

Ao longo dos séculos, o Estado foi responsável pela estruturação econômica e pela formulação de propostas de desenvolvimento. O comportamento do Estado foi essencial para a formação dos variados tipos de discursos sobre a região. As ações que foram gestadas pelo Governo Federal neste período consolidavam o discurso político e o imaginário regional que manifestava um pensamento determinista da natureza do Nordeste sendo desenhado como “região problema”, “atrasada” e carente da atenção do governo central. Portanto, mudar e transformar a região “atrasada e pobre” seria um fator fundamental para o desenvolvimento uniforme do país e a justificativa plausível para um estudo edificante sobre a região e suas necessidades.

As ações políticas do governo federal para o combate aos efeitos das secas são do início do século XX. Através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909 é criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas, sendo renomeada em 1919 pelo Decreto 13.687/1919 de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas e, em dezembro de 1945, pelo Decreto-Lei 8.846/1945, é renomeada em definitivo como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Até a criação da Sudene, o DNOCS era a única agência executora de obras de engenharia e ações que favorecessem alguma assistência aos afetados pelas secas no Nordeste.

A construção de um discurso em defesa do desenvolvimento econômico regional materializou-se, de forma mais enfática em 1956, com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), e, logo, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, que visa mudar a visão assistencialista do

Estado em relação aos efeitos das longas estiagens e, em parte, em defesa da criação de polos industriais e modernização dos setores existentes.

O documento publicado pelo GTDN, “Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, elaborado por um grupo de trabalho coordenado pelo economista Celso Furtado, lançado em meados da década de 1950, ofereceu os argumentos científicos e técnicos para a propositura de ações de caráter político e de resultados econômicos positivos para a Região Nordeste. Estão contidos nesse relatório os elementos que caracterizavam a região como: os altos índices de pobreza da população; as atividades econômicas existentes; as características climáticas; a disposição de recursos hídricos, entre outros. Esse relatório foi a base das ações da Sudene.

A visão desenvolvimentista trazida pelo GTDN/Sudene remete à ideia de combate ao atraso econômico e ao subdesenvolvimento com a abertura de polos industriais e com a modernização das atividades econômicas para, assim, resolver as assimetrias regionais do país, promovendo o desenvolvimento econômico regional e a integração com o resto do país.

Essas ideias de desenvolvimento regional do Nordeste do GTDN/Sudene em vista do combate à pobreza regional e dos contrastes econômicos seguem uma tendência mundial trazida pelos debates da reconstrução das economias no Pós-Guerra. Soja (1993, p. 2004) denomina o período de 1950 a 1970 de: “fase áurea da teoria e da prática do desenvolvimento regional” pela intensidade de debates entre os chefes de Estado a respeito de uma reestruturação das economias em crise.

Nesse momento de construção de estratégias para o desenvolvimento regional, houve uma valorização, não somente das economias em crise que buscavam uma reestruturação dentro do cenário mundial, mas, é o momento de expansão do modelo industrial moderno nos países periféricos ou subdesenvolvidos. Com isso, notou-se a ascensão das regiões periféricas motivada por um novo padrão de produção industrial. Sobre essa tendência mundial Soja (1993, p. 204-205) conclui,

Em 1970, praticamente todos os países do mundo haviam adotado alguma forma de política de planejamento espacial, colocando-a, em alguns casos, como peça central de um planejamento regional. Essa expansão mundial de um planejamento regional keynesiano assinalou o compromisso estatal explícito, ainda que muitas vezes apenas documental, de corrigir as desigualdades regionais (e internacionais), de mudar, de fato, a divisão espacial do trabalho já estabelecida.

No discurso das ações acerca do desenvolvimento regional para o Nordeste, a irrigação se sobressai como uma das formas de aproveitamento dos recursos hídricos represados pelas políticas de açudagem e como forma de valorização dos vales férteis dos principais rios da região semiárida tendo a responsabilidade administrativa centralizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

No entanto, enquanto ação política desenvolvimentista de Estado, a irrigação só surgiu na década de 1970 com o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (IPND) (1972-1974), que indicava a necessidade urgente de modernização dos setores agrícolas e agroexportadores, como também a diversificação das culturas produzidas nos vales férteis até então³.

Tendo no horizonte o imaginário da modernização é que foi gestado o Programa de Irrigação Nacional (PIN), que teve como meta irrigar cerca de 130.000 hectares durante a primeira metade da década de 1970. A ideia do PIN era viabilizar a irrigação em consonância com a pecuária. É nesse período que surgem os projetos de perímetros irrigados nas manchas férteis dos principais rios do Nordeste e em torno das obras hídricas como açudes e represas. O Estado atribuía às agências e inspetorias (basicamente DNOCS e CODEVASF) a gestão desses projetos e do Programa Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), criado em 1974 e administrado pelo banco do Nordeste, criado em 1952, a responsabilidade de financiar e dispor de créditos para as obras de infraestrutura e de funcionamento. Com o PIN foi possível desenvolver projetos de irrigação, e esses projetos seguiam duas tendências de irrigação pública: de um lado uma irrigação voltada ao assentamento de famílias-irrigantes em núcleos de perímetros irrigados e, de outro, a valorização de uma visão empresarial e exportadora.

A variação desses dois tipos de irrigação é apreendida por Bursztyn (1984) como diferentes formas de gestão pelo Estado que, segundo este autor, mantém duas posições gerenciais distintas: de um lado é completamente assistencialista, e, de outro, com uma posição mais neoliberal, age como um sócio que oferece as condições físicas, políticas e fiscais para o funcionamento de empreendimentos empresariais.

³ Contudo, segundo Mello (1980), o desejo de tornar a irrigação uma atividade real e redentora é mais antigo que o PIN da década de 1970; data-se de 1920, portanto, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, o Decreto nº 14.102 de março de 1920, juntamente com a Lei 3.965 de 25 de dezembro de 1919, instituiria uma Caixa Especial de Obras de Irrigação. Esse fundo seria destinado principalmente à construção futura de uma infra-estrutura hídrica para empreender grandiosas obras de irrigação que possam criar regiões de produção permanente evitando êxodos das populações (MELLO, 1980, p. 3).

Os perímetros irrigados,⁴ administrados pelo DNOCS, objetivavam o assentamento de famílias em núcleos de produção familiar e doravante empresarial, portanto, uma produção mais restrita e dispendiosa para os cofres do Estado. Nesse tipo de irrigação, conforme já destacamos, o Estado age não apenas como assistencial, mas como o “patrocinador” da estrutura ao funcionamento. Por outro lado, a exploração do Vale do São Francisco, sob a responsabilidade da Codevasf, propiciou a instalação de grandes empresas privadas, sinalizando com uma mudança do papel do Estado que colabora como um “sócio” dos empreendimentos oferecendo a estrutura necessária para sua instalação.

Assim, o modelo delegado ao DNOCS pelo Governo Federal de construir e assistir as obras hidráulicas e administrar os perímetros irrigados vai aos poucos perdendo força, deixa de ser uma tendência no aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis. Ganham força nesse cenário as políticas desenvolvimentistas da Sudene fortalecidas pelo discurso do GTND⁵ do reformismo e desenvolvimentismo, objetivando a industrialização e a modernização da economia regional; a assistência às obras hidráulicas e a administração dos perímetros irrigados são colocados em segundo plano, pondo um fim à situação de dependência econômica do centro-sul e das políticas assistenciais.

Nessa mudança na administração de projetos hídricos para o desenvolvimento regional, a irrigação se reconfigura dentro da perspectiva da agricultura moderna com perfis empresariais de exportação no Nordeste, em especial no semiárido, como uma forma de desvencilhar-se da crise econômica e da calamidade social, tidas como efeito das sucessivas secas, e diversificar as atividades existentes como a cana-de-açúcar⁶.

Ainda na década de 1970, a agropecuária da Região Nordeste revela um novo perfil produtivo dentro das tendências desenvolvimentistas, reflexos dos investimentos do Estado através dos fundos de investimentos – Finor e Sudene. Portanto,

A partir dos anos 70, enquanto se reduzia a área cultivada com algodão, mamona, mandioca, sisal, expandia-se a área ocupada com cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho. Ao mesmo tempo algumas culturas

⁴ Bursztyn (1984) apresenta um estudo comparativo de dois perímetros irrigados no Estado da Paraíba: um localizado no município de Sousa, na Mesorregião do Sertão – o Perímetro Irrigado de São Gonçalo; e outro localizado no município de Sumé, na Mesorregião do Cariri; em ambos os casos, a estrutura começou a ser construída junto às políticas de açudagem e foi dada continuidade com o IPND.

⁵ Segundo Araújo (2000), a proposta central do GTDN no Nordeste, influenciada por sua vez pelo discurso cepalino-furtadiano era o de intensificar as políticas de industrialização, modernização da agricultura objetivando a integração regional com o resto do País para desvencilhar o subdesenvolvimento nacional e, consequentemente, propor uma rápida industrialização.

⁶ Aliada as políticas de agricultura irrigada, nessa mesma fase, surgem outros programas de incentivo à agricultura moderna em ascensão, como Proálcool, também motivada pela crise energética durante o período de 1970 a 1990 (ARAÚJO, 2000)

não tradicionais na região, pelo valor de mercado relativamente alto que possuem, apresentaram peso crescente na produção regional: é o caso das frutas como mamão, manga, melancia, uvas (nas áreas irrigadas pelo São Francisco), do cacau e abacaxi (em manchas favoráveis do sertão e agreste) e do tomate, café, soja e borracha (em áreas favoráveis do São Francisco, do agreste, do cerrado e da zona da mata, respectivamente. Esses produtos representavam em 1970, apenas 3% do valor da produção agrícola do Nordeste, crescendo seu peso para 13,5% em 1989 (ARAÚJO, 2000, p.169-170).

Essa nova vocação produtiva da agricultura irrigada passou a ser alvo não somente dos capitais públicos para a estruturação de projetos de irrigação, mas também o capital privado passa a integrar os investimentos para o crescimento da atividade. O Nordeste da fruticultura irrigada passa a ser uma nova frente de investimentos além dos centros industriais do Centro-Sul do país. Ocorre assim uma ação tendenciosa: a desconcentração dos capitais industriais que vão se espacializar fora das rotas triviais da economia nacional, denominados de: “focos de modernidade”, “frentes de expansão” e de “polos dinâmicos” por Araújo (1997, 2000); “pontos luminosos” por Santos e Silveira (2008), por Elias (2002), e, por Elias e Pequeno (2006).

Outra tendência ressaltada por Araújo (2002) parte, principalmente, de empresários veteranos na atividade em outras regiões. São paulistas, gaúchos, catarinenses e paranaenses que encontraram campo fértil para os investimentos, principalmente no oeste baiano⁷, sul do Maranhão, Pernambuco e Piauí (ARAÚJO, 2000).

Neste sentido podemos observar, além da presença de investidores de fora do Nordeste, expressiva presença de investidores internacionais que têm seus negócios consolidados nessa atividade, inclusive com um mercado consumidor em ascensão em outros países.

No correr dos anos, em 1980-90, a agroindústria se consolida no Nordeste, com exemplos polarizados de prosperidade, distante do Vale do São Francisco, como o complexo agroindustrial do Vale do Açu/RN e do Vale do Jaguaribe/CE. Nesta fase, podem ser observadas as ramificações dessa atividade expressas nas melhorias e padronizações dos produtos a serem exportados, bem como no processamento de alimentos, utilização de

⁷ Segundo Haesbaert (1997), o processo de ocupação do oeste baiano pelos empresários sulistas se deu de forma problemática e conflituosa resultando em uma série de impactos na sociedade local. O início da atividade agroindustrial protagonizada pelos sulistas agravou a questão agrária do oeste baiano com o monopólio de terras; a posse dessas terras era conseguida tanto por meios legais como ilegais (grilagem), resultando na expulsão dos camponeses e posseiros. Esse autor descreve ainda que a mão de obra local, com a chegada do sulista, é desvalorizada por ser considerada “inferior” e desqualificada em relação aos migrantes do sul, aumentando o desemprego e a submissão de trabalhadores às condições de servidão e escravidão.

equipamentos cada vez mais modernos de irrigação e câmaras frigoríficas para embarque em navios, beneficiamento para exportação, etc.

É importante lembrar que nessa fase há uma tendência mundial a ações neoliberais fazendo com que o Estado tome uma atitude de forma diferenciada nas dinâmicas econômicas dos países capitalistas. O Estado deixa de ter força nas decisões da economia e age como viabilizador de infraestrutura e de políticas auxiliares às ações econômicas, como também passa a ser um agente fiscalizador e regulador da ordem. As ações do Estado neoliberal permitem dotar o espaço de equipamentos onde o capital das empresas possa se instalar.

A formação do Estado neoliberal surge entre as décadas de 1950 e 1960 quando algumas nações enfrentavam crises econômicas ocasionadas pelas ações de reconstrução das economias no pós-guerra. Nessa fase, o Estado se encontrava desestruturado pela guerra, não tendo condições de acompanhar o crescimento econômico dos países. Assim, para desvencilhar-se da crise e evitar recessões, buscou incentivar o crescimento econômico através da iniciativa privada. Em 1970, o neoliberalismo passa a ser uma tendência mundial dentro das economias que buscavam o crescimento econômico.

De acordo com Rocha Neto e Borges (2009), na década de 1990, essas tendências neoliberais vão se refletir diretamente nas propostas políticas de planejamento regional das agências de desenvolvimento que deixam a visão tradicional dos anos de 1950, onde investia em diversos setores da economia regional objetivando atingir uma equidade econômica, e passam a investir em setores mais específicos. Esses autores afirmam que o discurso tradicional da Sudene/GTDN, industrialização e reformismo, polarizava seus investimentos onde o capital industrial já havia se espacializado, contribuindo com o quadro de desigualdades regionais. Com a influência das políticas neoliberais, pretende-se dotar o espaço de infraestrutura oferecendo diferentes usos dos territórios e reordenando-o.

No caso dos projetos de fruticultura irrigada, a reforma progressiva da ação política do Estado proporcionou ao espaço a infraestrutura material e política para que o capital privado pudesse fazer suas escolhas de investimento e se espacializar com o apoio de políticas fiscais, licitação das terras, planejamentos, políticas públicas de gestão de recursos hídricos, obras hídricas⁸, incentivos à pesquisa de tecnologias e em engenharia de alimentos, etc.

Com a abertura dos capitais, a acessibilidade dos mercados, a rapidez das transferências de valores que acompanham o processo de globalização, ou de mundialização

⁸ Incluem-se nessas obras hídricas pequenas e grandes transposições e construções de canais de irrigação.

do capitalismo, a atividade da fruticultura irrigada se destaca no país pelo seu dinamismo no setor agroexportador nos países tropicais e pelo potencial de competição mercadológica.

Segundo Cavalcanti (1996),

A fruticultura é, na atualidade, um dos setores mais dinâmicos e competitivos do setor agrícola, tendo sido incluída no cálculo do PIB da Região Nordeste como item de constituição da renda proveniente da moderna agricultura de exportação. Alguns dos produtos vêm experimentando um crescimento significativo das exportações: uva, manga, melão e abacaxi, assim como os sucos processados e a castanha de caju também já representam uma parcela significativa das exportações nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Esses produtos sobressaem-se pela sua potencialidade produtiva na região e o crescimento do seu consumo nos mercados internacionais (CAVALCANTI, 1996, p. 115).

Esse destaque da irrigação e o movimento de descentralização da agroindústria da Região Sul do País para novas rotas da economia nacional, reascende a economia da Região Nordeste e nos reporta a duas reflexões que merecem destaque. A primeira refere-se à mudança de discurso dos representantes da Região Nordeste no Congresso Nacional e também do discurso governamental quanto à forma de ver e perceber a região semiárida; este ao ser posto em prática pelas agências e departamentos, como vimos, volta-se ao incentivo da empresa capitalista. A segunda trata-se da modernização das técnicas, o avanço do meio técnico-científico informacional que, segundo Santos (1998)⁹, conduz a um reajuste/rearranjo espacial trazido por essa tendência nos remetendo à ideia de uma reestruturação das bases produtivas do Nordeste.

No conjunto das proposições do Estado para o desenvolvimento, de 1940 até o presente, percebe-se a mudança dos paradigmas dessas políticas. Passamos do assistencialismo para a tendência desenvolvimentista e modernizadora e depois para uma descentralização industrial e globalizadora dos lugares.

Na primeira fase, entre 1940 e 1970 onde iniciavam as atitudes para o desenvolvimento regional, temos a construção de toda uma infraestrutura para integrar o País, industrializando-o e expandindo a fronteira agrícola. Essa etapa é tida como a da estruturação e da industrialização que buscou através do patrocínio do Estado a construção de polos industriais e a centralização da economia nacional.

⁹ Destacaremos no próximo tópico mais profundamente a relação da expansão do meio técnico-científico-informacional e a reestruturação produtiva na Região Nordeste, onde me apoio, principalmente em Santos (1998) e Santos e Silveira (2008).

Na segunda fase, de 1980 aos dias de hoje, as políticas de desenvolvimento regional vão incentivar o movimento da descentralização industrial favorecendo a construção de novas rotas produtivas dentro do país. Nessa etapa, as economias estão voltadas para uma lógica mais globalizadora. Com toda a infraestrutura e políticas fiscais à disposição dos interesses do capital, o Estado neoliberal ajusta-se às demandas do capital e pouco interfere na etapa tida como globalizadora e descentralizadora¹⁰.

Em decorrência desta mudança no comportamento do Estado notamos as lacunas deixadas por essas intervenções que não são refletidas nos índices de crescimento econômico registrados pelo PIB e outros indicadores. Ao surgir novas dinâmicas econômicas na região, essas atitudes refletem as consequências da seletividade espacial do capital e, com isso, a exclusão das atividades tradicionais como a agricultura familiar camponesa¹¹.

De acordo com Corrêa (2006), a seletividade espacial é uma das práticas espaciais do ser humano, que impõe critérios para se assentar no espaço e seleciona os elementos que possam favorecer a reprodução social. Nas palavras desse autor,

No processo de organização de seu espaço o homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas (CORRÊA, 2006, p. 36).

O atributo da seleção espacial para as atividades econômicas passa a ser uma função do capital, que tem o poder de optar pelo fragmento do espaço que lhe ofereça melhores condições de lucro e rendimentos. Assim, concordamos com Rocha Neto e Borges (2009, p. 2), ao afirmar que “as atividades econômicas passam a fazer suas escolhas espaciais em função de um conjunto de outros aspectos que vão influenciar na sua reprodução”.

Dessa forma, a seletividade espacial está relacionada com as potencialidades naturais e políticas e são levadas em consideração pelo capital na escolha dos espaços onde serão instalados os projetos de agronegócio como a fruticultura irrigada. Para essa atividade, as características naturais são consideradas importantes como a proximidade de uma bacia

¹⁰ O capital, nessa fase, primeiramente descentraliza-se dos polos e busca se centralizar em espaços aparados por políticas de infraestrutura e fiscais, como afirmamos anteriormente. De acordo com Rocha Neto e Borges (2009, p. 2), nessa nova fase das políticas de planejamento e desenvolvimento regional, “as atividades econômicas passam a fazer suas escolhas espaciais em função de um conjunto de outros aspectos que vão influenciar na sua reprodução”.

¹¹ Aqui, nos referimos também à influência que esse conjunto de ações para o desenvolvimento regional exerce nas atividades do agronegócio que, ao expandir a fronteira agrícola, promove a exclusão e subordinação dos camponeses a essa atividade. Nessa situação, o espaço do camponês vai sendo subtraído pelo agronegócio.

hidrográfica ou de reservatórios hídricos¹² e os fatores edafo-climáticos¹³, pois influenciam diretamente nos custos com pesticidas, herbicidas e fertilizantes.

A localização geográfica em relação aos portos, aos mercados e às vias de acesso para esses também vai influenciar a seletividade espacial do capital, pois a proximidade ou a distância irão refletir nos custos de deslocamentos e nos preços de mercado. Já o suporte político- financeiro das políticas fiscais e linhas de crédito possibilita a aferição de rendas extraordinárias aos empresários reduzindo custos de instalação, transferência de tecnologias e de investimento no setor, dando margem de lucro maior.

Araújo (1997) descreve a seletividade dos espaços pelo capital como uma tendência à espacialização e dinamização da economia nacional exposta pelos indicadores econômicos:

Os indicadores sobre o investimento privados em curso indicam *grande seletividade* na escolha dos espaços nos quais se darão investimentos no país. As atividades mais estratégicas – e que definem a dinâmica da economia nacional – estão se concentrando no Sudeste; os demais segmentos da indústria, de menor densidade de capital, marcam presença em alguns estados específicos e em certos pontos de seus territórios (os focos de competitividade) (ARAÚJO, 1997, p. 28) [grifo da autora].

Ainda de acordo com Corrêa (2006), no caso dos projetos econômicos nos quais a irrigação empresarial é inserida, não só a seletividade espacial se impõe para a escolha dos melhores locais, mas, como notamos, antes de tudo há uma antecipação espacial para que a seletividade do capital ocorra consistindo na preparação do território através de ofertas que cooperam para a garantia de sucesso nas atividades geridas no espaço em valorização. Essa antecipação do espaço é uma forma de gerenciar o território em longo prazo.

Contudo, nesse ponto em questão, é importante refletir que a reestruturação da economia regional, e pouco ou nada muda a condição concentradora e conservadora da estrutura agrária do Nordeste; ao contrário, continua a excluir e a concentrar.

A natureza das mudanças nos discursos políticos sobre a Região Nordeste será abordada, a seguir, onde também exploraremos as novas e velhas questões agrárias decorrentes da seletividade espacial e humana que se consubstanciaram a partir das políticas

¹² Aqui quero lembrar das obras de açudagem realizadas pelo DNOCS com a finalidade de mitigar a deficiência hídrica causada pelas secas, hoje os recursos hídricos represados por essas políticas são utilizados nas atividades de agronegócio.

¹³ As características naturais que vão influenciar na seletividade do capital são o clima e o solo. A região semi-árida do Brasil, por exemplo, dispõe de maior tempo de insolação, o que facilita o controle de pragas, assim como os tipos de solo e sua fertilidade que possibilitam uma maior produtividade das culturas reduzindo os níveis de correção dos nutrientes nos períodos que antecedem a semeadura das culturas.

de reestruturação das atividades agroindustriais. Nesse sentido, damos especial atenção à fruticultura irrigada.

1.1 A mudança no “dizer Nordeste”: reestruturação produtiva e as desigualdades subsequentes

1.1.1 Um dizer Nordeste

Das regiões brasileiras, o Nordeste tem motivado uma diversidade de pesquisas e discussões de várias naturezas, seja do senso comum ou científico-acadêmico. O Nordeste pensado pelos brasileiros é fruto de uma construção discursiva que foi fundamentada ao longo da história nacional, a partir do discurso político provido pelas elites governamentais da região e o discurso literário – destacando, o princípio de denúncia dos romances de 1930. Esses discursos formam a base do imaginário coletivo do Nordeste.

Os romances de 1930 sobre o Nordeste tiveram um papel importante de comunicar ao país os aspectos reais da sociedade vivenciados pelos autores da época. Para Bastos (1993), o romance se tornou um discurso da apreensão da realidade, um processo de representação ideológica do espaço, no qual os leitores são o alvo, de onde se espera a construção do imaginário social.

Para Bastos (1993),

O romance é um objeto capaz de desvendar articulações ideológicas expressivas do momento histórico por ele retratado e ao mesmo tempo capaz de propiciar uma representação espacial-produto das relações sociais que são estabelecidas, em dado momento. (...) Como ele [o romance] tem uma base ideológica, mostra conflitos sociais, culturais e políticos, ele também expressa valores dominantes e dominados. (...) Através do romance, podemos nos aproximar de um perfil da produção do imaginário e da representação de cada sociedade (BASTOS, 1993, p. 22-23).

Dessa forma, no discurso da literatura dos romances de 1930 são encontradas informações da base política e cultural de uma sociedade em crise social e econômica ocasionada pelo fenômeno climático da seca. Os autores formularam as suas obras baseados em dilemas reais onde, através dos elementos simbólicos atrelados ao espaço, propuseram uma reflexão política sobre a ação do Estado ou a ausência deste ¹⁴.

¹⁴ Quanto ao princípio de denúncia e justificação da necessidade de mudança, destacaria alguns dos principais representantes dessa fase, a saber: Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, José Américo.

Assim, as secas que ocorreram em 1915 e 1932, presentes tanto nos discursos políticos como nos romances, foram tomadas como inspiração mostrando, através de verossimilhanças, como a seca passou de fenômeno natural para um problema de ordem social e econômica.

A migração dos retirantes das várias localidades do Nordeste e a formação dos Campos de Concentração¹⁵ no Estado do Ceará, durante esses anos, mostram o desajustamento social causado pelas secas. As ações políticas tentaram viabilizar um caos organizado encurralando os retirantes em acampamentos, ou como foi descrito nos jornais da época, em “currais humanos” (NEVES, 1995).

A adjetivação dos retirantes de “flagelado” surge nos relatórios sanitários e nos jornais da época para classificar o grupo formado por sujeitos forasteiros temidos na cidade e totalmente resignados às condições que lhes são impostas pelo Estado e pelo Campo de Concentração como: doenças, miséria, saques e perturbação a dinâmica da cidade (NEVES, 1995). Assim, a palavra “flagelo” sai do discurso sanitário e jornalístico para ser perpetuado no imaginário sobre a região no discurso político e no discurso literário como um elemento da identidade regional e como referência dos problemas do cotidiano da época.

Nos dizeres de Albuquerque Jr. (1999), a identidade regional é ditada primeiramente pela sua cultura e depois por suas expressões políticas. Dessa forma, a cultura particulariza a identidade regional e passa a permear e complementar os discursos políticos. Assim, o discurso político cria seus fundamentos em elementos culturais que permeiam o cotidiano regional. No Nordeste, a cultura forneceu elementos à formação de um discurso político sobre a região: as queixas, as necessidades sociais, o assistencialismo do Estado e o solidarismo nacional. Para o autor, esse caráter particular da identidade está imbricado nos textos literários como espaço de saudade, de melancolia, da subserviência, do atraso e da pobreza.

Os discursos parlamentares da bancada dos Estados Nortistas, desde o início da república¹⁶, buscavam chocar os demais com retóricas que exploravam as imagens

¹⁵ Neves (1995) descreve a trajetória dos retirantes e a angústia desses tempos de seca (1915 e 1932). A triste comparação entre os abarracamentos de retirantes e os campos de concentração do holocausto foi uma forma encontrada de se fazer entender o terror, a banalização da morte, o caos urbano e o descaso sanitário com o qual os retirantes se sujeitavam. No decorrer dessas secas houve a construção de sete Campos espalhados pelo estado do Ceará e são descritos por esse autor.

¹⁶ A bancada dos Estados Nortistas era a representação parlamentar das unidades federativas, províncias do Norte, que compreendia a Região Nordeste e Norte, iniciada no começo da República. Esses parlamentares faziam discursos inflamados cheios de indignação e de solidarismos às vítimas das secas. Na Constituição de 1891, no artigo 5º obrigava a União a destinar verbas especiais em socorro às vítimas dos flagelos naturais. Na década de 1920, essa mesma bancada irá formar o “Bloco do Norte” para unificar as reivindicações dos estados nortistas em relação às calamidades naturais e as políticas econômicas (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 70).

calamitosas da região e com pedidos de ajuda às vítimas da própria natureza veemente adjetivada como “rígida”, “hostil”, de “secas rigorosas”, etc.

O discurso literário do século passado, iniciado na década de 1930, explorava a natureza ressequida do semiárido como cenário de lutas, como memórias que devem ser preservadas pelas gerações futuras. Essa mesma natureza que castiga os seus personagens também é raiz de esperança quando a chuva cai ou quando o migrante retorna.

Em ambos os discursos, a natureza semiárida do Nordeste, cujo cerne é o fenômeno das secas, enseja a justificativa do atraso econômico em relação às outras regiões do país e seus contrastes sociais. Essa percepção da natureza dentro do discurso político e literário compõe o imaginário regional e remete inevitavelmente a um determinismo social de causa natural. A natureza passa a ser um elemento chave e um recurso de valor simbólico dentro do imaginário político que interfere diretamente no comportamento econômico da região (CASTRO, 1997).

Albuquerque Jr. (1999) esclarece que o princípio do discurso sobre a seca surge com a grande seca de 1877 e passa a permear o discurso regionalista, servindo de argumento para a mobilização do Estado. Assim,

O discurso da seca e sua “indústria” passam a ser a “atividade” mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos Estados do Norte (...). A seca torna-se o tema central no discurso dos representantes políticos do Norte, que instituem como problema de suas províncias ou Estados. (...) O discurso da seca, traçando “quadros de horrores”, vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas e econômicas que envolvem “os Estados sujeitos a este fenômeno climático” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 58-59).

Essas formações discursivas (da política, da literatura e dos jornais) são tidas como pilares do regionalismo, pois fundamentam tanto a identidade regional do Nordeste, como o imaginário social. É, pois, através do discurso proposto por esse regionalismo (político, literário e jornalístico) que o Nordeste torna-se “A questão” de preocupação nacional e passa a permear as ações políticas voltadas para o desenvolvimento econômico da região.

Para Silveira (1984), a identidade regional é justificada pelo caráter diferenciado do restante do país, em termos de ocupação, desenvolvimento social, cultural e político. As constantes reelaborações dessa identidade reafirmam o pensamento regionalista gestado na mentalidade nacional de um espaço em desnível como estariam representados nos

indicadores sociais e econômicos em relação ao outro Brasil e em constantes crises, aonde são encontrados os elementos do discurso regional. Para a autora,

Essa identidade se consubstancia ainda através de um longo processo, em um pensamento regionalista – forma de pensar as suas dimensões, limitações e relações – se não o mais arraigado, no entanto remanescente com bastante vigor no arcabouço mental brasileiro. [imaginário?] (...) a caracterização da identidade regional em estado de crise e sua oposição a uma outra identidade espacial, o sul do país. Em outras palavras, no discurso regionalista aparece explicitada como essência do próprio ser (em crise) do espaço regional “nordestino” a oposição (hegemônica) de um outro espaço regional. (SILVEIRA, 1984, p. 15/16) [grifo nosso]

Nesse contexto, a identidade regional é formulada em meio às constatações da crise econômico-natural, em que o Estado passa a ser um ator redentor dos males, das ausências políticas e das distâncias intrarregionais. O discurso político, jornalístico e da literatura colaborou e incidiu dentro do imaginário regional em variadas escalas do pensamento nacional e vai justificar os tipos de políticas públicas para atuarem na região. Esse é o recurso ideológico necessário para a consolidação das “trincheiras” políticas que resguardam os interesses da classe política e empresarial beneficiada com os recursos do Governo Federal.

Castro (1997), em seu estudo sobre o imaginário político do Nordeste e a apropriação da natureza dentro do discurso e, consequentemente, no imaginário coletivo, salienta que o uso da natureza como elemento que justifica a chegada de recursos para obras públicas dota a natureza de valores simbólicos. As imagens da paisagem são trabalhadas nos discursos políticos e lhes são atribuídos novos significados adotados pelo imaginário coletivo onde encontram aceitação oferecendo suporte para os atos políticos. Portanto,

(...) quando esta mesma natureza torna-se base de discurso e fonte de recursos públicos, mais do que um símbolo do imaginário social, ela passa a representar um valioso poder simbólico para o imaginário político regional. A natureza semiárida, neste caso, portanto, é exemplarmente apropriada pelo imaginário coletivo através de imagens que são retrabalhadas no sistema de valores, dando suporte ao discurso e aos atos políticos (CASTRO, 1997, p. 181).

Portanto, os clichês e estereótipos sobre o Nordeste e sua natureza, reproduzidos pelas imagens e pelos discursos foram decisivos para formar um jogo estratégico de uso político em vista da concessão de recursos junto ao Governo Federal para a assistência às

vítimas das calamidades das secas como a construção açudes públicos¹⁷, nas décadas de 1940 a 1970. Com isso, a elite local ganhou o prestígio do seu público eleitor e garantia da consolidação ideológica e reprodução de suas estruturas clientelistas e paternalistas que se reproduzem nas ações políticas.

Contudo, a reprodução dos discursos políticos proferidos pelas elites regionalistas ao longo da história nacional foi sustentada principalmente pelo uso da natureza como causa do atraso e do subdesenvolvimento econômico. Esses discursos que tiveram a finalidade de chocar e emocionar produzindo uma realidade exagerada e prenhe de “mitos” de necessidade que resguardam nas entrelinhas os interesses políticos e oligárquicos. Assim, podemos afirmar que o Nordeste subjetivo é uma edificação cultural com princípios ideológicos, que se sobressai dentro do discurso nacional por parte das elites regionais e se dirige aos brasileiros provocando solidariedades e compadecimentos.

O discurso que foi formulado e instituído historicamente sobre o Nordeste, capaz de fomentar o imaginário das solidariedades, favoreceu a intervenção do Estado com políticas de planejamento e de desenvolvimento regional¹⁸, tendo como justificativa a necessidade da superação dos desequilíbrios. Portanto, a partir de então começa a trajetória das políticas de assistência do governo ao desenvolvimento regional para o Nordeste trazido pela Cepal (CASTRO, 1992; LISBOA, 2007).

A ideia de desenvolver a periferia surge como forma de expandir o capital interligando as economias periféricas, viabilizando o escoamento do capital, aumentando seus fluxos e, conseqüentemente, integrando as economias periféricas com os centros difusores do capitalismo, validando o padrão hegemônico e consumista norte-americano. Para essa integração econômica ocorrer, os países de economias dependentes deveriam se desenvolver para poder concorrer em igual patamar com as economias dos países desenvolvidos e “modernos”.

¹⁷ Cabe destacar aqui a formação de frentes de trabalho para a construção de açudes, onde utilizavam a força de trabalho dos retirantes, homens, mulheres e crianças que eram alistados pelo DNOCS e Ministério Viário. De acordo com Neves (1995), os Campos de Concentração deveriam ter o objetivo de servir como posto de alistamento para os serviços públicos.

¹⁸ Na década de 1940, dentro das agendas internacionais do pós-guerra estava em pauta a busca por estratégias para o desenvolvimento econômico dos países periféricos como forma de superação do subdesenvolvimento através da abertura de mercados e integração econômica. Mas, a partir de 1950, com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), criada pela ONU, vem à tona uma série de debates sobre o subdesenvolvimento das nações, a situação de dependência da periferia para com os países centrais, as disparidades políticas e sociais encontradas em países tido como “atrasados”, como a pouca ou a nula expressão econômica no comércio internacional. Os debates vindos da Cepal reuniram incentivos aos Estados nacionais para desenvolverem políticas voltadas para o desenvolvimento interno dos países da América Latina, priorizando a modernização dos meios de produção e vias de acesso.

No Brasil, o planejamento regional para o Nordeste seguiu a tendência cepalina para o planejamento das ações de desenvolvimento regional com incentivos à modernização dos meios de produção e dinamização do setor industrial¹⁹. Neste contexto surge a Sudene em 1959, no Governo JK, com ações que priorizaram a instalação de polos industriais. Celso Furtado, à frente da Sudene, incorporou o discurso da modernização como forma de promover a urbanização (a revolução do desenvolvimento), de organizar as classes e a única forma de superação dos obstáculos estruturais do “atraso”, do “subdesenvolvimento” e da “dependência” (CASTRO, 1992; LISBOA, 2007). Contudo, a construção da economia regional do Nordeste segue em busca de atenuar os efeitos negativos na economia nacional. Nesse sentido concordamos que “Congruente ao regionalismo nordestino, a formação da região também responde aos interesses da reprodução capitalista, uma vez que, no contexto de sua formação, buscavam-se medidas contra os efeitos negativos da dependência externa” (LISBOA, 2007, p. 104).

Porém, a Sudene é politicamente capturada pelas oligarquias nordestinas durante o período militar que a utilizou como fonte de recursos, levando-a a um desvirtuamento de seus princípios. As tentativas de homogeneizar a economia e de integrar os mercados não conseguem romper com as disparidades sociais nem com os dualismos econômicos propostos pela visão cepalina e furtadiana trazidas pelo sistema GTDN/Sudene. Os interesses da elite regional se sobressaem financiados pelo Estado, que passa a assistir a região com recursos do Banco Mundial financiando outros programas de desenvolvimento e integração nacional nos anos de 1970²⁰, ampliando as proposições de diminuição das diferenças regionais.

Entretanto, sob a influência internacional das tendências políticas liberais, o Estado brasileiro deixa aos poucos de ser um agente estruturador e financiador das políticas econômicas para o desenvolvimento regional. Sem o apoio estatal de antes, o capital privado

¹⁹ O pensamento cepalino da época era o de concentrar as energias na modernização dos setores agrícolas e na industrialização descentralizada. Esse processo deveria resultar em um aumento das exportações do qual o país era carente e na dinamização dos espaços onde o capital não teria se territorializado. O Estado é o principal ator desse processo, pois deveriam partir dele os estímulos e a proposição das mudanças de modelo político. Dentre outras posições cepalinas, está a defesa do nacionalismo econômico, na qual os Estados Nacionais da América Latina devem propor internamente a mudança evitando a dependência internacional (LISBOA, 2007).

²⁰ Esses projetos e programas seguem a retórica vigente de minimizar as mazelas consequentes das secas. Os anos de 1970 são marcados por uma série de lançamentos de planos e programas voltados para o desenvolvimento e integração nacional: o Programa de Integração Nacional (PIN); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN); Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor); Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (Prohidro); Programa de Emergência para Luta Contra as Secas, entre outros (LISBOA, 2007).

traça novas estratégias para a sua territorialização e expansão. Daí entra em cena as tendências de antecipação espacial e a seletividade espacial do capital como reflexo das tendências neoliberais.

Dessa forma, o Estado brasileiro neoliberal aparece como um agente propiciador do desenvolvimento regional através de ações cada vez mais locais para o benefício do capital privado. Em consequência disso, são traçadas novas rotas para o capital empresarial, reflexo da descentralização industrial da região concentrada.

Assim, com a proposição de novas ideias políticas gestoras do território nacional, as ações governamentais de assistência ao desenvolvimento regional, como a construção de polos centrais de desenvolvimento, caem em desuso dentro das agendas políticas dos anos de 1990 aos anos 2000. O Estado tem agora o papel de transformar os espaços que estão fora das rotas de mercado em espaços atrativos para o capital externo, como ressaltamos no início do capítulo. A essas dinâmicas espaciais que expressam a descentralização dos circuitos industriais através das práticas espaciais da seletividade espacial e antecipação espacial, nomeada por Corrêa (2006), é o que Santos e Silveira (2008) chamam de “guerra dos lugares”.

Essa “guerra de lugares” é formulada a partir das atrações oferecidas pelos espaços através de políticas territoriais para a instalação de empreendimentos industriais nos municípios que estão fora das rotas triviais da economia nacional. A atração espacial é feita principalmente pela isenção fiscal, pela disponibilidade de infraestrutura (rede de energia, esgotamento, estradas, portos, etc.) e recursos humanos (mão de obra). Com isso, os territórios/lugares se tornam valorizados e competem entre si com a oferta de benfeitorias estruturais que refletem na redução dos custos de instalação.

Dessa forma, dotar o espaço de atrativos para o capital foi percebido por Araújo (1997) como uma tendência atual para a localização de investimentos. Assim,

Outro ponto importante a se observar atualmente é a tendência de investimentos em infraestrutura econômica e nos desenvolvimentos científico e tecnológico. Isso porque, dentre os novos elementos portadores de capacidade de atração de atividades e investimentos, especialmente no que diz respeito às atividades industriais, vêm sendo frequentemente apontadas a existência de mão de obra qualificada e a presença de competentes centros de ensino e pesquisa científica e tecnológica (ARAÚJO, 1997, p. 29).

Com essa nova proposta do Estado para investimentos, o Nordeste também é chamado a mudar seu discurso “fundador” e as imagens historicamente instituídas pela cultura e pelas manobras políticas que reforçam(vam) o pensamento determinista no imaginário nacional produzido. Essa mudança está refletida nas novas ações voltadas para o desenvolvimento regional através das políticas fiscais para a valorização dos lugares e também para a formulação de projetos governamentais de economia mista que aliam o poder público com a iniciativa privada (CASTRO, 1996).

Assim, nesse momento de metamorfoses de significados, duas lógicas dentro da organização e da apreensão das políticas públicas para o desenvolvimento do território regional são notadas: de um lado, uma visão conservadora e de outro, modernizadora, “(...) de um lado a submissão a um imaginário trágico e de outro a redenção do atraso através da tecnologia (...)” (CASTRO, 1996, p. 298/299).

Esse novo interesse, contido no discurso político regional vigente convive com a mesma natureza do semiárido dos “discursos das necessidades”, porém, vê na possibilidade fiscal motivações de modificar a lógica produtiva na região reestruturando-a e modernizando--a. Dessa forma, o clima, a utilização dos reservatórios hídricos existentes, a proximidade com outros mercados passam a constituir fatores que vão compor as políticas e os discursos políticos para a implantação de projetos de irrigação e, particularmente, da fruticultura irrigada, propiciando o surgimento de uma nova paisagem produtiva no setor agroexportador.

Entretanto, novos discursos são lançados e novos interesses são ressaltados pelo território do interior do Nordeste. A natureza é considerada por essas novas políticas como forma de potencialidade que se alia aos favorecimentos fiscais. O que se vê é uma reestruturação da base produtiva, o surgimento de uma nova dinâmica de mercado e a territorialização do capital em espaços descentralizados da região concentrada.

Entretanto, os discursos fundadores do imaginário social do Nordeste não são superados; o que se vê é a sucessão de novos elementos discursivos que contribuem para alimentar esse imaginário de Nordeste. Os projetos governamentais de economia mista produzem novas bases e outras redes de relação comercial trazendo outros elementos para a discussão do imaginário regional produzido pelos discursos proferidos pela elite local/regional, como também, estimulam o debate sobre o papel do Estado como agente protetor dessa nova elite e como gerente do desenvolvimento regional.

Portanto, a partir dessa nova mudança no “ver” e no “dizer” Nordeste, outro texto e discurso são produzidos para os projetos públicos e de economia mista, visando o desenvolvimento, inaugurando-se novos circuitos produtivos globalizados.

Com isso, parte das ações políticas e econômicas para o desenvolvimento regional vão se concentrar principalmente no setor do agronegócio no semiárido, onde podemos citar exemplos tendo a irrigação como elemento comum e como palavra que desencadeia uma nova sequência tanto de discursos como de imagens, que, ora se confrontam com o discurso fundador das necessidades de outrora, ora se congratulam com os interesses de classe e permitem a sua reprodução política e ideológica.

Esse novo interesse pela região passa pelo crivo das novas tendências e exigências mundiais de mercado. O avanço do meio técnico-científico-informacional e o conjunto de forças e de favorecimentos, e a criação de novos fluxos de capital propiciaram uma reestruturação das bases produtivas regionais e uma reorganização da divisão nacional/internacional do trabalho incluindo o interior do Nordeste no itinerário do capital nacional, além de uma consequente descentralização das rotas triviais da economia.

1.1.2 Reestruturação produtiva e os pontos “luminosos” do Nordeste

Diante da trajetória do discurso político do desenvolvimento regional que foi construída juntamente com o discurso regionalista, que subsidiou o imaginário coletivo sobre a região, podemos notar as mudanças ocorridas nos padrões de intervenção do Estado na promoção das políticas de desenvolvimento regional. Contudo, dois fatores de grande influência se destacam na formação de uma nova dinâmica econômica da região a partir da criação desses fluxos econômicos não tradicionais: o fenômeno da mundialização da economia e a ascensão das áreas periféricas em constante modernização.

Ambos os fatores nos levam a refletir sobre a expansão do meio técnico-científico-informacional nos interiores do Nordeste que vem a reforçar o pensamento da reestruturação produtiva das atividades industriais e agroindustriais da região, e, conseqüentemente, a formação de “pontos luminosos”. Porém, o conhecimento e a conceituação de ambos os termos se fazem necessários para uma compreensão maior do objeto de estudo dessa pesquisa: o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa e seus fatores de diferenciação.

Com preocupação geográfica, Milton Santos (2008) resume o que seria o então meio técnico-científico-informacional como sendo uma resposta geográfica ao processo de

globalização. Este meio técnico-científico-informacional seria o nosso atual meio, onde não apenas a inovação das técnicas de produção, como também os avanços da ciência fazem a diferença na atual divisão internacional do trabalho; a velocidade da informação diminui o tempo da interação entre as frações do espaço e as distâncias nas relações entre os indivíduos, proporcionam uma maior e mais rápida fluidez dos capitais dentro dos mercados mundiais.

Assim, de acordo com Santos,

A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em "sistema-mundo" de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Nesse sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único "mundo" e assiste-se a uma refundição da "totalidade-Terra" (SANTOS, 2008, p. 45).

Para esse autor, com a superação da primeira natureza, a ciência, a tecnologia e a informação são as atuais bases para as transformações espaciais de uma sociedade em vias de adaptação às novas demandas do mundo. Há uma tendência progressiva, ainda que de forma multiescalar²¹ e desigual, de transformação do espaço geográfico em um espaço geográfico progressivamente mais técnico, científico e informacional.

Desse modo, o papel do “lugar” no meio técnico-científico-informacional é reapresentado dentro de uma geografia mundial, os lugares se tornam representantes de um universo de possibilidades de relações com o mundo. O meio técnico-científico-informacional apresenta-se como uma tendência progressiva contemporânea de redimensionamento das relações entre o lugar das “ocasiões” e o mundo das “oportunidades”²², em que,

A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificização e a tecnicização da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização (SANTOS, 2008, p. 48).

²¹ Quando falo que o meio técnico-científico-informacional tem a tendência progressiva, porém multiescalar, refiro-me às variáveis de escalas de abrangências do mesmo, essa dependerá das condições tecnológicas e científicas do local.

²² Como disse Milton Santos: “O mundo oferece as possibilidades e o lugar as ocasiões” (SANTOS, 2008, p. 47).

Contudo, ao dizer que, “O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo” na sua obra, Milton Santos supôs que, hoje, o “lugar” pode ser diferenciado por uma rede hierárquica de relações mundiais, assim como o “tempo” e as temporalidades são estabelecidas pelas necessidades de um padrão hegemônico ditado pelos atores dessas possibilidades mundiais de relação entre os lugares.

Entretanto, essa diferenciação dos lugares no novo espaço-tempo do meio técnico-científico-informacional e a sua consequente hierarquização dentro do espaço mundial, segundo as variáveis-chaves desse período (tecnologia, informatização e acessibilidade), leva a refletir as formas desiguais, concentradoras e espacialmente seletivas desse avanço. Dessa forma, alguns lugares nascem nos circuitos da projeção mundial, enquanto outros retroagem nas suas funções em relação ao mundo acompanhando as tendências de um desenvolvimento geográfico desigual ou de um espaço em desenvolvimento constantemente fragmentado.

Porém, com essa centralização dos dispositivos do meio técnico-científico-informacional, ocorre também o reforço de algumas regiões produtivas do país, um reflexo da rápida adaptação às novas tecnologias, às demandas e exigências do mercado global, caso da região concentrada nomeada por Santos e Silveira (2008).

O espaço geográfico, como se sabe, não é uma entidade estagnada e imutável, ao contrário, é dinâmico. O espaço geográfico está em constante dinamismo. Superação progressiva da primeira natureza, superposição das paisagens atemporais, ascensão das formas e estruturas, emergência e alternância das funções, formam um quadro de constantes reorganizações dentro do processo histórico de desenvolvimento de uma sociedade; é dentro deste processo histórico que o espaço geográfico é produzido e renovado.

Portanto, o meio técnico-científico-informacional seria a expressão geográfica do fenômeno atual da globalização que impõe ao espaço geográfico a criação de novos circuitos de fluxos (de capitais e de mercadorias) e chama novos lugares a participar da nova dinâmica mundial.

Santos e Silveira (2008) destacam as fases de estruturação e difusão do meio técnico-científico-informacional, que começou na década de 1970, com a revolução das telecomunicações, a modernização de alguns setores importantes da economia nacional e a própria integração das regiões brasileiras com a construção de estradas e aeroportos²³. Com a

²³ Cabe lembrar que no Nordeste essas iniciativas se deram sob a custódia da Sudene com o intuito de integrar a região ao país.

globalização e esses elementos incorporados ao espaço, um novo meio geográfico nacional passa a ser redesenhado e o avanço do meio técnico-científico-informacional passa a ser um fator de diferenciação dos lugares (SANTOS e SILVEIRA, 2008). Assim, nos dizeres desses autores,

Cabe, todavia, diferenciar uma primeira fase, um período técnico-científico que no Brasil dos anos 70, caracterizou-se, entre outros aspectos, por uma revolução das telecomunicações. É, sobretudo nesse momento que, ultrapassando o seu estágio de pontos e manchas, o meio técnico realmente se difunde. Mas o novo meio geográfico (técnico-científico-informacional) permanece circunscrito a algumas áreas. Já com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou escassez das novas variáveis-chave (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 28).

Com isso, é possível falar no agravamento das diferenciações regionais com o fortalecimento da Região Concentrada no centro-sul do país, pois o capital investidor dos novos setores modernos da economia (indústria metalúrgica, agroindústrias, siderúrgicas, etc.) será territorializado com maior fertilidade onde houver maior acesso às redes de tecnologia, informação e acessibilidade viária.

Todavia, com as políticas de desenvolvimento regional e de integração nacional, no período de 1950 a 1970, o movimento das agências de desenvolvimento regional e do Governo Federal, na busca de modernizar, industrializar e urbanizar a todo custo, resultou na estruturação de pólos industriais por todo o país. Contudo, aos poucos, as políticas fiscais, a estruturação de novos lugares para a formação de novos pólos de desenvolvimento, longe das redes usuais da economia, aos poucos criaram um novo itinerário para as indústrias, ou seja, houve um movimento de descentralização industrial da Região Concentrada para os interiores do país. Essa descentralização é também motivada pelas políticas fiscais e pela incorporação de infra-estrutura financiada pelo Estado, que tornaram os lugares, ou novos territórios produtivos mais apazíveis para o capital industrial.

Nessa fase, o Estado é o facilitador tanto das políticas públicas para essa descentralização industrial com vistas ao desenvolvimento econômico das regiões “desfavorecidas”; como também, posteriormente, com a onda das políticas liberais, se torna o primeiro financiador da reestruturação produtiva da região Nordeste, preparando ou criando os “lugares”, pois, como afirmaram Santos e Silveira (2008, p. 116): “Quando envelhece, o lugar é chamado a criar novos atrativos para o capital”.

As inovações técnicas-científicas-informacionais se estendem até os espaços periféricos através dos novos capitais industriais incentivados principalmente pelas políticas fiscais dos estados federais e municípios. Os incentivos fiscais se tornaram nos últimos anos fatores determinantes das políticas de planejamento e de localização para a instalação e transferência de empresas, assim os atrativos fiscais proporcionam concorrência entre os lugares que se tornam competitivos. Essas “guerras fiscais” ou “guerra de lugares” formam indiretamente o discurso sobre as vantagens espaciais de cada lugar, trazidas por essas inovações técnicas e fiscais.

No entanto, nessa fase, o capital nacional apoiado pelas políticas liberais territorializa-se distante dos centros da economia nacional do Centro-Sul, formando circuitos alternativos de investimento nos setores industriais que impôs uma nova generalização do comportamento espacial nas diversas escalas: mundial, nacional e regional. Estamos falando do fenômeno da reestruturação produtiva que seria um resultado ou a resultante do avanço do meio técnico-científico-informacional²⁴.

Contudo, ao refletirmos sobre o que seria a reestruturação produtiva, de início, temos a idéia de algo passado ou ultrapassado que é reapresentado com novas funções; ou que uma ordem estabelecida anteriormente foi superada ou está em crise necessitando de uma nova estrutura; uma nova ordem proposta; ou uma nova função adaptada para as novas demandas do presente. A compreensão sobre o movimento de reestruturação encontra apoio em Soja (1993), que conceitua e chama atenção para esse como o momento de superação e ruptura do passado e proposição de novas estruturas para o futuro. Assim,

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficiente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles uma expressiva mudança estrutural (SOJA, 1993, p. 193).

Assim, uma reestruturação é tida como uma etapa evolucionista da ordem social, política e econômica em marcha para um progresso. Como toda superação de etapas nas instâncias do Estado (política, social e econômica) e no seu comportamento, a reestruturação

²⁴ Ao falar de reestruturação produtiva nos cabe refletir um pouco sobre o que seria essa reestruturação em seu sentido mais amplo para depois afinarmos refletirmos sentido em nossa área de estudo.

está sujeita a momentos de crises, de adaptações de padrões comportamentais e resistência a tais mudanças. Contudo, Soja (1993) ressalta que toda reestruturação não é um processo mecânico e automático sem resultados predeterminados, sendo então um processo gradativo e árduo de mudança nos padrões e práticas sociais preexistentes.

Dessa forma, temos a reestruturação como um processo evolutivo de superação das estruturas e das funções atribuídas anteriores agindo como um movimento de transformação e de dinamização do espaço de acordo com a necessidade do lugar. Complementando, temos nas palavras de Soja (1993, p.194) que “como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente”.

Entretanto, para apreendermos a reestruturação/reorganização de uma ordem ou país é necessário refletir a trajetória social (política e econômica), o que exige do cientista uma visão de permanente retrospectiva o que, contudo, não é nosso propósito fazê-lo. A reestruturação não se trata por si de um momento e sim de um processo evolutivo de variadas escalas espaciais e temporais influenciada por diversos fatores.

Portanto, uma reestruturação produtiva seria o processo de reorganização dos padrões produtivos, a superação do paradigma da regionalização e/ou territorialização do capital na região concentradora dos meios-vetores da nova fase (ciência, tecnologia e informação) – no Brasil, na Região Centro-Sul –, uma tendência à superação de um modelo de investimento do Estado nos territórios em ascensão, a emergência de novas rotas da economia, a difusão dos padrões hegemônicos do fenômeno da globalização e a consequente expansão do meio técnico-científico-informacional.

Contudo, é a partir dos anos de 1970 que a evolução da reorganização toma o território brasileiro passando a estreitar relações com o mercado global. O território nacional passa a ser preenchido e articulado entre si e entre os “lugares mundiais”. Dessa forma,

A união entre ciência e técnica que (...) havia transformado o território brasileiro, revigora-se com os novos portentosos recursos da informação a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. (...) O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades, a produção e, sobretudo, à circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional (...) que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou constituindo manchas e pontos no resto do país (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 52-53).

Essa relação entre a reestruturação produtiva e a difusão do meio técnico-científico-informacional no Brasil vai ser o elemento-chave para a apreensão do fenômeno da reestruturação produtiva da agroindústria no Nordeste. Tanto a reestruturação das atividades produtivas como a consequente difusão do meio técnico-científico-informacional passa a ser tendência na reorganização espacial da região e na territorialização dos fluxos e fixos nos novos circuitos da economia regional.

Os “pontos luminosos”²⁵, ou “focos de modernidade”²⁶, ou novos arranjos produtivos do Nordeste são os novos territórios produtivos associados ao agronegócio/agroindústria. São também a territorialização dos fluxos e fixos em espaços alheios aos circuitos formais, em que as verticalidades predominam sobre as horizontalidades e o meio técnico-científico-informacional impera sobre o meio natural.

Contudo, o comportamento dúbio do Estado no Nordeste se expressa por meio da seguinte forma: assistir para que ocorra o desenvolvimento e a expansão reflete na região através da tendência mundial de desenvolvimento regional; esse resultado está traduzido nos novos elementos atribuídos à paisagem produtiva regional que se junta com as estruturas produtivas conservadoras e monopolizadoras do espaço. Há, portanto, uma modificação progressiva no “ver” a região.

No Nordeste agrário, essas mudanças no “dizer” e no “ver” da região podem ser notadas mais facilmente. O campo moderniza-se, novas frentes produtivas surgem, os mercados internacionais se articulam com a esfera local, novas relações de trabalho passam a se impor, o campo expulsa a agricultura familiar camponesa e abre possibilidades para a agroindústria de alto impacto. Com esses elementos na discussão, podemos refletir e percorrer melhor sobre os impactos dessa reestruturação produtiva no Nordeste, em especial no semi-árido, contextualizando, assim, o sertão paraibano.

No entanto, segundo indicativos econômicos, a atividade da fruticultura irrigada é um dos segmentos mais promissores e mais dinâmicos do agronegócio na Região Nordeste, apresentando índices de prosperidade na economia regional em constante crescimento registrado por Araújo (1997 e 2000)²⁷. Vários projetos voltados para a fruticultura irrigada

²⁵ Aqui nos referimos ao termo utilizado por Santos e Silveira em 2008 e em Elias em 2006. Para nós, os “pontos luminosos” não seriam a representação espacial da territorialização do capitalismo agrário em espaços não usuais, e sim, onde, as contradições desse modo de produção seletivo, permitem que sejam revelados os meios de luta para a reconquista da terra e a reprodução da cidadania nesses territórios que gestam territorialidades camponesas. São esses pontos que iluminam sobre os espaços obscuros dos contrastes desiguais da economia nacional.

²⁶ É como Araújo (1997) identifica os focos de desenvolvimento econômico surgidos nas últimas décadas na Região Nordeste.

²⁷ Em artigo, Araújo descreve o crescimento econômico global do Nordeste: “No global, nas décadas recentes, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB do país. Vários

foram fundados na perspectiva de tornar os lugares mais competitivos e acolhedores de capitais dos vários lugares do mundo²⁸. Essa prosperidade que é anunciada não é capaz de esconder os problemas sociais que não são anunciados no discurso político.

A despeito dos argumentos auspiciosos sobre a fruticultura irrigada, um ponto não pode deixar de ser apresentado neste debate: é a forma como se dão essas modificações da reestruturação produtiva. Como vimos, a expansão do meio técnico-científico-informacional não se dá ou não se deu de forma linear no tempo e no espaço, pois existe uma predefinição dos elementos-chave (disposição de tecnologia, informação e investimento nas pesquisas científicas) disponíveis no lugar. Portanto, essa expansão ocorre de forma seletiva e hierarquizada e assim acontece com o processo de reestruturação produtiva da agroindústria do Nordeste.

Dessa forma, as desigualdades do tempo e do espaço na reestruturação produtiva nos fazem refletir em um desenvolvimento geográfico desigual, característico do desenvolvimento do capitalismo, como afirma Harvey (2006). Com base na teoria do desenvolvimento geográfico desigual, podemos compreender melhor a reprodução do espaço no modo capitalista de produção, sobretudo se considerarmos espaço e tempo pares inseparáveis.

Nessa teoria, Harvey tem suas raízes na compreensão marxista do desenvolvimento desigual e combinado, do também marxista Leon Trotsky, que mostra que por mais que a tentativa de homogeneizar o mundo pelo capitalismo através da espacialização de meios técnicos e da modernização de suas estruturas arcaicas, alguns países continuarão a ser mais modernos e outros vão permanecer “atrasados”. O mundo conviveria assim com diferentes estágios da evolução econômica, uns de forma mais dispersa, outros mais concentrados resultando na dependência econômica.

estudos recentes confirmam esse comportamento. De 1960 a 1988 a economia nordestina suplantou a taxa média de crescimento do país em cerca de 10; e entre 1965 e 1985 o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais do que o do Japão no mesmo período (5,5 ao ano)” (ARAÚJO, 1997, p. 9).

²⁸ No Nordeste, os arranjos territoriais produtivos agrícolas dividem as suas atividades produtivas em fruticultura irrigada e a produção de grãos. Os estados envolvidos na fruticultura e que mantêm destaque na produção são: Ceará (Limoeiro do Norte e Quixeré, no baixo curso do rio Jaguaribe); Rio Grande do Norte (Açu, Mossoró e Ipanguaçu no Vale do rio Açu) e Bahia (Petrolina e Juazeiro, no médio São Francisco). Na produção de grãos, destacamos os estados: Maranhão (Balsas), Piauí (Uruçuí) e o oeste da Bahia (em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães). Nesses arranjos territoriais de produção agrícola podem ser encontradas empresas nacionais, multinacionais e cooperativas de produtores que atuam em parceria com grandes empresas (ELIAS, 2006).

Trotsky, um dos precursores²⁹ da teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, afirmou que os países capitalistas não avançam na mesma linha de tempo e espaço; ele acreditava que

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 1978, p. 25 apud THEIS, 2009, p. 4).

Dessa forma, o capitalismo, ao contrário do que a teoria econômica clássica que Smith e Ricardo formularam, expande-se de forma heterogênea, não linear e anacrônica, sem respeitar os estágios “naturais” da economia dos países. Assim, a falta de sincronias resulta em contrastes econômicos consideráveis ocasionando trocas desiguais e a dependência dos países que acentuam o caráter desigual e combinado das economias mundiais (LÖWY, 1995).

Para Theis (2009, p. 5), a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey “constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países”. Por ser considerada a teoria espacial da compreensão desigual do desenvolvimento capitalista, amplia-nos a apreensão dos contrastes resultantes das propostas do desenvolvimento regional que ocorrem no Nordeste.

Contudo, nas palavras de Harvey (2006),

Os desenvolvimentos geográficos desiguais do tipo que esbocei levantam claramente barreiras à “adequada unificação” de múltiplos interesses particulares em alguma estrutura que exprima o interesse geral. Há conflitos em lugares nos quais as preocupações locais em torno do acesso a recursos, à

²⁹ No entanto, consta que Lênin foi o precursor da teoria de Desenvolvimento Desigual. Ao examinar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, porém, depois da Revolução de 1905 a teoria ganhou mais significado com Leon Trotsky, ao prestar atenção no desenvolvimento desigual da Rússia durante situação revolucionária (THEIS, 2009).

criação de melhores condições de vida e da obtenção de formas elementares de segurança econômica se sobrepõem a todos os esforços de cultivar o respeito a questões globais importantes como são, por exemplo, os direitos humanos, a emissão de gases do efeito estufa, a preservação da biodiversidade ou a regulamentação dos usos da terra destinada a evitar o reflorestamento ou a desertificação (HARVEY, 2006, p. 114).

Em Harvey (2006), o desenvolvimento geográfico desigual acarreta uma série de resultados não pretendidos nos projetos do capitalismo e esses resultados são acelerados com a dinâmica da globalização em diversas escalas como impactos no meio ambiente, impactos culturais e sociais tanto no campo como na cidade. Nesse caso, é “por meio da compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais que podemos avaliar de modo mais pleno as intensas contradições existentes no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização” (HARVEY, 2006, p. 115).

Com isso, através das políticas de desenvolvimento da economia regional, do final da década de 1950 até o presente, houve uma progressiva reestruturação da base produtiva a partir da seletividade do capital influenciado pelas políticas fiscais, reforçando as desigualdades no espaço agrário e resultando em um desenvolvimento geográfico desigual com projetos do setor agropecuário voltados para um mercado mais globalizado³⁰.

No entanto, seguindo esse pensamento, para Harvey (2006)

A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. (...) A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo em que concentra poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população. (...) O padrão pode então ser descrito como consequências geográficas desiguais da forma neoliberal de globalização (HARVEY, 2006, p. 115).

Com os avanços do período técnico-científico-informacional no setor agrícola, a resistência na conservação da estrutura fundiária prevalece. A Região Nordeste consegue manter uma estrutura agrária conservada como em séculos passados. Esse conservacionismo se reflete no bloqueio ao acesso à terra e à equidade econômica nesses chamados “pontos luminosos”. Excluem-se os produtores familiares e camponeses do processo produtivo, por

³⁰ Como o nosso trabalho se fundamenta na reflexão de um projeto de fruticultura irrigada, mantemos o nosso foco nas transformações ocorridas nesse setor, mas sabemos que o movimento de reestruturação produtiva se refletiu no crescimento de outros setores da economia da região como a indústria de bens de consumo e indústria têxtil. Para uma discussão mais geral a esse respeito, recomendamos a leitura de Araújo (1997, 2000) e Santos e Silveira (2008).

não serem empreendedores tornando-se subordinados e submissos a essa monopolização do capital, de terras e de recursos.

Dessa forma, o desenvolvimento geográfico desigual do espaço agrário, trazido pela agricultura moderna e globalizada no Nordeste, reflete negativamente no social, como nos esclarece Elias (2006),

[A] reestruturação da agropecuária brasileira, isto é, a intensificação do capitalismo no campo, com todas as possibilidades advindas da revolução tecnológica, processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva. Diante disso, manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento. Isso significa que privilegiou segmentos sociais, econômicos e os espaços que são rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo (ELIAS, 2006, p. 28).

A reestruturação produtiva das atividades agroindustriais, destacando a atividade da fruticultura irrigada, acaba por se tornar, além de um elemento centralizador de capital e terras, também uma forma de subordinar os excluídos desse processo, a exemplo, a classe camponesa. Portanto,

Amplia-se, assim o processo de subordinação de alguns pequenos produtores agrícolas que, ao invés de expropriados pelo processo de territorialização do capital no campo e de monopolização de espaço agrário, subordinam-se diretamente às empresas agrícolas, às quais transferem uma parte da renda da terra que lhes caberia. Esta subordinação se dá por meio de mecanismos financeiros e de controle técnico da produção assim como pela contratação da compra da produção (ELIAS, 2006, p. 37).

Contudo, além da subordinação trabalhista que é imposta pela reestruturação produtiva, a transferência da renda da terra para o agronegócio subtrai rendimentos do campesinato local impondo-lhes condições precárias de trabalho uma vez que a apropriação das terras por esse modelo implica na sua subordinação à empresa do expropriando da terra, fator da reprodução cultural da classe camponesa. Essa forma de agir sob esse novo arranjo trazido pelo avanço do meio técnico-científico-informacional estabelece uma nova divisão social do trabalho igualmente desigual. Os sujeitos nascidos dessa nova ordem espacial travam uma luta de forças nessa nova divisão social do trabalho.

Para Cavalcanti (1996) os reflexos negativos da reestruturação produtiva – subordinação e concentração – são impostos pela territorialização da modernização. Os

novos sujeitos que se acham unidos a esse quadro (empresários, cooperativas, empresas de transportes, etc.) consolidam a espacialização das desigualdades através de seus interesses competitivos de mercado, monopolização de tecnologias e recursos, materializando um campo de forças com os excluídos do processo como camponeses e demais trabalhadores rurais. Assim,

Esses novos atores sociais atuam num campo de forças, marcado por desequilíbrios e desigualdades, quanto ao acesso aos recursos e ao conhecimento dos processos sociais que lhes são subjacentes, especialmente naqueles relativos às novas características das relações com o mercado. Por outro lado, a desigualdade apresenta-se também nos níveis de competitividade da agricultura ou das agriculturas regionais num mercado aberto, onde os agentes locais podem ser afetados por estratégias adotadas pelos concorrentes no mercado, reduzindo ou ampliando as vantagens comparativas entre eles. Neste sentido, o terreno é movediço (CAVALCANTI, 1996, p. 111).

Porém, a lógica seletiva e opressora do capitalismo agrário, especialmente com a reestruturação da agropecuária do Nordeste, exclui as possibilidades de reprodução de um modo de vida camponês. Contudo, o capitalismo que territorializa, subordina e exclui, cria e recria em seu seio formas e meios para a reprodução do campesinato. Assim, as contradições do capitalismo do século XXI no Brasil, em especial no Nordeste, fecundam indiretamente os desejos de mudança e de luta pelo retorno à terra, que é, antes de tudo, o alicerce familiar e o fator cultural de reprodução do campesinato enquanto classe.

A partir do exposto e tomando como exemplo um projeto de irrigação localizado no interior da Região Nordeste no sertão paraibano, que daremos destaque a seguir, é que indagamos:

- Esses novos rearranjos espaciais trazidos pela reestruturação produtiva modificam a paisagem produtiva a tal ponto de impedir a reprodução de uma agricultura camponesa?
- E considerando a possibilidade de reprodução do campesinato num espaço de agricultura totalmente voltada para os mercados mundiais, quais os fatores que levam à construção dessa territorialidade?
- Afinal, que interpretação se pode dar desse território que reproduz, de forma contraditória, o agronegócio e a agricultura camponesa no sertão do Estado?

Oliveira (2001), em seu artigo “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária”, ao explicitar os princípios e pressupostos da marcha camponesa pela reforma agrária na história do Brasil, apresenta dados estatísticos

sobre a concentração fundiária e os índices de pobreza da população e nos convida indiretamente a uma reflexão a respeito das contradições do capitalismo e as saídas dos “excluídos” para se (re)significar e sobressair a toda essa expropriação.

Para Oliveira (2001), estaríamos então

diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (...) A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Podemos afirmar que a luta pela terra e contra o modelo concentrador de terras é também uma forma de reprodução do campesinato. A reprodução do campesinato deste século ocorre no seio das contradições do capitalismo no campo que em seu processo desigual e concentrador gera resistências por um pedaço de chão e a reconquista de sua cidadania.

Contudo, antes que as respostas para a problemática exposta acima possam provir do raciocínio e aos olhos, apresentaremos agora o espaço escolhido para a pesquisa em questão, o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (Pivas), onde, no correr da sua trajetória de instalação, novos sujeitos vão contrariar os interesses do Projeto e propor uma nova territorialidade camponesa.

1.2 Projeto de irrigação Várzeas de Sousa (Pivas): Uma contextualização

O Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (Pivas)³¹ (ver ilustração 01) foi gestado em meio às discussões e estratégias do Governo Federal durante o governo FHC em parceria com o Governo do Estado da Paraíba como uma forma de levar ao sertão do Estado uma atividade agroindustrial de proporções transnacionais. A região onde se encontra o Pivas já dispõe de outra experiência em irrigação pública. Trata-se do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, gerenciado pelo DNOCS e Emater locais, um estilo de irrigação pública, que há muito tempo demonstra a sua inviabilidade econômica e técnica.

³¹ A partir de então falaremos do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, cuja sigla é Pivas.



Ilustração 01: Placas indicativas do acesso aos lotes do Pivas, localizado na BR-230 entre os municípios de Sousa e Aparecida

Fonte: FARIAS, A.E.M., 2008.

A irrigação pública executada pelo DNOCS nos estados nordestinos se mostrou ineficaz ao longo de seu funcionamento. Alguns equívocos foram verificados na implantação dessa tecnologia, como: métodos de irrigação inadequados que ocasionavam impactos ambientais (salinização e desperdício de água); os modelos de cooperativismo e de associativismo beneficiavam uma minoria de colonos, principalmente os seus diretores; o perímetro em si não alterava a estrutura fundiária da região, as terras ainda continuavam concentradas nas mãos de latifundiários; os agricultores irrigantes eram dependentes do Estado, pois todo o suprimento alimentar, técnico e doméstico era reposto pelo DNOCS.

Sobre essa dependência, Bursztyn (1984, p. 42) afirma:

a despeito de todos os subsídios, os perímetros irrigados têm-se mostrado ineficazes, apresentando uma *desempenho* geralmente deficitária, fato que tem justificado a perpetuação da tutela do Estado, que acaba por converter-se em uma espécie de sócio-filantropico (arca com parte dos custos de produção, mas não participa do rateio dos lucros das indústrias que açambarcam a produção (BURSZTYN, 1984, p. 42).

No entanto, com a modernização da agricultura e os incentivos das políticas liberais no campo, o modelo de irrigação que vai permear as agendas políticas passa por uma

mudança de paradigma, não se pensa mais em uma irrigação pública com a instalação de perímetro irrigado visando o cooperativismo e a agricultura familiar. A necessidade de impor um tipo de agricultura voltada para o mercado globalizado influencia nos padrões usuais dos projetos de irrigação que o governo federal se propôs a fundar.

Contudo, essa necessidade de mudança nos paradigmas produtivos da agricultura irrigada moderna e globalizada foi observada por Cavalcanti *et al.* (2006) nos seus estudos na região da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, do qual podemos nos reportar aos novos projetos de agricultura irrigada implantados. Nesses novos projetos, as exigências empresariais e de mercado se sobrepõem aos interesses das classes de colonos e de camponeses que são deixados à parte do processo de produção (CAVALCANTI *et al.*, 2006).

Contudo, ao falar na mudança do paradigma da agricultura irrigada ocorrida nos últimos anos, referimo-nos à necessidade de redução no investimento do Estado e na sua intervenção no andamento dos projetos; redução da utilização de mão de obra, sendo reflexo do aumento da mecanização e informatização de todo o sistema produtivo; aumento no investimento em pesquisas de manipulação de sementes, adubos, defensivos e melhoramento de tecnologias; o aumento gradativo no número de colheitas por ano e; maior articulação com mercados estrangeiros para fins de escoamento de produção.

Assim, o que se pensa agora para a irrigação é em uma agricultura moderna, científica e global. O mercado das frutas, a fruticultura irrigada e o agronegócio dos grãos são grandes exemplos da mudança nos padrões dos projetos federais de irrigação, cada vez mais especializados num público empresarial e de finalidade para os mercados mundiais, pouco interessados na agricultura de pequenas proporções econômicas, como a camponesa ou familiar.

Entretanto, o modelo pensado para o Estado da Paraíba diferencia-se do modelo instalado do DNOCS, caracterizando-se pela presença do grande capital privado. Trata-se de um projeto de economia mista que alia interesses públicos e privados. Tal modelo serve-se das disponibilidades de tecnologias modernas e das experimentações de novas técnicas de plantio, colheita e manipulação de sementes, além das articulações com o mercado externo e com as regiões portuárias mais próximas.

A microrregião do município de Sousa e grande parte do sertão paraibano estão inseridas dentro de um novo discurso sobre o aproveitamento hídrico e também sobre as

novas rotas da economia regional motivadas pela expansão do meio técnico-científico-informacional no interior do semiárido nordestino. Para Santos e Silveira (2008), as

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 118).

Assim, os princípios que resguardam esse tipo de irrigação proporcionam uma reflexão primeiramente sobre a modernização da agricultura no período técnico-científico-informacional e, posteriormente, a respeito dos impactos dessa onda numa estrutura agrária incrivelmente polarizadora de recursos e promotora das principais disparidades sociais no campo. Mas, o desejo de implantar um projeto na região com essas características é antigo, data da década de 1950³², onde foi planejada a transposição do Complexo Estevão Marinho/Mãe d'Água³³ para a bacia hidráulica de São Gonçalo onde há um distrito de irrigação gerenciado pelo DNOCS.

Contudo, em 1960, com o engenheiro Luís Sabóia foi feito o projeto de irrigação com o intuito de aproveitar as águas que seriam transpostas através de uma rede de canais, túneis e barragens, para a irrigação em uma área de aproximadamente 2.963 hectares nas proximidades da cidade de Sousa, de localização não especificada. Em 1963 a empresa norte-americana Bureau of Reclamation é contratada pelo DNOCS e com esse órgão aprofunda os estudos da viabilidade irrigável das Várzeas de Sousa, uma área estimada de 2.800 hectares. No entanto, o projeto é considerado antieconômico pela empresa norte-americana e é deixado de lado.

Na década de 1970 a empresa Engenharia de Projetos Ltda. (Hidroservice) foi contratada pelo DNOCS, ao concluir os estudos, foi elaborada a proposta de irrigação

³² Informações retiradas do Jornal O Norte de 02 de julho de 1998, Caderno Especial sobre o Canal da Redenção.

³³ O Açude Estevão Marinho teve sua obra iniciada pelo DNOCS, em 1937, sendo concluído em 1943, com capacidade de 720 milhões de m³ de água; O açude Mãe D'água foi construído entre 1953 e 1956, tendo capacidade de 648,7 milhões de m³ de água; O sistema Coremas/Mãe D'água é considerado o maior reservatório de água do Estado da Paraíba e o terceiro do Nordeste. (LIMA, 2009) Os açudes Estevão Marinho (conhecidos como Coremas) e Mãe d'Água. Para uma leitura mais específica a respeito do Canal da Redenção e os conflitos decorrentes da Gestão dos Recursos Hídricos, recomendamos a leitura de Lima (2009).

intitulada: “Reversão das águas do Conjunto Coremas/Mãe d’Água para as Várzeas de Sousa – Esquematização e Seleção de Alternativas”, onde foi selecionada sete alternativas de construção, sendo uma mais viável. Nesse documento estavam previstas a vazão e a extensão do canal adutor pra irrigar mais de 6.500 hectares.

Os estudos são retomados no ano de 1993 com expressivos avanços nas pesquisas. A empresa de consultoria Agrossolo Engenharia Ltda. é contratada pelo DNOCS e complementa as pesquisas contidas no documento da empresa Hidroservice, que resulta no documento intitulado: “Reversão das águas do Conjunto Coremas/Mãe d’Água para as Várzeas de Sousa”. Este último documento passa a ser o projeto básico para a adução das águas do complexo Coremas/Mãe D’água para a irrigação de cerca de 5.000 hectares.

Em 1996, o Governo do Estado através da Superintendência Estadual de Planejamento (Suplan)³⁴ realizou a licitação e dá início às obras do canal adutor, ao mesmo tempo em que providencia os estudos básicos da área a ser irrigada nas Várzeas de Sousa. Em 1997, houve a continuidade da construção do canal e a criação de uma Coordenadoria de Irrigação e Drenagem, que realizam os Estudos de Viabilidade e concluem oficialmente o projeto básico do perímetro de irrigação, com uma área aproximada de 5.600 hectares.

De acordo com Lima (2009), o Canal da Redenção foi construído no intervalo de 1997 e 2002 e em 2008 é concretizado o projeto de irrigação Pivas com a estrutura hídrica necessária para o seu funcionamento contemplando as duas etapas do projeto inicial.

O Canal da Redenção construído entre 1997-2002 durante o Plano das Águas. Ele foi dividido em duas etapas. A primeira delas corresponde à construção do canal adutor com uma vazão de 4.000 l/s e com 37 km de extensão que atravessa os municípios de Coremas, São José da Lagoa Tapada e Aparecida. A segunda etapa, iniciada em 2008, corresponde à distribuição de lotes com infraestrutura para o funcionamento de um projeto de irrigação denominado Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (Pivas), cujo objetivo maior é desenvolver a fruticultura irrigada para exportação. Segundo dados do Ministério de Integração Nacional, o custo da obra foi calculado em R\$ 64.700.000, 00 (LIMA, 2009, p. 46-47).

Após o Decreto nº 20.843 de 29 de dezembro de 1999, 6.335,74 hectares de terras são desapropriados pelo governo do estado da Paraíba para a construção da infraestrutura do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa. As tendências atuais para os projetos de irrigação modificam também a estrutura pensada para o Pivas nos estudos iniciais feito pelo DNOCS;

³⁴ Note que o DNOCS deixa de administrar as obras do Canal da Redenção e da construção da infraestrutura do projeto de irrigação na região das Várzeas de Sousa, deixando a responsabilidade para o Governo do Estado, a partir de então.

a irrigação pública não atenderia às demandas impostas pelas políticas de desenvolvimento regional.

O Pivas é um projeto que se propõe a produção irrigada de frutas, leguminosas e grãos durante todo o ano através do sistema de agricultura irrigada. O Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa, localizado entre os rios do Peixe e Piranhas, entre os municípios de Sousa e Aparecida na BR-230 distando de João Pessoa 430 km, objetiva o aproveitamento agrícola de cerca de 5.000 hectares.

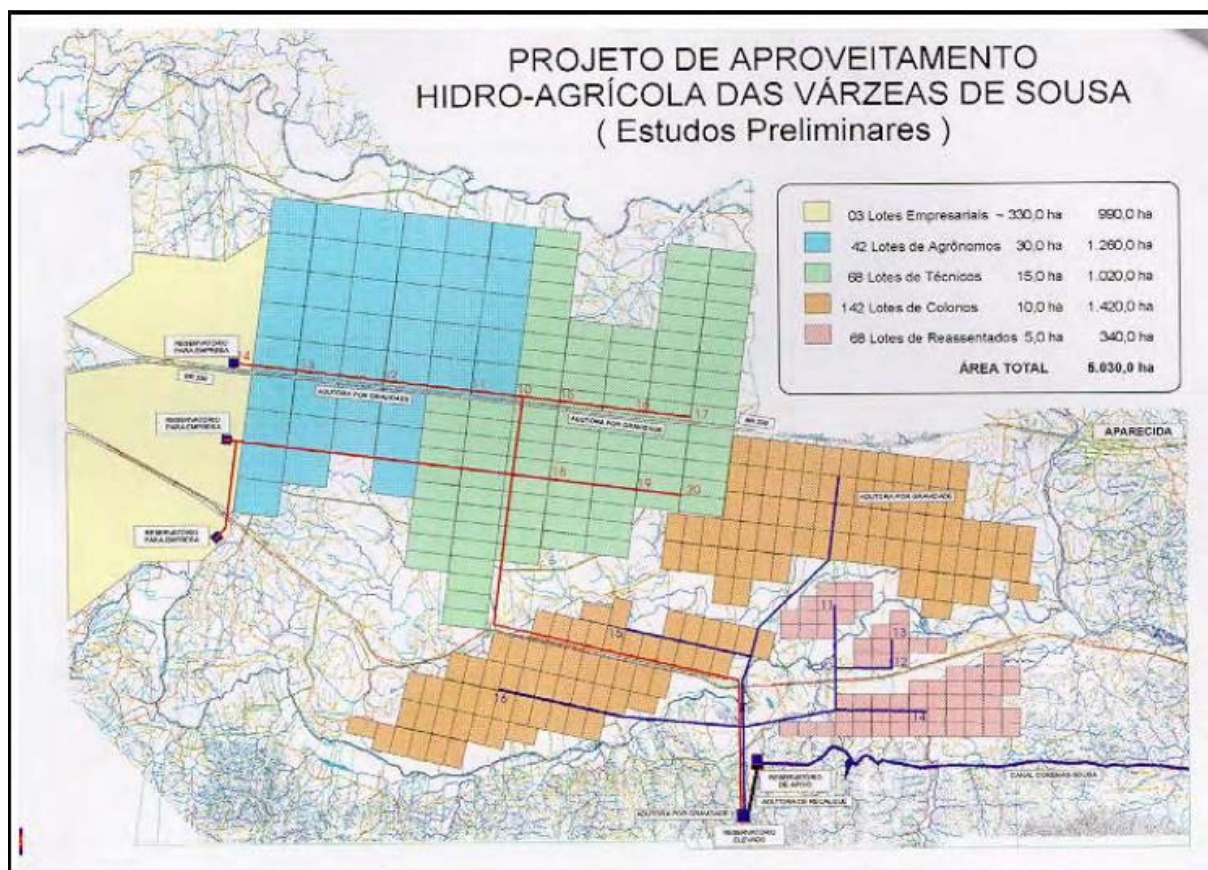


Ilustração 02: Primeira planta dos estudos preliminares Pivas lançada em 1997 Fonte: Semarh, 1997.

Na sua proposta, lançada em 1997, intitulada “Projeto de Aproveitamento Hidro-Agrícola das Várzeas de Sousa” (ver ilustração 02), estariam concentrados mais de 5.000 ha, sendo dividido em 284 lotes de exploração empresarial subdividido em categorias: Pequenos produtores, Técnicos e Empresários. Conforme mudanças governamentais, paralisação de obras e posterior retomada, o projeto fora modificado para melhor atender aos interesses políticos e empresariais (ver ilustração 03).

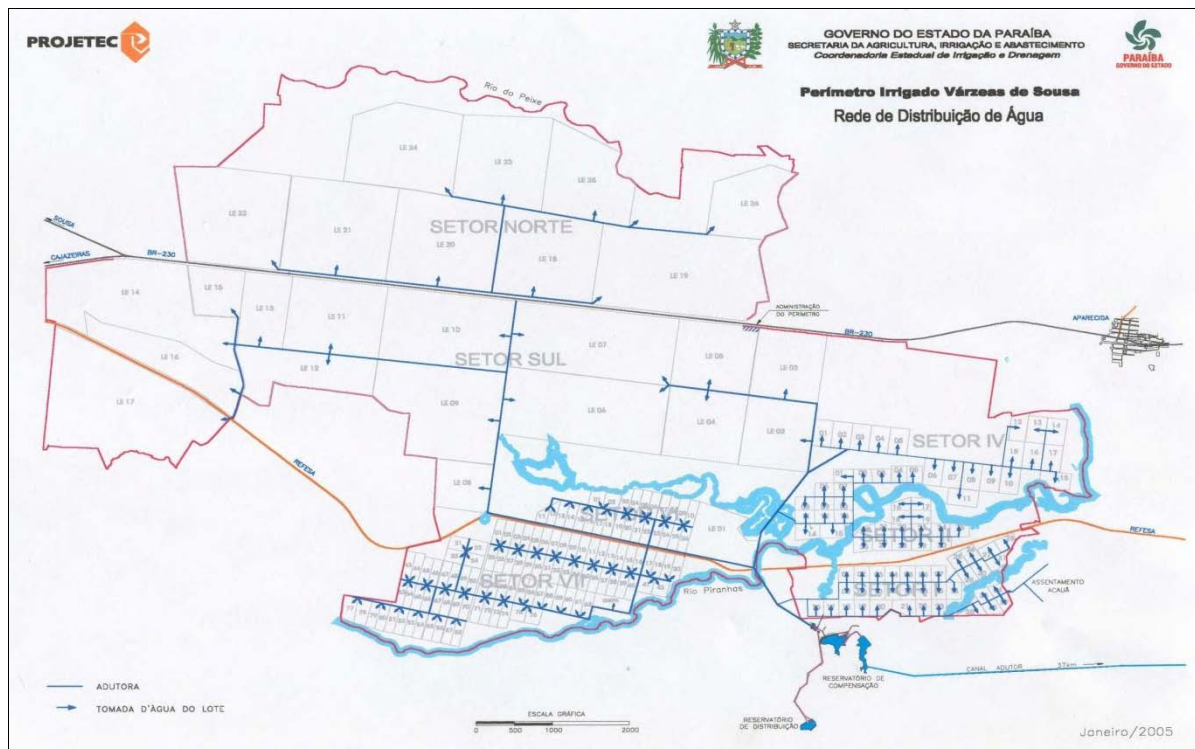


Ilustração 03: Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa, Rede de distribuição de água, ano 2005

Fonte: Governo do Estado da Paraíba. Coordenação do Pivas

As obras do perímetro foram paralisadas por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2002, após a comprovação de irregularidades, como a existência de superfaturamento e de fluxo de transferências durante o governo do então governador do estado, José Targino Maranhão – PMDB (no intervalo de 1995-2002). O projeto foi retomado no governo seguinte do PSDB pelo governador Cássio Cunha Lima e hoje o perímetro é dividido em 17 lotes empresariais, 178 lotes para pequenos produtores, seis lotes para o Incra, dois para pesquisas da Emepa e um lote para a Escola Agrotécnica de Federal de Sousa (Efas, atual Instituto Federal da Paraíba (IFPB)). A área total desapropriada é de 6.335,74 hectares, compreendendo a área irrigável e a reserva legal, esta com 1.267,93 hectares.

Como dissemos, a fonte hídrica que abastece o projeto é aduzida do reservatório Coremas-Mãe d'Água pelo Canal da Redenção, com vazão de 4.000 l/s. A responsabilidade da gestão das águas do Canal da Redenção é feita através pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa) que é vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Ciência e Tecnologia (SEMARH)³⁵, enquanto que a

³⁵ A Aesa é uma autarquia administrativa e financeira vinculada à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente (SECTMA, hoje SEMARH). Conforme a Lei nº 7.779, de 07/07/2005, no seu Art.3º, “São objetivos da Aesa, o gerenciamento dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais de domínio do Estado da

gerência do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa é feita pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (Sedap) através da Coordenadoria de Irrigação.

O valor da obra supera os 250 milhões de reais desde o início da construção até hoje, sem contar os reais valores que foram desviados que motivaram a paralisação das obras no ano de 2002. Os recursos investidos no projeto são provenientes principalmente do Ministério da Integração Nacional e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além desses recursos, os produtores do Pivas têm acesso a linhas de crédito no Banco do Nordeste e BNDES para financiamento da produção.

Atualmente foram licitadas três empresas de grande porte no Pivas; são elas: Santana Sementes (nos lotes 03, 05, 07, 09, 10, 11 e 12), que concentra a sua produção em grãos para a produção de biodiesel como: milho, girassol e sorgo (Ilustração 04); Mocó Agropecuária Ltda. (nos lotes 04 e 06) que até então produz arroz orgânico e frutas para exportação; e a empresa Agroviet (no lote 08). Nos demais lotes de pequenos produtores estão concentradas as produções de frutas como: banana, manga, hortaliças, melancia e goiaba³⁶.



Ilustração 04. Plantação de girassóis da Santana Sementes para biodiesel
Fonte: FARIAS, A.E.M, 2008

A primeira colheita registrada aconteceu em outubro de 2007 pela empresa Mocó Agropecuária, a primeira licitada no Pivas. Foram colhidas 25 toneladas de melão sem caroço e minimelancia de cultivo orgânico. A produção foi destinada para exportação

Paraíba, de águas originárias de bacias hidrográficas localizadas em outros estados que lhe sejam transferidas através de obras implantadas pelo Governo Federal e, por delegação, na forma da Lei, de águas de domínio da União que ocorrem em território do Estado da Paraíba” (PARAIBA, 2005).

³⁶ Em 2006 o grupo Carrefour criou parceria com as associações de produtores do Pivas, 13 no total, para a compra da produção de hortaliças e grãos para abastecer suas filiais em João Pessoa.

escoada pelo Porto de Cabedelo em caminhões dotados de câmaras frigoríficas para abastecer o mercado europeu. Para uma apreensão melhor da divisão dos lotes do Pivas temos, nas tabelas abaixo, a divisão do projeto antigo, a divisão do projeto mais recente e o balanço atual dessa divisão feita pelo Governo do Estado. Com relação à divisão dos lotes, é importante notarmos suas modificações no projeto inicial, que seria a destinação de lotes para assentamentos do Incra, o aumento no número dos lotes empresariais e a reserva legal.

Tabela 1: Divisão dos lotes no antigo Projeto do Pivas

Divisão dos lotes no antigo do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (Pivas)		
Classes contempladas	Tamanho dos lotes (ha)	Total de hectares
03 Lotes empresariais	330 ha	990 há
142 lotes para colonos	10 ha	1.420 há
42 lotes para agrônomos	30 ha	1.260 há
68 lotes para técnicos	15 ha	1.020 há
58 lotes para reassentados	5 ha	340 há
Total:		5.030 há

Fonte: Governo do Estado da Paraíba. Semarh. Organizado por FARIAS, A.E.M.

Tabela 2: Divisão dos lotes do Pivas, projeto atual

Atual divisão dos lotes do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (Pivas)		
Classe contemplada	Tamanho dos lotes (há)	Total (ha)
16 lotes empresariais	144 há	2.307,38
178 lotes de pequenos produtores	5 há	992,63
6 lotes para assentamento do Incra	166 há	998,75
2 lotes da Emepa	15 há	30,00
1 lote da Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAFS)	10 há	10,00
16 lotes com baixa aptidão para irrigação	5 há	80,00
Reserva legal	1.267,18 há	1.267,18
Área de preservação permanente	206,57 há	206,57
Área de infraestrutura e inaproveitáveis	443,23 há	443,23
Total:		6.335,74

Fonte: Governo do Estado da Paraíba. Coordenação do Pivas. Organizado por FARIAS, A.E.M.

Lendo os dados das tabelas podemos visualizar as modificações gradativas na divisão dos lotes, consequência da mudança do gerenciamento do projeto com a mudança de governante. Essas modificações no projeto do Pivas entre 1997 e 2005, consideram a tendência de contemplar maiores lotes empresariais, reserva legal em conformidade à lei de

proteção à biodiversidade, e também a importância de contemplar os camponeses conforme reivindicação dos movimentos sociais.

Na divisão mais recente é possível notar maior detalhamento dos tipos de lotes como os lotes experimentais da Emepa, Instituto Federal Tecnológico (IFPB) e a classificação dos lotes de baixa aptidão para irrigação e área de infraestrutura e inaproveitáveis determinando o aprimoramento dos estudos estruturais feito pelo Estado para melhor identificação dos lotes que podem ter maiores ou menores rendimentos aos licitantes e o cumprimento da pauta de incentivos à ciência através da cessão de lotes experimentais.

Na tabela a seguir dispomos dos dados referentes ao balanço mais atual da divisão dos lotes do Pivas:

Tabela 3: Divisão atual dos lotes do Pivas

Balanço da divisão dos lotes do Pivas	
Área licitada em 2006	1.399,05 hectares
Área a licitar em 2007	908,33 hectares
Área para assentamento do Incra	998,33 hectares
Área dos pequenos produtores	992,63 hectares.
Reserva Legal	1.267,18 hectares
Área de Preservação Permanente	206,57 hectares
Área de infraestrutura comum	443,23 hectares
Estação Experimental da Emepa	30 hectares
Área cedida ao IFPB de Sousa	10 hectares
Lotes com baixa aptidão para irrigação	80 hectares
Total:	6.335,74 hectares

Fonte: Site do Governo do Estado da Paraíba, visitado em maio de 2009. Organizado por FARIAS, A.E.M.

Diante do balanço atual do Pivas, podemos observar a dinâmica na distribuição dos lotes desde 2006. Os lotes reservados para os pequenos produtores foram distribuídos e concedido o direito real de uso. A seleção dos pequenos produtores foi feita a partir da Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap) com a seleção de 178 irrigantes do programa de crédito fundiário. Para isso, foi constituída uma comissão especial que publicou os procedimentos das inscrições e demais orientações aos candidatos em uma cartilha.

No entanto, como forma de resposta às pressões feitas pelos movimentos sociais do campo ocorridas desde 2004, o Governo do Estado cedeu 998,33 hectares para o Incra assentar as famílias que foram expropriadas ou expulsas das terras para a construção do Pivas e que, através da articulação com os movimentos sociais, reivindicavam o retorno à mesma no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (Pivas)³⁷.

³⁷ No capítulo seguinte discutiremos com mais afinco a trajetória de luta dessas famílias.

Contudo, as estratégias do Ministério da Integração Nacional, assim como da Política de Desenvolvimento Regional, refletem o paradigma da mundialização dos mercados internacionais. Para isso busca-se enaltecer as potencialidades econômicas das regiões explorando-as economicamente e inserindo os espaços interioranos nos circuitos dinâmicos da economia mundial, sem considerar as demandas sociais em evidência.

O fato do Incra possuir um lote garantido por lei para o assentamento de famílias camponesas representa um dilema e revela a contradição de um projeto desse porte que segue os preceitos e as tendências de uma agricultura moderna, de exportação e totalmente voltada para o desenvolvimento econômico.

A oficialização do lote para as famílias camponesas fortaleceu as contradições do Pivas como também a territorialização de famílias camponesas e com isso a reprodução da identidade camponesa em um projeto de economia mista de fruticultura irrigada de exportação.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o Pivas é um catalisador de recursos e de tecnologias da agricultura científica contemporânea, nos proporciona a reflexão quanto aos impactos sociais que projetos dessa magnitude proporcionam, uma vez que a lógica concentradora de terras é totalmente seletiva e impede a reprodução da agricultura familiar tradicional e do próprio campesinato. Entretanto, quanto ao Pivas, o ponto de contradição se pauta na territorialização oficial de famílias camponesas em alguns de seus hectares. Esses camponeses, longe de se entregarem à lógica desarticuladora da identidade camponesa, os movimentos sociais se fortalecem em apoio a essa classe, onde é travada uma luta contra a concentração de terras do Pivas e contra a ideologia empregada pelo Governo do Estado e Ministério da Integração Nacional em privilegiar o capital empresarial em detrimento da agricultura familiar camponesa voltada para o abastecimento do mercado interno.

No contexto de institucionalização do Pivas, a resistência camponesa tem se revelado por meio de estratégias que geram contradições e possibilidades, através de novas territorialidades camponesas, contrapondo a imagem empresarial da fruticultura irrigada. Este é um tema que será abordado no segundo capítulo onde interpretaremos a trajetória de luta e resistência dos camponeses na área do Pivas.

CAPÍTULO 2 – CONSTRUINDO OS ACAMPAMENTOS NO PIVAS: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA TERRA

2.1 Trajetórias de lutas e estratégias

Como vimos no primeiro capítulo, desde a sua idealização até os dias de hoje, o Pivas se desenvolveu através de várias etapas e discussões para melhor adaptação aos interesses políticos e empresariais, passando por mudanças administrativas até chegar ao projeto final instituído e instalado hoje. Entre essas fases da trajetória do projeto, daremos destaque ao momento em que as obras foram paralisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2002, ao comprovar denúncias de superfaturamento e de licitações fraudulentas.

Dessa forma, com as terras ociosas, paralisadas por ordem do TCU, o Pivas passa a ser de interesse de famílias camponesas dos municípios de Sousa e Aparecida, que, articuladas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), começam a reivindicar as terras do projeto para fins de reforma agrária ou integração ao processo produtivo da agricultura irrigada.

De início, notamos a natureza dúbia do conflito no Pivas: primeiramente de ideológica entre os interesses de camponeses e empresários; e natureza política que diz respeito aos interesses de produção e os critérios de distribuição dos lotes do Pivas. De um lado, camponeses reivindicam mudanças na base fundiária do projeto, e, por outro lado empresários, apoiados pelo Governo do Estado, dominam o processo produtivo.

A entrada das famílias camponesas no Pivas com a formação de acampamentos foi essencial para que se estabelecessem referenciais de reflexão sobre as motivações políticas³⁸ e econômicas para a instalação de um projeto desse porte naquela região, tornando de domínio público as contradições sociais que a ociosidade dessas terras revela e os princípios segregacionistas que o projeto revela.

Com as terras ociosas, sem cumprir com a função social³⁹, os movimentos sociais iniciam uma reflexão acerca das possibilidades de promover uma reforma agrária capaz de descentralizar as terras irrigáveis das mãos de empresários e do Governo do Estado,

³⁸ Dos quais podemos citar interesses eleitoreiros.

³⁹ A função social da terra é um ordenamento jurídico brasileiro desde o Estatuto da Terra de 1964 e ressalta que toda a propriedade rural deve servir à sociedade; assim, todo proprietário ou detentor da terra (arrendatário, posseiro, empregado rural, etc.) deve produzir. A terra é vista como um meio de produção e, se ociosa, não tem prestabilidade para a sociedade. Além do compromisso social, a função social da terra deve cumprir com a legislação ambiental na conservação e no fornecimento de alimentos. Pensa-se que quanto mais pessoas tiverem acesso à terra, estaremos cumprindo de fato a sua função social.

inserindo as famílias nas terras do Pivas e, por conseguinte, no processo produtivo. Com essa plataforma de reivindicação, territorializa-se a luta contra o atual modelo adotado no Pivas e se materializam os acampamentos articulados pela CPT.

Para Fernandes (2001), a reforma agrária é uma das formas de transformação da sociedade, pois assim estamos propondo a superação de um modelo diferenciador através das experiências não capitalistas. A luta contra o capitalismo agrário seria uma das bases da luta pela reforma agrária, como também da conquista da cidadania. Assim,

A reforma agrária é uma política pública para a democratização do acesso à terra e formação do campesinato. Nesse sentido, foi e é defendida como uma possibilidade de desenvolvimento do capitalismo bem como é uma forma de construção de novas experiências de luta contra o capital, ao mesmo tempo em que representa efetivamente a ressocialização dos expropriados. Nesse âmbito, acontecem as discussões em que a reforma agrária é vista como questão econômica, como questão social, de solução de injustiças, etc. (FERNANDES, p. 27, 2001).

Ao territorializar a luta pela terra através da reforma agrária, os movimentos sociais reafirmam a identidade camponesa e travam uma luta contra as desigualdades no campo trazidas pela concentração de terras, pela seletividade de mão de obra, insegurança alimentar, modernização conservadora, expulsão e desvalorização do camponês nesse processo de produção. Contudo, ao criar territórios de resistência da identidade camponesa, são construídas territorialidades, onde são conservados os valores correspondentes à condição de camponês, valores materiais e subjetivos que se mesclam no cotidiano das lutas políticas por terra e por condições sociais mais igualitárias.

Desse modo, a formação de territorialidades camponesas da luta por terra não é apenas um fator de reivindicação cidadã, é um espaço de reprodução de um ideal de vida e do desejo de transformação social; é a espacialização de uma utopia de vida e também da esperança de ser visto não mais à margem da sociedade, e, sim, entre os cidadãos que formam o Estado. A conquista da terra reivindicada passa a ser não um sonho, mas materialização do desejo e da esperança da classe camponesa.

Ao desapropriar os seis mil hectares de terras entre os municípios de Sousa e Aparecida para o projeto de irrigação, o Governo do Estado e o Ministério da Integração Nacional indenizaram os antigos proprietários. Nesse processo, os posseiros e moradores daquelas terras tiveram que ser retirados para dar início à construção das obras. Esses moradores e posseiros expropriados começaram a ocupar a periferia daquelas duas cidades.

Com isso, as famílias não lutam e resistem apenas por uma reforma agrária, pois esta é também uma luta contra o modelo de agronegócio e a inserção camponesa dentro do projeto.

As manifestações para a territorialização camponesa no Pivas começam quando, articulados pela CPT-Sertão, na manhã do dia 24 de maio de 2004, acontece o fechamento da BR-230, entre os municípios de Sousa e Aparecida, e cerca de 400 famílias de diversas origens realizam a primeira ocupação nas margens do projeto (ver ilustração 05). Essa manifestação repercutiu em todo o Estado gerando a inquietude da sociedade e agitação na mídia. As famílias camponesas reivindicavam a reforma agrária na área destinada ao Pivas, paralisadas pelo TCU, e a utilização das águas do Canal da Redenção para a agricultura.



Ilustração 05: Imagens da mobilização do dia 24 de maio de 2004 na BR-230; presença da polícia na manifestação

Fonte: CPT, 2004

A partir de então, é fundado o primeiro acampamento, nomeado “Várzeas de Sousa” com aproximadamente 200 famílias na margem direita da BR-230 no sentido Sousa-João Pessoa. As famílias que compõem o acampamento são naturais, principalmente, das periferias dos municípios de Sousa e Aparecida e algumas dessas são formadas por ex-moradores das terras que foram desapropriadas para o Pivas e desempregados do campo.

A origem urbana de algumas famílias do acampamento do Pivas representa uma mudança na base social da luta pela reforma agrária que é refletida em várias escalas da luta camponesa nacional. Nessa população mais urbanizada que mantém alguma ligação com o campo, estariam os desempregados do campo e da cidade que buscam assegurar uma vida e um trabalho digno longe das ameaças da violência urbana. Marques (2008) lembra essa mudança na base da luta pela reforma agrária através do movimento de migração campo-

cidade como consequência da diminuição das oportunidades no mercado de trabalho urbano e rural.

A base social que luta por reforma agrária mudou. Além de trabalhadores rurais sem-terra residentes no campo, ela também reúne uma população urbana formada por empregados e desempregados do campo e/ou da cidade que buscam assegurar uma vida e um trabalho dignos e proteger a família da desestruturação e das ameaças de violência enfrentadas nas periferias urbanas. As dificuldades econômicas e o avanço do processo de expropriação atingiram amplos setores do campesinato brasileiro ao longo das últimas décadas, determinando sua migração para a cidade, o que contribuiu para uma crescente diluição das fronteiras entre o mercado de trabalho urbano e o rural, o crescente deslocamento do trabalhador entre estes mercados e a tendência ao nivelamento por baixos salários (MARQUES, 2008, p. 63).

A decisão de ocupar as terras do projeto de irrigação para a formação do primeiro acampamento foi uma decisão difícil; alguns deixaram suas casas e vidas urbanas das periferias dos municípios de Sousa e Aparecida com o sonho de retomar a vida rural, outros, no entanto, expropriados da terra por inúmeros motivos retornam a ela por meio da luta, como forma de manter uma vida digna independente da subordinação que coexiste no capitalismo agrário.

As barracas foram levantadas, primeiramente com lona e depois de alguns meses com palhas e barro. As dificuldades no início da formação do acampamento eram basicamente estruturais e de abastecimento como água e energia, essas necessidades foram supridas aos poucos. Esse momento de adaptação do início da consolidação do acampamento também é momento de superação dos impasses encontrados no novo lugar familiar.

A primeira vez que nós viemos para cá, viemos com a intenção de chamar atenção mesmo da sociedade, de plantar e cultivar à margem da BR para as pessoas e a sociedade passar e verem. De início, a gente quando chegamos aqui, passamos muita dificuldade por que não tínhamos energia, não tínhamos água, a água de beber vinha de muito longe, era num açude, depois de muito tempo, a gente não sabe quem estorou o açude e a água foi toda embora, ficamos com mais dificuldades de água. E nessa época foram nascendo as mobilizações, a cada necessidade maior que tínhamos a gente se mobilizava para ter resposta, não só de melhoria para a nossa convivência mas também, em questão ao projeto em si de Várzeas de Sousa. (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa⁴⁰ – Neta, em 22 março de 2009 no acampamento Nova Vida I).

Segundo Fernandes (2001), as ocupações, as marchas e as manifestações em prédios públicos são elementos de pressão política, elas ocorrem quando é notável que os direitos

⁴⁰ Francinete Longuinho de Sousa é uma das líderes do acampamento Nova Vida I.

estejam sendo relevados e o diálogo pacifista para a sua conquista é quase impossível. A ocupação da BR-230 pelos camponeses expulsos, expropriados e excluídos das Várzeas de Sousa resultou no acampamento e representa a insatisfação dos que conhecem os seus direitos e não aceitam as formas de subordinação que o Pivas veio trazer.

Após a manifestação de maio de 2004 começou todo o processo de negociação entre os camponeses, Governo do Estado, Ministério da Integração Nacional e o Incra, e também iniciaram-se as ações de resistência das famílias no acampamento, articulação das comissões, roçado coletivo, etc.

A questão crucial posta para os governantes no processo de negociação era: como promover uma reforma agrária numa área destinada a princípio a uma irrigação empresarial? De certa forma, o projeto já contempla uma irrigação em escalas menores nos lotes de pequenos irrigantes que seria administrada pelas famílias de colonos irrigantes organizados em cooperativas sendo 178 lotes de 990 ha destinados a 178 famílias. Cabe lembrar que o tamanho dos lotes varia entre 990 ha e 992,63 ha e, dentre algumas exigências do Governo do Estado, estaria o conhecimento técnico de manejo de equipamentos de irrigação e experiência em cultivos irrigáveis. Acontece que as famílias camponesas envolvidas nessa mobilização não se enquadram no perfil mínimo exigido pelo Governo do Estado, alguns sequer souberam do edital de inscrição para o sorteio dos lotes que ocorreu no dia 07 de junho de 2005 no auditório da UFCG em Sousa.

No decorrer das negociações entre o Governo do Estado da Paraíba, o Ministério da Integração Nacional com o TCU, o projeto Pivas é retomado e reformulado, e em 2007, as empresas Santana Sementes e Mocó Agropecuária ganharam a concessão de uso das terras situadas no Setor Sul após licitação (ver mapa na ilustração 03), o mesmo lote onde o acampamento estava instalado desde 2004. Então, com mandato de reintegração de posse a favor do Governo do Estado, as famílias são obrigadas a sair do lote empresarial. Em João Pessoa, em 21 de junho do mesmo ano, acontece a negociação de transferência do acampamento para o Setor Norte do projeto, que seria a margem oposta da BR-230. Nessa reunião estiveram presentes: a representação do Governo do Estado: Secretária Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (Sedap), Secretária Estadual da Infraestrutura (Senifra), Incra, Procuradoria Geral do Estado, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida, CPT e as lideranças do acampamento.

A imprensa do Estado interpretou essa reunião como sendo “o fim dos problemas dos sem-terra das Várzeas de Sousa⁴¹”. No acordo feito na negociação ficou garantido ao Incra cerca de seis lotes (os lotes: 16, 17, 18, 23, 25 e 26) no Setor Norte do Pivas (ver ilustração 03 no capítulo anterior) para o assentamento das famílias acampadas. Ficou indicado também que estaria sob a responsabilidade desse órgão a elaboração de um projeto que pudesse aliar a agricultura familiar e a irrigação comercial, como recomendara o Ministério da Integração Nacional, bem como a responsabilidade pelo cumprimento da legislação ambiental vigente para a instalação do assentamento, pela infraestrutura de irrigação e também pelo futuro pagamento das tarifas de irrigação K1 e K2⁴².

O projeto elaborado pelo Incra deveria passar pelo crivo burocrático do Ministério da Integração Nacional e da Secretária Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (Sedap). Na reunião é lida a Ajuda de Memória⁴³ que consolida os acordos firmados na negociação.

A área dos lotes 16, 17, 18, 23, 25 e 26 será cedida ao Incra, através do instrumento jurídico aplicável à espécie, tão logo a Procuradoria Jurídica do Ministério da Integração Nacional forneça parecer decisivo para subsidiar o Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado entre a Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, o Incra e Ministério Público Federal. (Ajuda Memória, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca, 21 de junho de 2007).

Nessa oportunidade, as famílias acampadas aceitaram sair do lote destinado às empresas Santana Sementes e Mocó Agropecuária, contanto que lhes fosse assegurado uma estrutura melhor para o acampamento. Foi exigido: a eletrificação, o abastecimento de água

⁴¹ Informações facilmente encontradas em sites de notícia e também no portal do governo do estado, no endereço http://www.paraiba.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=23782&Itemid=2

⁴² Essas tarifas K1 e K2 são taxas de uso da água em projetos de irrigação pública, são regulamentadas pela Lei de Irrigação, Lei nº 89.496 de 1984. Discriminadamente, a K1 refere-se ao ressarcimento dos investimentos do perímetro em obras estruturais e é calculado anualmente e a K2 às cobranças dos custos de manutenção de uso comum, considerados despesas administrativas e um valor estipulado como taxa fixa por hectare. Existem várias metodologias para o cálculo da K2, dentre elas, os custos por m³, por hectare e por irrigante. A inadimplência da cobrança dessas tarifas é expressiva. Segundo o Tribunal de Contas da União, as causas da inadimplência são: sistema de cobrança deficiente, a arrecadação feita pelas organizações dos próprios irrigantes, falta de ações coercitivas com os inadimplentes, falta de capacidade de pagamento dos irrigantes pela não exploração do lote com culturas mais rentáveis e baixo índice de ocupação do mesmo. Na prática, a tarifa de K1 é paga ao organismo federal patrocinador, enquanto o componente K2 é geralmente pago diretamente ao distrito usuário da água. No caso do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, a tarifa K1, além de servir para o ressarcimento dos investimentos, é considerada para o cálculo os custos de captação da água do Canal da Redenção que abastece os lotes, enquanto que a tarifa K2 é referente ao uso comum ou ao gasto pessoal registrado no hidrômetro de cada irrigante.

⁴³ Em anexo.

para compensar a falta de infraestrutura do acampamento anterior e pressa por parte do Incra para a elaboração do projeto do assentamento.

Ali [no primeiro acampamento] no outro lado na verdade existia uma energia clandestina, pelo tempo. A energia que a gente estava usando lá era que já tinha na casa, que tinha uma casa lá e a gente só fez puxar essas gambiarras para as barracas, e logo depois foi cortada e a gente brigou mais uma vez... que a gente queria que fosse... que a gente queria usar energia legal como todo mundo, para pagar essa energia e não foi possível. Então a gente passou para esse lado [da BR] a gente colocou as condições da energia: nós vamos, mas você tem que colocar a energia e tem que colocar água, porque não tinha condições da gente vir para esse lado que não tinha água suficiente e não tinha energia. Aí o próprio estado fez o projeto de energia e colocou a energia e a água, água salgada... perfurou mais dois poços (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em agosto de 2008 no acampamento Nova Vida I).

Cumprindo o acordo, no dia 25 de junho de 2007 tem início a mudança das famílias, e é fundado um novo acampamento numa área de 1.032 ha cedida pelo Governo do Estado no outro lado da BR-230, Setor Norte do Pivas. O nome Nova Vida I é escolhido em assembleia interna como referência à esperança coletiva de mudança nessa nova fase. Sobre o sentido simbólico que fundamentou a escolha do nome ouvimos o seguinte depoimento:

Não é a toa que o nome do acampamento é Nova Vida porque eu aprendi muito aqui dentro, eu não me arrependo de estar aqui em nenhuma vez, por que a gente aprendeu muito, a gente sofreu muito, a gente sofre, mas de bom tem as coisas boas, só a humildade, aqui é todo mundo por todo mundo, o problema de um se torna o problema do outro todo mundo tenta resolver as coisas todo mundo junto, então isso me faz uma pessoa melhor (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em agosto de 2008 no acampamento Nova Vida I).

As moradias, no acampamento Nova Vida I, são bem peculiares (ver ilustração 06), a paisagem observada revela simplicidade nos materiais utilizados e muita criatividade em transformá-la num lugar que contém, além da resistência camponesa, características de proteção e de resguardo. Em geral, são barracas com paredes de palha de coqueiro ou pau a pique, protegidas por dentro por lençóis e por lona preta por fora; a cobertura é um telhado convencional, a viga central das barracas é de buriti (árvore típica de regiões de várzeas), de coqueiro ou de carnaúbeira; o número de cômodos varia de acordo com as necessidades e o tamanho das famílias (algumas possuem terraço, depósito para os instrumentos de trabalho, dispensa para armazenamento da colheita e garagem para carroças), os cômodos são divididos por tábua ou por uma armação de palha sendo protegidas por lençóis ou plásticos;

o chão das barracas é forrado com tijolos, o que proporciona mais segurança e estabilidade aos móveis dentro das acomodações.



Ilustração 06: Tipos de habitação no acampamento Nova Vida I

Fonte: FARIAS, A.E.M., 2009

As barracas estão dispostas no acampamento de forma retilínea formando dois arruamentos largos. As casas são próximas umas das outras e cada arruamento tem duas fileiras de casas paralelas. Além das barracas, o acampamento possui outras quatro casas de alvenaria, vestígios dos antigos moradores. Uma dessas casas (ver ilustração 07), a maior de todas, serve como sede, onde ocorrem as reuniões comunitárias, aulas de jovens e adultos que são ministradas por professores que vêm de Aparecida durante a noite, cultos religiosos, como posto de saúde nas visitas mensais dos médicos do PSF, como sede da Pastoral da Criança, e, por fim, como cooperativa de mulheres durante a manhã.⁴⁴

Quanto à educação, as crianças que moram no acampamento estudam durante a manhã na escola rural de ensino fundamental de primeira fase na cidade de Aparecida; as crianças maiores estudam numa escola no centro de Aparecida no período da tarde, todas elas vão e voltam de ônibus cedido pela prefeitura de Aparecida. As moças e rapazes têm a oportunidade de estudar no colégio estadual em Sousa ou no Instituto Federal Tecnológico (IFPB Campus de Sousa), no distrito do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, que oferece o curso de nível médio, técnico e superior nas áreas de tecnologias agrícolas.

⁴⁴ Nesse mesmo espaço multifuncional, os grupos de pesquisadores em trabalho de campo de diversas universidades são recebidos. Nesse momento, a sede também se torna auditório e os pesquisadores mais atentos podem conhecer a história do acampamento.



Ilustração 07: Dinâmicas e sociabilidades diversas no acampamento Nova Vida I: Cooperativa de mulheres, lugar de cultos religiosos, escola e centro de reuniões
Fonte: FARIAS, A.E.M., 2009

No lugar do antigo acampamento, a empresa Santana Sementes cultivou girassóis como sua primeira cultura que foi colhida em 2008 para a fabricação de biodiesel. A plantação causava admiração aos que passavam pela BR-230. Entre os acampados, há uma reflexão sobre o cultivo do girassol, na forma de monocultura, em substituição à produção de alimentos, há uma compreensão sobre a importância da terra e sua simbologia como produtora de alimentos; isso foi deixado claro em um dos depoimentos registrados em campo:

Enquanto eles [Governo do Estado] botou a gente ali do outro lado pra cá, nos jogou do outro lado pra cá...pra jogar uma empresa plantando girassol... me diga o que é que girassol come? Que é que a gente com girassol? O que a gente queremos é coisa que vá pra nossa barriga: é o milho, é o feijão, é algodão que é coisa que vá para o nosso sustento... Isso daí dá dinheiro, mas pra quem? Pra quem pode... o rico também só tem

coisa na mesa por causa do pobre... se num fosse o pobre, num tinha não... se o pobre num trabalhasse e botasse na mesa dele o rico também num tinha não⁴⁵. (Entrevista realizada com Cassieuda da Conceição de Sousa⁴⁶ em agosto de 2008 no acampamento Nova Vida I).

A despeito da importância da agricultura familiar camponesa, uma das estratégias dos governos neoliberais é a desarticulação dos movimentos sociais através da burocracia das negociações que impõe e tenta vencer pelo cansaço, pelo discurso que criminaliza e marginaliza o grupo dentro do imaginário social, o que faz a espera aumentar, causando desilusões e, por fim, a desistência da luta. No caso em discussão, o número de famílias diminuiu no momento da transferência de acampamento, aproximadamente 100 famílias continuaram aguardando dentro das novas barracas.

Embora a rapidez tenha sido colocada como condição pelos camponeses e demais representantes para o Incra na reunião de junho de 2007 para que fossem feitas as formalizações necessárias e que o projeto do assentamento fosse oficializado, em 2010, o acampamento completou seis anos de existência no Pivas, reflexo das burocracias e dos conflitos de interesse.

A ocupação de um latifúndio e a pretensão de transformá-lo em assentamento contraria a lógica do capital agrário e das políticas onde o agronegócio se apoia. O Pivas é uma área que desperta cobiça principalmente pelas características ambientais favoráveis à fruticultura irrigada, e por ser um dos pontos fortes da política de desenvolvimento econômico local e instrumento de manipulação política. A construção de um território, representado pelo acampamento, onde a sua lógica de reprodução identitária deveria contrapor-se à lógica e aos interesses políticos e empresariais, nos força a enxergar uma reorganização do espaço compreendido pelo Pivas. Portanto, entram em conflito os pontos de vista do capitalismo trazido pelo agronegócio exportador e a necessidade da conquista da cidadania pela afirmação da identidade camponesa, em que sair vencedores ou perdedores desse embate será resultante direto da resistência de uns e cansaço de outros.

As negociações que tramitaram entre Governo do Estado, Ministério da Integração e Incra e a lentidão dos resultados abriram, em 2007, possibilidades para mais uma ocupação de famílias camponesas, e em 15 de outubro desse ano é fundado mais um acampamento dentro das cercas do Pivas a poucos metros de distância do acampamento Nova Vida I. Esse

⁴⁵ Esse depoimento dialoga com os dados estatísticos da Secretaria de Agricultura Familiar, divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2008 sobre a produção da agricultura familiar, que seria responsável por 70% dos alimentos consumidos no mercado interno. Nesse levantamento foram consideradas as culturas de mandioca, feijão, milho, arroz e soja e também a produção de suínos, leite e aves.

⁴⁶ Dona Cassieuda da Conceição de Sousa está acampada desde o início da ocupação em 24 de maio de 2004.

acampamento, nomeado Pau d'Arco, com aproximadamente 60 famílias, também assistido e articulado pela CPT-Sertão, foi formado principalmente por trabalhadores sem-terra, vindos de outros acampamentos da região, sendo que algumas famílias eram do primeiro acampamento Várzeas de Sousa e das periferias das cidades de Sousa e Aparecida (ver ilustração 08).



Ilustração 08: Acampamento Pau d'Arco, habitações e disposição das casas e arruamentos parecidos com o Nova Vida I

Fonte: FARIAS, A.E.M., 2009

Ao contrário do acampamento Nova Vida I, o acampamento Pau d'Arco tem uma estrutura inferior ao primeiro, não possui eletrificação, a fonte de abastecimento de água é uma cacimba com água de péssima qualidade. Por se situar dentro do território do município de Sousa, não recebe nenhuma assistência por parte da prefeitura municipal, como ocorre com o Nova Vida I por parte da prefeitura de Aparecida e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, o que dificulta as tarefas caseiras cotidianas. O modelo das moradias e a disposição dessas no acampamento seguem o modelo do Nova Vida I, distribuídas em dois arruamentos. Contudo, as mobilizações continuam a ser o elemento crucial para tornar pública a insatisfação da espera da posse assegurada, porém, não materializada ainda.

Apesar do não atendimento aos pleitos dos acampados do Pau D'arco, ainda em outubro de 2007, a notícia da primeira colheita da empresa Mocó Agropecuária é apreciada com orgulho pelos deputados da Assembleia Legislativa da Paraíba. As notícias de prosperidade do projeto procuravam mascarar os conflitos existentes através do discurso redentor do desenvolvimento que o Pivas trouxe e omitir a existência dos acampamentos.

Diante da falácia dos parlamentares da Paraíba e para chamar a atenção dos mesmos para o fato de que não houve esmorecimento da luta e nem da espera por respostas, foi organizada mais uma ocupação dentro do Pivas, dessa vez dentro de um dos lotes em

funcionamento, trata-se da ocupação no lote da empresa Mocó Agropecuária de propriedade do empresário europeu Pierre Landolt⁴⁷, em 26 de outubro de 2007.

Todas as atenções da mídia do Estado estavam voltadas para a empresa Mocó Agropecuária, pois esta realizava a primeira colheita, desde a posse da terra, sendo que essa primeira safra já seria escoada para os mercados europeus. Durante a manifestação os acampados pararam as máquinas que estavam cortando a terra e interromperam o fornecimento de água para todos os lotes do Pivas. Apesar disso, ao contrário do que se esperava, o proprietário do lote não permitiu o acesso nem da polícia, tão pouco da imprensa. Essa ocupação foi divulgada apenas na mídia local e nos boletins da CPT, sem muita repercussão.

Em busca de chamar mais atenção para o verdadeiro problema, um mês depois dessa tentativa os acampados fizeram outra ocupação na casa de bombas do Pivas, dessa vez, teve a repercussão que esperavam. A ocupação foi centrada no dia 26 de novembro de 2007 e seguiu durante três dias, contanto com a participação das 100 famílias dos dois acampamentos. O fim da ocupação se deu sob a presença de alguns representantes do governo e do Incra. O objetivo fundamental da manifestação era o de retomar as negociações paralisadas desde junho, quando houve a reunião que lhes garantia seis lotes para assentar todas as famílias acampadas. A reunião foi realizada na própria estação de bombeamento do Pivas e compareceram as representações da CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida, a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAASP), do Incra, e Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap).

Nós acampamos na fazenda de Pierre, que por sinal pareceu ser uma pessoa muito boa, achamos bom também pelo “abafo” porque queríamos chamar a atenção e quando a gente chegou lá ele deu um “chá de gelo” na gente por que ele não deixou a imprensa entrar, não divulgou em rádio, os três dias que passamos lá não foi divulgado, não colocou polícia lá... nós queríamos chamar a atenção de polícia, governo e tudo lá. Então nesses três dias que a gente passou lá, não mechemos aqui, mas em João Pessoa ele [Pierre] já ligava para o Governo e para o Incra e então pedimos uma audiência (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 22 de março de 2009 no acampamento Nova Vida I).

⁴⁷ Pierre Landolt, de naturalidade franco-suíça, é herdeiro da empresa de defensivos Sandoz, é um dos empresários mais bem-sucedidos no ramo da fruticultura irrigada no país; foi considerado um dos mais ricos do mundo em 2008 estando no 43º lugar no ranking da Forbes. No Pivas, à frente da Mocó Agropecuária, produz frutas tropicais com certificação orgânica para exportação, principalmente para o mercado europeu. O empresário reside na cidade de Patos, no sertão do Estado. Com a ocupação da sua propriedade no Pivas, Pierre Landolt tornou-se amigo dos acampados passando a apoiá-los publicamente. Mais informações, consulte o perfil do empresário no site da Forbes no endereço: <http://people.forbes.com/profile/pierre-landolt/58780>.

Ao fim dessa reunião, foram feitos encaminhamentos que se referiam principalmente ao Termo de Ajustamento de Conduta das partes envolvidas na negociação proposto em 21 de junho de 2007. Reivindicou-se a entrega do projeto para o assentamento das famílias acampadas em Nova Vida I e Pau d'Arco. Essa proposta deveria ser analisada nos próximos quinze dias pela Sedap e pelo Ministério da Integração Nacional. Segundo o acordo dessa reunião, essas representações deveriam, até o dia 29 de novembro de 2007, divulgar algum parecer sobre a proposta do assentamento e uma data para a entrega dos equipamentos estruturais para o abastecimento de água e de eletrificação do acampamento Pau d'Arco, conforme foi prometido em junho. Postas essas reivindicações, aceitas pelos presentes, registradas em ata assinada pelos presentes, foi feito o esvaziamento da estação de bombeamento.

A partir do momento em que pedimos essa audiência, foi pedido um projeto nessa reunião que estiveram em Brasília com o Incra e o Estado; foi pedido [ao Incra] um projeto e esse projeto foi elaborado, “eles” [Ministério e Governo do Estado] colocaram mais dez “itens” alegando eles que não estavam no projeto; o Incra colocou os dez itens, mandou para eles lerem e a resposta que veio foi a que não podiam dar essas terras para a gente por que queriam um responsável pela água, pela irrigação enfim (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 22 de março de 2009 no acampamento Nova Vida I).

A reunião mencionada em Brasília aconteceu em 4 de novembro de 2007. Na oportunidade o Ministério da Integração Nacional impôs algumas condições à assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta para a concretização do projeto do assentamento das famílias no Pivas. O ponto crucial discutido foi sobre as tarifas de água K1 e K2; ao Ministério caberia a responsabilidade de financiar o projeto, disponibilizar a área necessária para o novo distrito de irrigação (os seis lotes) e a instalação dos pontos de água para abastecer os dutos de irrigação. Já ao Incra caberia a responsabilidade de instalar os hidrômetros, a organização dos usuários para a guarda, administração, manutenção e operação do distrito de irrigação, o pagamento das tarifas de água (K1 e K2), e a implantação de toda a infraestrutura de uso comum e parcelar na área a ser cedida.

Contudo, é com essas informações remetidas das atas das reuniões que temos a ideia de que a estruturação e formalização do assentamento das famílias acampadas escapam do modelo convencional dos assentamentos da reforma agrária administrados pelo Incra e assessorados pela CPT. É do interesse do Governo do Estado, do Ministério da Integração Nacional a conservação da estrutura de irrigação comercial. Para que isso ocorra é necessário

que as famílias sejam inseridas dentro do processo de produção da agricultura irrigada. Com isso, partimos para a idealização e estruturação do distrito de irrigação com as mesmas proporções usadas nos lotes de pequenos irrigantes. Nesse jogo de interesses e de ideologias é fundamental reparar que a reforma agrária e descentralização das terras deixa de ser um ponto de pauta dentro das reuniões de negociação.

Em 21 de novembro, o Incra manda ao Governo do Estado o seu parecer sobre as responsabilidades com as futuras famílias irrigantes. A queixa central do documento volta a ser a tarifa de água, pois a Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca considera que o Incra deve ser responsável por seu pagamento, e essa instituição alega não ter a rubrica financeira necessária para a ação. O pagamento dessa tarifa consta em todo projeto de irrigação e na própria Política Nacional de Irrigação, não tendo outra saída a não ser o seu cumprimento com os futuros irrigantes. Com a impossibilidade do Incra honrar esse pagamento, o próprio documento lembra que o Ministério impõe ao Governo do Estado da Paraíba a responsabilidade pelas tarifas, caso o Incra não tenha os meios para honrar os pagamentos. Então,

Considerando que o Incra não dispõe dos meios legais para se comprometer de antemão a pagar as tarifas, pois não há como justificar inclusão dos custos na Programação Orçamentária da instituição por não existir rubrica para tal ação. No entanto, assumimos o compromisso de gerenciar, junto aos assentados beneficiados das Várzeas de Sousa, o pagamento referente às taxas, e para isso, foi discutido e inclusive consta no Plano de Uso e Exploração apresentado ao Ministério da Integração (pag. 15), com cópia enviada para essa secretaria, que para o gerenciamento das taxas de água serão criados três conselhos gestores, cada conselho responderá por 47 lotes (correspondente a 47 famílias) com o objetivo de gerenciar o pagamento das tarifas K1 e K2, isso porque a proposta de implantação da infraestrutura de irrigação consiste em três estações de bombeamento, sendo que cada estação atenderá 47 lotes, o que facilitará o controle da gestão. No entanto, o Incra irá dispor um técnico que ficará responsável pelo acompanhamento dos conselhos; em caso de inadimplências, o Incra se comprometerá em assumir a responsabilidade para resolver esta questão. (...)

O Ministério condiciona a possibilidade do Estado da Paraíba atuar como garantidor do pagamento das tarifas de água; caso o compromisso não seja honrado pelo Incra, item esse a ser incluso no Termo de Ajustamento de Conduta. (Ofício/INCRA/SR-18/G/Nº1328-02, João Pessoa, 21 de novembro de 2008)

No processo para a formalização da proposta para o assentamento das famílias em um distrito de irrigação, com base do Termo de Ajustamento de Conduta, o Ministério da Integração coloca como condicionante esse pagamento das tarifas de água K1 e K2.

Oficialmente, o Incra estaria com a responsabilidade de dispor todo o suporte estrutural, organizacional, técnico e de fiscalização do futuro conselho gestor e delega ao Governo do Estado da Paraíba essa obrigação de honrar os pagamentos em casos de inadimplências, pois esse dispunha de mais recursos em folha para esse tipo de investimento.

Em resposta ao ofício do Incra e do Ministério, no dia 09 de dezembro, a Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap) envia outro ofício ao Incra considerando o pagamento das tarifas condição *sine qua non* para a cessão da área escolhida, como foi discutido na reunião em junho. Nesse documento, a secretaria se vale da omissão do Incra na reunião passada por não ter manifestado nenhuma reação contra as condições impostas pelas partes. A Secretaria, no mesmo ofício, justifica o porquê desse condicionante lembrando o cumprimento da Política Nacional de Irrigação e responde quanto à possível atribuição do Governo do Estado da Paraíba para o pagamento das tarifas e a ameaça à soberania do projeto em caso de inadimplência.

Essa imperiosa condição decorre do fato de se garantir a autonomia e sustentabilidade financeira da operação e manutenção da infraestrutura de irrigação do perímetro, atributo essencial de um perímetro irrigado conforme determina a legislação de irrigação e a política do governo federal. (...) A eventual inadimplência dessas tarifas em uma área tão significativa, como é prevista para o assentamento, comprometeria sobremaneira o orçamento necessário ao custeio da adequada operação e manutenção da infraestrutura de irrigação pondo em risco a sustentabilidade da infraestrutura, de propriedade da União e, ainda, os investimentos realizados pelos demais usuários do perímetro. (...) Quanto à exigência do Ministério da Integração para que o Estado da Paraíba seja garantidor do pagamento das tarifas de água da área do assentamento do Incra, caso este não seja honrado pelo Incra, trata-se de mais uma garantia para que eventual inadimplência não comprometa a sustentabilidade do perímetro. No entanto, essa nova exigência deverá ser objeto de discussões entre Governo do Estado, Incra e Ministério da Integração Nacional. (Ofício nº2.034/GS-GEI/Sedap, João Pessoa, 09 de dezembro de 2008).

A responsabilidade pelo pagamento das tarifas de uso de água e manutenção do perímetro K1 e K2 passa a ser um elemento burocrático de manobra política entre os sujeitos governamentais e de certo descaminho do cerne da questão das famílias acampadas que passam a coexistir no debate. Essa burocracia é encarada dentro do grupo como uma forma de tentativa de desarticular, subtrair e cansar as famílias que estão debaixo das barracas em posição de resistência. Não importando o total final de famílias e nem o tempo de espera, as esperanças dentro do acampamento são multiplicadas e esse é o combustível para que as engrenagens do acampamento não retroajam nos seus princípios.

Com a não concretização do projeto de assentamento, a descaracterização da reivindicação inicial fica mais evidente dando espaço para a reprodução de um distrito de irrigação familiar. A aceitação por parte dos camponeses surge como uma estratégia de permanência na terra. O interesse do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado é o de tornar as famílias camponesas em pequenos irrigantes aliados do Pivas, trabalhando em sintonia com o agronegócio de acordo com as culturas que serão exigidas a partir do termo de compromisso. Com isso, a conservação da estrutura de agronegócio é um fato que é reproduzido no discurso dos próprios camponeses, porém como meio estratégico.

O nosso objetivo aqui é lutar por terra irrigada também, porque ou agente luta por isso daqui ou a gente está fora do projeto, porque aqui só existe o projeto de terras irrigadas e o Incra até assinou um termo de responsabilidade de que ficaria dando acompanhamento, mesmo sabendo que seria o primeiro acampamento com terra irrigada que eles iam acompanhar porque todos são sequeiros aqui no alto sertão... No outro governo [governo Cássio] eles diziam que não tinha como desapropriar essas terras para ser sequeira, só se fosse irrigada... Então a nossa briga é pela água do canal [Canal da Redenção], porque para irrigar nós precisamos da água do canal! (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 03 de junho de 2009, no acampamento Nova Vida I).

Enquanto as questões burocráticas seguem seu curso entre o Governo do Estado, o Ministério da Integração Nacional e Incra, os camponeses dos acampamentos Nova Vida I e Pau d'Arco, as famílias se organizam em trabalhos comunitários. Com atitudes de organização interna, os acampamentos se tornaram não apenas um espaço de luta e de resistência e de aprendizado político, social e cidadão como nos lembra Fernandes (2001), mas passou a ser um espaço de experiência em trabalhos cooperativos.

Nesse período de espera, os acampados de Nova Vida e Pau d'Arco resistem na terra com o trabalho coletivo, eles estão organizados e produzem suas roças durante o período chuvoso para subsistência e também para que sua produção seja vendida na feira de Aparecida destacando: milho, feijão, fava, tomate, chuchu, jerimum, melão, quiabo, pimenta de cheiro, marcela, pepino, gergelim, fava, melancia, cana-de-açúcar e banana e algodão colorido orgânico, também se destaca o leite e os ovos (ver ilustrações 09 e 10).



Ilustração 09: Jerimum, feijão (nos sacos)
Produção do acampamento Nova Vida I
Fonte: FARIAS, A.E.M., 2009



Ilustração 10: milho. Produção do
acampamento Nova Vida I
Fonte: FARIAS, A.E.M., 2009

Segundo relatório do Incra divulgado pela imprensa⁴⁸ paraibana, os acampados em agosto de 2009 tiveram uma safra expressiva de 130,1 toneladas de alimentos, 5.530 litros de leite por mês, aproximadamente 4.600 ovos mensalmente, além de possuírem 1.456 cabeças de animais. A produção teve grandes perdas por conta do volume de chuvas desse ano, o que causou grandes alagamentos nos acampamentos e nas roças, mas, mesmo assim, a colheita registrada pelo Incra é resultado do esforço coletivo das famílias.

Com auxílio financeiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida para a compra dos materiais e a auditoria do Sebrae, as mulheres⁴⁹ do acampamento Nova Vida I, juntamente com outras mulheres dos assentamentos da região, organizaram-se e fundaram uma pequena cooperativa (ver ilustração 11). Nessa cooperativa, as atividades são divididas de acordo com as aptidões de cada componente, como pintura, costura, desenho, fiação, vendas, etc. Os produtos confeccionados pela cooperativa de mulheres são redes de dormir, colchas de cama, cortinas e almofadas. A produção é vendida em Aparecida, Sousa, Cajazeiras e nos encontros organizados pela CPT.

⁴⁸ Mais detalhes dessa desse levantamento feito pelo Incra nos acampamentos do Pivas, ver a notícia disponível no site <http://www.wscom.com.br/noticia/noticia.jsp?idNoticia=135052>.

⁴⁹ Além das atividades secundárias fora do período de produção agrícola, as famílias acampadas são assistidas pelos programas do governo federal como Bolsa Família e Bolsa Escola. Aos assistidos, esse dinheiro lhes garante certa segurança financeira mensal, ainda que o valor recebido seja baixo.



Ilustração 11: Cooperativa de mulheres; enquanto uma desfia os tecidos para fazer o abanhado das redes, outra desenha e pinta

Fonte: FARIAS, A.E.M, 2009.

Outra forma de renda complementar executada pelas mulheres do acampamento Nova Vida I é a produção de trufas de chocolate e bolos confeitados. Nessa atividade participam tanto os homens como as mulheres, as mulheres produzem as trufas de chocolate no acampamento e os homens se deslocam para a cidade de Sousa e/ou Aparecida para vender os produtos; a unidade de trufa é vendida pelo preço de um real. Parte da produção desses doces é feita sob encomenda e também é comercializada dentro dos acampamentos. Esta característica da organização e produção da classe camponesa é tratada por Marques (2008), que vê a diversificação das atividades da classe camponesa como uma forma criativa de burlar a escassez de recursos, de meios de produção e as intempéries naturais através da coletivização das atividades, revela, ainda, uma forma de contrapor a posição de subordinação do sistema capitalista (pela extração de excedentes e exploração de mão de obra).

Essas formas de complementação da renda, realizada principalmente fora da época chuvosa, demonstram uma alternativa para a autonomia e estratégia de sustentabilidade local do acampamento para a segurança financeira das famílias. As cooperativas de mulheres e a produção coletiva do acampamento unem os acampados dentro do acampamento, criam-se vínculos de trabalho e com o próprio lugar.

A cooperativa de mulheres e a roça coletiva são espaços de socialização de experiências e vivências dos camponeses. Esses elementos coletivos se tornam um álibi dentro do imaginário coletivo que teima em vê-los à margem ou abaixo da sociedade. Esses espaços de socialização os unem pelos objetivos de conquista da terra e pela vontade de libertação da imagem de eternos “dependentes e pedintes” da consideração e atenção do

Incra, ainda que essa assistência seja de direito. O depoimento a seguir reflete esse sentimento de discriminação.

A cesta [básica distribuída pelo Incra] faz muita falta, mas a gente passa, às vezes chega até a ser humilhante. Uma vez um menino veio entregar uma cesta básica aqui, e, ninguém sabia, quando ele parou aqui de frente não tinha ninguém para carregar, aí meu tio falou “pêra aí a gente vai chamar o pessoal para descarregar” aí o moço falou “já era para estar aqui, não estão tudo morrendo de fome? Não estão tudo desesperado por comida?”... Chega a ser humilhante... mas a gente cobra mesmo, se tivesse que dizer assim “é direito de vocês”, se tem uma coisa que nós aprendemos é cobrar o direito da gente, seja um atendimento ao posto, no hospital, numa escola, agente não quer nem saber, se a gente tem o direito de cobrar a gente vai lá e cobra. (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 03 de junho de 2009, no acampamento Nova Vida I).

Contudo, em julho de 2009, o governador do Estado, José Targino Maranhão, promove uma visita relâmpago ao acampamento anunciando o fim das burocracias para a construção da estrutura de moradia e de irrigação. Durante a visita são anunciados prazos para a assinatura da Concessão de Direito Real de Uso. Com isso, oficializa-se através da sua imagem e discursos o começo da submissão às condições de produção e de trabalho impostas pelo Ministério da Integração Nacional e Governo do Estado.

Dessa forma, a presença do governador do Estado no acampamento do Pivas trouxe a imagem de segurança e de oposição ao comportamento do governador anterior nas negociações e acha apoio entre os acampados. O novo discurso do imediatismo dos resultados, da construção das casas, de oposição política ao governo anterior, que é proferido pelo governador e “suas pessoas”⁵⁰, é absorvido, consentido e reproduzido pela liderança do acampamento, que, no ato da entrevista, ressalta com emoção e expressivo contentamento:

Ele (o governador) veio em Sousa passou aqui no acampamento, o governador e os secretários. Aí na visita, a gente recebeu ele com muito canto, muita alegria, foi um prazer enorme receber o governador aqui e reivindicamos os nossos direitos e ele falou que nesses cinco anos a gente já tinha feito a nossa parte e agora ele ia fazer a dele. Então os cinco anos essa foi a melhor resposta, a melhor coisa que aconteceu com a gente... porque em cinco anos de luta, a gente nunca tinha tido uma resposta certa dessa maneira, a gente passou cinco anos tentando ver a cara do governador [Cássio] tentando marcar uma audiência, tentando qualquer coisa e a gente nunca conseguiu chegar nem perto dele... E de repente com o governo novo, ele veio ao acampamento sem nem a gente esperar, foi uma visita de repente, eu posso dizer que até relâmpago que a gente nem sabia e o

⁵⁰ “Pessoas do governador” foi uma forma encontrada pelos acampados de se dirigir aos assessores e secretários, assessoria de imprensa do Governo do Estado e os aliados da base governista do Estado, como os deputados que representam a região, que se congratulam dos interesses pelas Várzeas de Sousa e demais amigos correligionários que estavam presentes nessa visita.

governador veio e disse que as essas já eram nossas e que já estava tudo certo. O secretário já fala nas rádios e em todo canto que está sendo tudo encaminhado e que em breve já é para o Incra investir na questão de casas e de infraestrutura o mais rápido possível (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 30 de julho de 2009 no acampamento Nova Vida I).

A partir dessa visita do governador do Estado, é proferido o discurso do fim do acampamento e a terra passa a estar mais próxima através da Concessão Real de Uso das Terras, embora o processo de repasse de terras ao Incra tenha sido garantido desde 2005 com a reformulação do projeto do Pivas, e a burocracia das tarifas de água (K1 e K2) foi resolvida entre os próprios acampados e Incra.

Entretanto, foi em novembro de 2009 que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou a Lei nº 8.972/2009 dando poderes ao governador para conceder o direito real de uso ao Incra para assentar as famílias acampadas em um distrito de irrigação, no estilo agrovila, que deverá ser estruturado. Quanto aos recursos para a estruturação (vias de acesso, rede elétrica, rede hidráulica e de drenagem), esta deverá ser feita por licitação ao Governo Federal.

A Concessão Real de Uso garante aos assentados o uso das terras para a produção irrigada. Com isso, foi assinado um contrato que estabelece direitos e deveres por parte de Governo do Estado, Incra e a organização dos camponeses. Nesse documento as famílias se comprometem a produzir três tipos de culturas que devem ser destinadas ao mercado; para isso, as famílias devem se organizar em cooperativas e dispor de estruturas que garantam a funcionalidade e manutenção do distrito. O cultivo dessas três culturas básicas: melão, melancia e goiaba, é a condição de uso das terras; em um ano os assentados do distrito devem mostrar alguma produtividade.

Contudo, cabe lembrar que a responsabilidade pela estrutura do distrito de irrigação, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta, é do Incra. O Governo do Estado e o Ministério da Integração Nacional estariam responsáveis pela cessão e permissão da base fundiária, ainda que submissa a pré-requisitos básicos de uso e posse, para o funcionalismo do distrito de irrigação.

Como o Pivas é considerado uma empresa de sociedade mista, isto implica que essa empresa resulta do entrelaçamento da administração pública como fornecedor de estrutura básica das atividades econômicas e a iniciativa privada como parceira, sendo investidora direta e beneficiária direta. A Concessão de Direito Real de Uso é um mecanismo jurídico que consiste em ceder às pessoas jurídicas o direito de usar o espaço compreendido e

delimitado pelo Estado em seu benefício econômico que pode ser um projeto governamental de desenvolvimento econômico ou concessão do uso de um imóvel público para a iniciativa privada.

Esse direito é garantido e materializado após a publicação de edital para a licitação da área. Com a licitação a favor da pessoa jurídica, a concessão é oficializada e divulgada no Diário Oficial da União. O objetivo maior desse instrumento jurídico é a atração de investimentos empresariais através da troca de benefícios fiscais.

A oficialização de uma Concessão de Direito Real de Uso pode ou não trazer condicionantes restritivos de uso do espaço ou imóvel a ser ocupado; essa é uma medida de proteção ao patrimônio, no caso do Pivas, patrimônio da União. No caso das Várzeas de Sousa, encontramos esses condicionantes. Os camponeses, aos se instalarem do Pivas como irrigantes, deverão produzir culturas básicas como condicionante da sua permanência no projeto. A Concessão de Direito Real de Uso não dá às famílias a posse da terra e sim o direito de produzirem, do contrário, o não cumprimento desse condicionante implica na quebra do contrato, o que implica dizer que a família instalada no distrito deverá sair e ceder lugar para outra família que possa cumprir com o acordo para o uso das terras.

Com a concessão de uso dos lotes em mãos, os camponeses têm a autorização de estruturar o distrito de irrigação e as suas moradias seguindo o padrão exigido pelo Ministério da Integração Nacional e Governo do Estado. Tanto a estruturação do distrito, construção das casas, como também a assessoria de organização deste, é financiada e executada pelo Incra, como foi exposto no Termo de Ajustamento de Conduta durante as negociações.

No entanto, não podemos deixar de lembrar o papel de assessoria e de articulação política desempenhada pela CPT desde as primeiras aspirações dos camponeses para o retorno à terra através da reforma agrária das terras destinadas ao Projeto Pivas. Todavia, sabemos que a bandeira de luta dos movimentos sociais no campo sempre foi a de impor o contraponto ao modelo concentrador de terras do agronegócio e propor a reforma social pela reforma agrária. A CPT e os demais movimentos sociais do campo colocam-se a favor de uma reforma agrária que promova a cidadania e a autonomia das famílias assentadas. Assistência da CPT aos acampados, no momento em que passam a ser irrigantes-microempreendedores do Pivas, é um ponto de contradição tanto da luta pelo acesso à terra como de recriação da identidade camponesa.

A CPT atua em favor de uma parte da sociedade civil, organizando os pensamentos e ideologias, “energias sociais dispersas”. Defendo o pertencimento social e cidadão, propondo um projeto social onde haja a inclusão dos excluídos, segundo Ghon (2007, p. 14), expressando energias de resistência ao “velho” modelo conservador e canalizando-as em afazeres propositivos.

Em entrevista realizada em 2010 com uma representante da CPT buscamos questionar o seu papel na assessoria das famílias nesse momento, objetivando saber até que ponto persiste essa contradição do apoio da comissão aos futuros microempresários do distrito camponês de irrigação.

Assim, seguindo a entrevista, em relação ao papel de apoio político e de assessoria da CPT do que diz respeito à luta em favor da vida, democratização da terra e contra o agronegócio, é verdade que

Um dos compromissos da CPT é com a vida e a vida em abundância para todas as pessoas. E a questão do agronegócio ele concentra muita terra e a concentração de terra empobrece as pessoas. Então numa controvérsia, a CPT quer a partilha da terra que não é só terra, a nossa luta é por vida, é por dignidade, é por direitos humanos, que as pessoas possam viver dignamente no seu pedaço de terra... ter a terra, ter acesso ao crédito, ter acesso ao mercado. E o agronegócio ele nega isso! Como é que ele nega isso? Ele nega fazendo com que as pessoas trabalhem para ele recebendo uma merreca, talvez até pague bem, mas, no final das contas, coloca para fora na hora que quer e a pessoa fica ao Deus dará novamente... como acontece em muitos e muitos lugares... Então a questão da democratização da terra bate contra o agronegócio, contra a concentração de terras, concentração de bens, contra a riqueza... porque a ideia é a partilha da terra. (Entrevista realizada com Socorro Ferreira, membro da coordenação da CPT-Sertão, em 01 de fevereiro de 2010)

Diante desse depoimento, fica clara a posição da CPT contra o projeto de agronegócio por este negar a democracia do acesso à terra, seguindo a tendência dos movimentos sociais do campo. Porém, no ponto de vista prático, o discurso proferido em defesa da democratização da terra e luta pela vida é contraposto pelo apoio e assessoramento da CPT na transferência e anexação das famílias camponesas à sujeição aos termos condicionantes e uso das terras do agronegócio do Pivas.

Contudo, a experiência de assessoramento na ocupação em área de irrigação com interesses empresariais com as famílias integradas a um projeto de agronegócio é, de certa forma, nova para a CPT. Podemos lembrar exemplos ocorridos na história de atuação da

CPT-Sertão⁵¹, porém nenhum se compara com a complexidade política e ideológica da relação dos camponeses articulados pela CPT e o Pivas.

Dessa forma, em busca de esclarecer melhor esta questão, perguntamos à entrevistada como a CPT vê o apoio e sua assessoria em relação ao conflito das Várzeas de Sousa e os pontos de contradição na defesa da democratização da terra, reforma agrária e a submissão dos camponeses ao Pivas e obtenho a seguinte resposta:

As Várzeas de Sousa será para nós uma primeira experiência...(risos) é como a gente diz, é o nosso primeiro risco, por que você vai integrar famílias dentro de uma lógica de mercado que quer produzir para fora e a nossa propositura nunca será essa! Nossa propositura é que as famílias primeiramente se alimentem bem, depois alimente o seu vizinho, e daí se sobrar manda pra fora, como temos a nossa feira da agricultura agroecológica é nessa lógica: o excedente é que é vendido. Mas a propositura do projeto Várzeas de Sousa não é essa, é a que as famílias se integrem a uma lógica de irrigação para o mercado, e não temos experiência nisso, mas acreditamos que essas famílias a partir de um treinamento, a partir de uma lógica que o nosso ideal é também fazer com que as famílias não produzam somente para o mercado, mas produzam para o seu alimento... Então essa é uma experiência que pode dar certo, mas a gente está se expondo ao risco. (Entrevista realizada com Socorro Ferreira, membro da coordenação da CPT-Sertão, em 01 de Fevereiro de 2010).

Dessa forma, apesar de ser entendido como um comportamento contraditório da CPT, a entrada das famílias nos lotes do Pivas é interpretada por essa como uma forma estratégica de conquista da terra, portanto, não há mudanças no seu comportamento assim como não há mudanças nos seus objetivos nem nas suas proposições de apoio às famílias camponesas e na preservação da segurança alimentar. Ainda que seja um “primeiro risco”, a CPT pretende preservar os interesses dos camponeses.

Seguindo o nosso roteiro de perguntas inspirado por essa última resposta e afim saber sobre as contradições da ação da CPT nas Várzeas de Sousa, perguntamos do reconhecimento da contradição e do porquê desse apoio e obtenho a confirmação que a afirmação dos termos estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional e Governo do Estado é atitude estratégica da entrada das famílias camponesas nas terras do Pivas para garantir a moradia, a alimentação e o sustento e a posse definitiva passa a ser uma luta para o futuro.

⁵¹ Cabe aqui lembrar, como referência histórica, a ocupação em área irrigável articulada pela CPT-Sertão no município de Bonito de Santa fé nas margens do açude Bartolomeu. Essa foi a primeira experiência. Em seguida, podemos lembrar a ocupação que resultou hoje no assentamento Acauã, no município de Aparecida, às margens do Canal da Redenção. Essa foi a primeira experiência de ocupação em área privada e com interesse econômico empresarial.

Sim, nós já fizemos toda essa reflexão com eles [os camponeses]... mas tem duas lógicas: uma conquistar a terra, isso tem que se garantir, aí vai ter outra frente de luta... É lógico que a gente não vai apoiar aquelas famílias que não querem produzir, mas a forma de produzir é que se vai fazer a reflexão... Pode até se produzir as três culturas iniciais, mas impedir que o povo produza o seu alimento, eu acho que ninguém vai poder fazer isso... ir contra cento e tantas famílias de produzir de criar... não há lógica nisso... Mesmo que tenha um documento assinado eu não acredito que essas famílias vão ficar apenas com essas três culturas impostas pelo governo, vamos ter problemas com isso... Porque quem defende a transposição do rio São Francisco diz “deixa a água vir que depois a gente briga por ela”, e a gente sabe que a água não vai ser para os pequenos, e a gente disso também, porque deixa a terra vir que a gente briga... Não é porque não há como você obrigar aquelas famílias... agora se elas não produzirem esses tipos de cultura, que de fato está no contrato, elas podem ser botadas para fora, agora não diz que se elas produzirem outras coisas elas serão postas para fora, entendeu!?

Dessa forma, ao proteger o novo estandarte dessa luta, “estar na terra a todo custo”, o papel da assessoria da CPT às famílias camponesas contribui para a formação de um novo sujeito camponês, um camponês das terras irrigáveis do sertão da Paraíba. A ação da CPT não é concluída com a transferência e com o início das atividades do distrito, a ação continua após a transferência e submissão aos termos da Concessão de Direito Real de Uso, com o apoio e assessoramento na estruturação das habitações, na consignação de créditos, após isso, segundo posto pela entrevistada, entra o papel da CAAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão da Paraíba – que é um órgão que faz apoio aos assentamentos rurais do Alto Sertão da Paraíba.

No terceiro capítulo que se segue, trataremos dessa gestação do novo sujeito camponês, se for possível pensar assim, que surgem por detrás das trincheiras da luta pela terra de viver e pela terra de trabalhar. Seguimos, assim, buscando entender quais as formas de recriação do campesinato nas Várzeas de Sousa e na reorganização da territorialidade camponesa que é refeita a partir dessa submissão aos termos da Concessão de Direito Real de Uso dos lotes do Pivas.

CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO PIVAS: A GESTAÇÃO E REPRODUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE CAMPONESA.

3.1 Entre acampamentos e camponeses: entre formas e conteúdos

Nos capítulos anteriores procurei expor os meios que levaram a materialização do Pivas e com isso a justificação da luta pela terra com a ocupação das famílias camponesas. Com isso, ao retomar o questionamento proposto no primeiro capítulo dessa dissertação⁵², onde interrogo sobre a influência das políticas de desenvolvimento e reestruturação produtiva no Nordeste na reprodução da agricultura camponesa, como acontece essa reprodução cultural no Pivas e, com base nisso, buscaremos agora refletir e argumentar sobre a leitura dessa territorialidade que se fortifica pelas contradições do capitalismo no espaço agrário do sertão paraibano com a oficialização do lote destinado ao Incra.

Para chegarmos a esse ponto, dedicamos o primeiro capítulo a uma contextualização das políticas de desenvolvimento regional e de reestruturação produtiva que culminaram na descentralização industrial na região Concentrada através da “guerra fiscal dos lugares” e que levaram a proposição do PIVAS no sertão paraibano. Porém, durante o momento de paralisação das obras pelo TCU, as famílias camponesas passaram a integrar e a interagir, não só a paisagem que o Pivas oferece aos transeuntes da BR 230, mas também passaram a interferir politicamente e sofrer interferência política.

A transformação do Pivas em um território das contradições começa quando o projeto de irrigação e as famílias camponesas passam a conviver em territorialidades distintas transformando o espaço em um campo de forças: de um lado os lotes empresariais e de pequenos produtores organizados em cooperativas, e, do outro, literalmente do outro lado da BR-230, as famílias camponesas em seus acampamentos. Com isso, camponeses articulados com a CPT, Governo do Estado aliado ao Governo Federal, passam a expor os seus interesses e a concentrar suas forças ideológicas na proteção da integridade das suas territorialidades.

⁵² De que forma esses novos rearranjos espaciais trazidos pela reestruturação produtiva modificam a paisagem produtiva a tal ponto que impede a reprodução de uma agricultura camponesa? E se por um acaso há possibilidade de reprodução da ideologia camponesa num espaço de agricultura totalmente voltada para os mercados mundiais, quais os fatores que levam a construção dessa nova territorialidade? E no fim, que leituras podemos obter desse território que reproduz duas lógicas contraditórias, a do capitalismo agrário e a da ideologia camponesa?

No entanto, passadas as negociações e a negação da reforma agrária, em 2009 é assinado o acordo que concede às famílias camponesas a Concessão de Direito Real de Uso⁵³, um instrumento jurídico que garante a posse temporária dos lotes impondo-lhes condições para o seu aproveitamento. Esse mesmo documento assegura a integridade e a propriedade do Governo do Estado e oficializa a submissão das famílias camponesas às normas mínimas exigidas pelo Pivas. Diante do exposto, pensar em campesinato ou em sociedades camponesa no Brasil, tal qual é conceituado pelas teorias marxistas clássicas como podemos encontrar em Marx (1996), Lênin (1982), Kautsky (1980) e Chayanov (1981), nos estudos de Mendras (1984) e Wolf (1984), ou em autores marxistas brasileiros e contemporâneos a exemplo de Martins (1995), Oliveira (2001, 2007) e Fernandes (1996, 2000, 2001 e 2004), tornou-se desafiante para acolher a situação das famílias acampadas nas Várzeas de Sousa. Antes havia a aspiração pela reforma agrária como forma de contraponto à concentração de terras do Pivas, agora o desejo é a terra a todo custo como meio estratégico de entrada oficial na terra, mesmo que tenham que cumprir as obrigações impostas pelo Ministério da Integração Nacional e Governo do Estado de produzir as culturas obrigatórias de melão, melancia e goiaba para o projeto de irrigação em consórcio com a policultura de subsistência.

Como vimos em Fernandes (1996, 2001), o acampamento é considerado um momento de transição, é o momento em que o campesinato se encontra territorializado, motivado pelo desejo de conquista da terra, apoiado na resistência e no trabalho coletivo. Essa concepção tem sido uma forma generalista de conceber os acampamentos fundados pelos propósitos de conquista da terra, de trabalho e de moradia. Nesse caso, o acampamento, além de ser a materialização das estratégias de resistência, é considerado o momento-ritual de passagem para ser camponês por si, ou seja, a posse da terra determinaria e afirmaria a identidade camponesa do grupo.

Contudo, o conteúdo dos acampamentos não pode ser notado e delimitado somente pela leitura da sua forma genérica. Cada acampamento traz consigo as suas motivações de luta e seus interesses particulares e coletivos. Com o passar dos anos a luta silenciosa da resistência vai sendo modificada pelas negociações, como também o discurso e os objetivos de estarem em estado de resistência ano após ano se adaptando aos tipos de (in)disposições políticas que os representantes locais impõem nas negociações. Dessa forma, é importante a análise de cada caso.

⁵³ Conforme foi discutido no capítulo anterior.

Num contraponto com a generalidade do conceito de acampamento de Fernandes (1996, 2000, 2001 e 2004), Almeida (2006), apoiando-se no método dialético, traz uma contribuição a respeito do estudo da forma e do conteúdo dos acampamentos, onde afirma que a forma do acampamento diz pouco dos propósitos contidos no conteúdo, tornando-se necessário conhecer a dinâmica, os trabalhos, a ordenação coletiva, para apreendermos a essência daquela realidade. Dessa forma, o conteúdo animador dos acampamentos instalados no Pivas é o que diferencia dos outros acampamentos assistidos pela CPT-Sertão e pelo Incra porque

a forma aparentemente comum [dos acampamentos] é apenas o aspecto padronizado dos objetos geográficos, situação que em si não é reveladora dos conteúdos. Logo, a análise da forma, ou seja, do aspecto visível não retém a diferença contida nelas, bem como não permite compreender a produção e ordenação territorial. Desse modo, para apreender os conteúdos é necessário olhar para além da forma dos objetos geográficos, é preciso relacionar forma e conteúdo, aparência e essência. Com isso, pode-se dizer que a forma como forma-conteúdo está sempre mudando de significação, de acordo com o movimento da sociedade. (...) Todavia, ao contrário do que pensamos, (...) o sentido da ação dos que acampam não é necessariamente ‘lutar pela reforma agrária’, mas encontrar uma saída possível para uma situação de desemprego na qual estão inseridos (ALMEIDA, 2006, p. 155-156, 158).

Nesse sentido, a forma e o conteúdo são diferentes em cada caso. No Pivas a reflexão que se tem quando está em um acampamento há mais de cinco anos é a de partir para uma saída urgente, mesmo que custe desfazer o discurso da reforma agrária como estandarte da luta. O conteúdo coletivo do acampamento aos poucos se adapta às necessidades – tanto corriqueiras como urgentes – e ao cansaço proporcionado pelas negociações fracassadas e pela própria resistência. O acampamento, em sua forma, é uma estratégia de pressão política, como afirma Fernandes (2001) e Gohn (2007), representando insatisfação dentro do seio social, um meio de expor, reproduzir e até defender um modo de vida.

Todavia, o acampamento é uma saída, uma opção, um escape, mas não quer dizer que no fim de todo acampamento exista a liberdade do assentamento e a definitiva territorialização da identidade camponesa como pensaram esses autores. O “ser camponês” está no conteúdo subjetivo do grupo camponês acampado no Pivas, quer dizer, nas práticas, nas metas e nos discursos que são construídos no correr dos dias. Esse ser camponês que se territorializa, territorializa-se não mais pela “luta de forças” políticas e ideológicas, mas, passa a comungar do mesmo desejo de produzir.

O conflito e a ocupação das famílias camponesas no Pivas foi uma forma de ir contra um modelo concentrador de terras representado pelo agronegócio e como um fator de conquista da autonomia e da cidadania dos camponeses. Este é o principal objetivo dos movimentos sociais no campo, a autonomia camponesa do assentamento, entendendo autonomia segundo Gohn (2007):

Ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito em que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (GOHN, 2007, p. 17).

O sentimento de subordinação e de inconformismo levou aquelas famílias a reivindicar a reforma agrária como uma alternativa de mostrar à sociedade acostumada com o modelo fundiário vigente que é possível conquistar a vitória sob o latifúndio. No entanto, o objetivo de luta contra o agronegócio e a concentração de terras é deixado em segundo plano no discurso dos camponeses e da própria CPT e passa a ser um argumento estratégico interno, ou seja, ao entrar no Pivas os camponeses reivindicariam a posse definitiva do lote para fins de reforma agrária. Dessa forma, os camponeses entram no Pivas, integrando o quadro produtivo, conservando os seus interesses de luta que é a terra de moradia e de trabalho lutando para conservar a autonomia da produção familiar.

Podemos acompanhar no depoimento a seguir como a alternância dos argumentos e dos objetivos dos camponeses foi se adaptando durante as negociações às normas da conduta produtiva do Pivas, onde a aceitação dessas imposições se torna estratégias de permanência nos lotes e de “briga” para conservar entre os camponeses a luta contra o agronegócio:

A primeira proposta que nós recebemos para nos assentar dentro das Várzeas de Sousa foi que nós trabalhássemos pelo agronegócio, mas nós somos contra o agronegócio, então, íamos passar a ser pequenas empresas, achávamos isso uma barbaridade, por sermos de Sousa, de nossa região, ao invés de nós produzirmos a nossa alimentação, que também pode servir aqui para a nossa região, ia servir somente para a exportação, lá fora. Então eles colocaram bem: ‘ou vocês aceitam o projeto “Várzeas de Sousa” pelo agronegócio e se tornam pequenas empresas, ou então vocês estão banidos

de todas as Várzeas de Sousa'. Não tinha mais aquele negócio de ir para a "beira" da BR porque quem vinha para cá era a Polícia Federal de Brasília e de João Pessoa, então a gente fez a alternativa e dissemos "vamos aceitar", depois que sair a casa e o lote nós vamos travar outra briga para que a gente saia do agronegócio (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 03 de março de 2009 no acampamento Nova Vida I).

Com isso, para melhor reflexão do conteúdo dos acampamentos do Pivas, vamos, a seguir, fazer uma contextualização temática breve a respeito do conceito de camponês para seguir uma discussão sobre identidade enquanto recurso ideológico de autorreconhecimento e sobre os camponeses do Pivas a quem poderemos situar numa nova concepção de camponês. Para isso, no tópico a seguir discutiremos campesinato a partir de autores que centralizaram seus estudos no tema tanto no debate clássico como no debate mais contemporâneo; no primeiro caso destacamos Marx, Kautsky, Lênin, Chayanov, Mendras, Wolf e Shanin, e, no segundo caso, Martins, Oliveira, Carvalho, Fernandes, Marques, dentre outros.

3.2 Pensando campesinato para pensar o camponês irrigante do Pivas

De fato, não existe um modelo de camponês ou padrões ideais de sociedades camponesas, o que existe, na verdade é uma diversidade camponesa localizada em diferentes lugares sociais e nas diferentes condições naturais de produção. A formação do campesinato e do "ser camponês" é diversa e complexa e não depende somente da enumeração de elementos "básicos" para a sua determinação. A identificação do "ser camponês" pode ser tanto político--militante, como de negação da própria condição, assim como, de autoafirmação.

Todavia, o debate sobre o campesinato e/ou a sua negação está longe de se esgotar, mas é preciso recorrer a esse debate para nos lembrarmos de alguns condicionantes que se revelam essenciais para apontar os camponeses de hoje. Ainda que as principais teorias se reservem em ver um tipo regional de camponês, europeu na sua maioria, essas teorias constituíram e continuam constituindo o alicerce para as teorias contemporâneas, mesclando a essas novos tipos e comprovando a diversidade de tipos e modos de organização dos camponeses.

Contudo, seja em Marx, Kautsky, Lênin, ou em Fernandes, Martins, Oliveira, e tantos outros estudiosos das questões agrárias em que aqui nos apoiamos, o fator "terra" e liberdade

de produção são fatores essenciais para a condição camponesa. Tendo no horizonte estas questões é que passamos a fazer uma leitura sobre alguns conceitos essenciais para a nossa própria reflexão sobre campesinato para fazer nossas considerações sobre a territorialização ou não da identidade camponesa nas Várzeas de Sousa.

Apesar de não falar sobre a classe dos camponeses como um modo de vida ou de produção, apesar de reconhecer a existência e a importância dos camponeses na Revolução Francesa, Marx em *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte e As lutas de classe de 1848 a 1850*, refere-se aos camponeses protagonistas da revolução como uma classe que representa a barbárie dentro da civilização⁵⁴.

Marx (1996), em *A Assim Chamada Acumulação Primitiva*⁵⁵, faz uma análise pessimista do futuro da classe camponesa diante da expansão do capitalismo. A evolução do modelo feudal para o modelo mercantil libertaria os servos e escravos e os transformaria em trabalhadores livres, “*livres como pássaros*”, para venderem sua força de trabalho. Essa liberdade seria alcançada pela separação do homem dos meios de produção e no seu assalariamento⁵⁶.

Para Marx para o capitalismo se concretizar, não haveria outra maneira senão pela libertação desse trabalhador (seja servo, escravo ou camponês) para ser livre para comercializar a sua força de trabalho em troca de um salário. Uma vez liberto das condições de exploração em que viviam, esses servos e escravos não teriam alternativa senão vender o que possuíam e tinham a liberdade para vender a sua força de trabalho a quem quisessem.

A libertação dos trabalhadores dos meios de produção seria o primeiro fator para o capitalismo se reproduzir, a segunda partiria da expropriação fundiária. Marx afirma que é com o esvaziamento do campo que o capitalismo tomará corpo, pois é com a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, que se forma a base de todo o processo. Dessa forma, vão surgir na Europa, entre o século XV e o XVII, os famosos decretos reais

⁵⁴ Contudo, em relação a essa conceituação de Marx quanto ao campesinato francês, Moura (1986, p. 46) adverte que é necessário tomar cuidado com o julgamento dessas palavras: “Cabe lembrar que os termos barbárie e civilização são categorias típicas do campo intelectual e político em que Marx se movimentava, e cujo sentido era rapidamente assimilado por seus interlocutores. (...) Torna-se imperioso relativizar as expressões usadas por aquele autor, tendo-se em mira a conjuntura política e linguística do século XIX. Arauto de novos tempos, Marx era também filho do seu tempo”.

⁵⁵ Esse é o título do capítulo XXIV do volume I, Tomo II do livro *O Capital*.

⁵⁶ “Trabalhadores livres [...], porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos, etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. [...] Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX, 1996, p. 340).

para o esvaziamento do campo e usurpação de terras comunais para a formação de pastagens para

ovelhas e leis sanguinárias de extermínio⁵⁷ para os que resistem ou a partir de então se tornam mendigos ou vagabundos por não se acharem dentro do novo sistema⁵⁸.

Para Marx, campesinato e capitalismo não poderiam ser contemporâneos, uma vez que a base fundiária e a força de trabalho do camponês seriam a base do novo sistema, então, a tendência da expansão horizontal do capitalismo resultaria sem dúvida alguma na dissolução do campesinato.

Não distante da análise pessimista de Marx quanto ao futuro da classe camponesa, destacam-se nesse debate as contribuições de Lênin (1982) e Kautsky (1980) que separadamente têm a mesma visão voltada para a desintegração do campesinato, desagrarização ou a “descamponização”.

Lênin, assim como Marx, rejeita a ideia de que o campesinato poderia ser uma classe com autonomia baseada num tipo especial de economia. Para esse autor o campesinato seria uma condição de transição que reúne os vestígios do modelo anterior (feudalismo) e aspectos do modelo em ascensão no mundo, o capitalismo.

Através dos censos estatísticos dos Zemstovs, Lênin observa a desintegração dos pequenos agricultores; esses tenderiam a se transformar em proprietários capitalistas ou então, operários agrícolas. O objetivo do autor é oferecer um estudo das características fundamentais da “Diferenciação do Campesinato”, validando a sua tendência à dissolução na Rússia, à “descamponização”. A dissolução desses pequenos proprietários formaria a base do mercado interno, uma vez assalariados e exauridos não poderiam produzir o essencial para a sua manutenção, a manutenção de sua família, e ainda, a manutenção de sua propriedade, restando adquirir seus alimentos junto ao comércio. Lênin divide o estudo por províncias, e as classifica, a partir de suas observações, o campesinato rico e o campesinato pobre.

Para Lênin (1982), o campesinato tenderia a um fim, assim como o capitalismo tenderia à sua expansão. A “Diferenciação do Campesinato”, comprovada pelos Zemstovs, seria um sintoma dessa “descamponização”; qualquer resistência ou vestígio dessa classe não seria contradição de sua teoria, seria apenas uma transitoriedade ou a formação de outros

⁵⁷ “Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do acoite, do ferro em brasa e da tortura”. (MARX, 1996, p.358)

⁵⁸ Marx descreve ainda o *Clearing of Estates*, já no século XIX, após a Revolução Industrial, que foi um fenômeno que consistia em limpar as terras dos seres humanos, expropriando os trabalhadores de suas terras.

tipos de população rural, a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados.

Para Kautsky (1980), assim como em Lênin (1982), existe uma diferenciação dentro do campesinato e da sua transformação em trabalhador assalariado. Para esses, a agricultura camponesa é um resquício de um modo de produção pré-capitalista, um antagonismo dentro do capitalismo, dentro do camponês já se pode ver o germe do capitalismo, pois esse tende a ser submisso e apropriado pelo modo de produção capitalista.

Quanto à exploração do trabalho, Kautsky (1980) afirma que o campesinato se aproxima da barbárie. A exploração do trabalho pelo camponês, não o dignifica enquanto ser humano e sim em uma besta de carga, onde o camponês não se condena somente, condena também a sua família. O trabalho dentro da lavoura seria um trabalho sobre-humano: lar, lavoura, agricultura e trabalho estão mesclados num mesmo lugar de exploração doméstica. A sobre-humanidade da exploração do trabalho na pequena exploração e a exploração do trabalho infantil e das mulheres seria uma ameaça ao recrutamento militar e à reprodução biológica da família.

Kautsky (1980) utiliza ironias ao falar dos defensores dos camponeses⁵⁹, esses trabalhadores explorados sem grau de instrução e tecnicamente mais atrasados. Para esse autor, os camponeses viveriam em condições sempre inferiores de alimentação e financeiras. O camponês europeu tinha uma dieta com base em batatas e aveias. Para Kautsky (1980), a insuficiência e inferioridade do camponês e da sua propriedade não seria apenas econômica, mas também biológica. Contudo, o trabalhador assalariado ao deixar de trabalhar para si, adquire conhecimento técnico podendo evoluir as suas condições financeiras e suprir suas necessidades e da sua família recorrendo ao mercado para comprar mantimentos.

A exploração familiar, ainda que venha a exaurir todo o seu pessoal na produção de mercadorias, é impossibilitada de concorrer com os produtos da grande propriedade dentro do mercado, mesmo que se aumente a jornada de trabalho e as formas de exploração. A pequena exploração tem mais vantagens econômicas do que a grande, mas a grande empresa tem por obrigação oferecer uma existência mais confortável, mas tanto o trabalhador assalariado como o não assalariado tem suas pretensões reduzidas.

Na contracorrente do pensamento pessimista clássico que defenderia o fim inevitável do campesinato, Chayanov (1981) inova e contribui para a defesa do paradigma da

⁵⁹ “Só mesmo um partidário fanático [Erhebungen des Vereins für Sozialpolitik] da pequena propriedade territorial poderá ver alguma vantagem nesta dependência a que condena os trabalhadores, transformando-os em bestas de carga, trabalhadores cuja vida, exceto nos momentos reservados para o sono e para a comida se reduz a um serviço contínuo” (KAUTSKY, 1980, p. 128).

resistência da classe camponesa. As teorias chayanovianas influenciam e fundamentam hoje grande parte das discussões em defesa, ressignificação e reprodução da classe camponesa na atualidade juntamente com outros autores que manifestam o mesmo pensamento.

Dessa forma, Chayanov (1981) lembra que os estudiosos que pesquisaram o campesinato não compreenderam as categorias que lhes conferem originalidade. As explicações usuais desses são totalmente economicistas, inseridas nas características e categorias do capitalismo. Assim,

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor esta estrutura, o lucro líquido, a renda e juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1981, p.137-138).

Assim, para se poder refletir a classe camponesa como temos é imperioso romper a alienação ideológica dos teóricos capitalistas que defendiam o isolamento do camponês de todo o sistema capitalista, destacando o próprio Marx, Lênin e Kautsky. Segundo Chayanov, a economia camponesa baseia-se na unidade familiar de produção. Essa estaria próxima à economia natural que se volta para a satisfação das necessidades da unidade familiar que seria a mesma unidade de consumo. As jornadas árduas de trabalho, exploração, mais-valia e salários não existem na economia camponesa, portanto há necessidade de ver com olhos não ideologizados pelas teorias econômicas.

Para sustentar su ponto de vista, Chayanov intenta demostrar que las categorías de capital, interés, lucro y salarios, son inaplicables al tipo de economía de la unidad económica familiar no asalariada, en tanto que la categoría salario no existe en ellas; por tanto, ‘junto con esta categoría desaparece tambien el acostubrado contenido teórico de otras categorías de nuestros sistemas económicos, porque el lucro y el interés estan como elementos teóricos, indisolublemente ligados a esta categoría de salarios’” (PLAZA J., 1987, p. 17).

Para isso, dentro da unidade camponesa defendida por Chayanov (1981), há um ponto de equilíbrio para essa autoexploração que está entre a satisfação das necessidades da demanda familiar e a penosidade do trabalho. Esse equilíbrio é determinado subjetivamente pela demanda da unidade familiar. Esse grau é totalmente variável de acordo com as características da propriedade, situação de mercado, localização, características naturais,

tamanho da família e suas necessidades. O fator demográfico da família é o que vai interferir diretamente na produção da unidade camponesa e é o elemento de sua reprodução cultural.

Se propusermos uma comparação das teorias de Marx e Chayanov, poderemos observar que em Chayanov (1981) o camponês, ao contrário do produtor capitalista (o *farmers*, ou o campesinato rico como fora descrito por Lênin), busca através do seu trabalho anual a sobrevivência e com isso a sua reprodução cultural. Não interpretamos isso como a busca por um lucro através do excedente, mesmo por que não teríamos elementos para alcançá-lo. Ainda que a produção camponesa estabeleça relações de mercado, isto é, de mais-valia, a equação imposta no livro *O Capital* a respeito da relação de trocas de mercadorias ($D - M - D'$) não existe na economia camponesa, portanto, não existe acumulação de trabalho não pago (mais-valia). Essa troca de mercadorias é imposta pela livre troca de mercadorias, ou seja, a equação a ser considerada é: $M - D - M$.

Marx não acreditava que pudesse haver contemporaneidade entre o capitalismo e o campesinato, pois, o primeiro depende da dissolução do segundo, ainda que ocorra a existência de modelos não capitalistas ou pré-mercantis, não podem constituir modelos dominantes, pois esses são apenas transitórios.

Apesar de Marx, Kautsky e Lênin, e suas teorias pessimistas da dissolução do campesinato, devemos considerar que em toda a história o modo de vida camponês esteve presente, com características diferentes, diferentes localizações e relações com a chamada sociedade capitalista envolvente em variadas escalas. Essa reprodução cultural do camponês ao longo dos séculos se deu de inúmeras formas. Chayanov (1981), em sua teoria da ‘não dissolução’, disse que o camponês existe em todas as partes do mundo com as suas particularidades. Contudo, a sua conceituação é uma forma genérica de apreender o camponês, mas está distante de ser um paradigma conceitual, por sua diversidade de tipos regionais de camponeses no mundo.

Eric Wolf (1970) buscou, através de um estudo sobre as sociedades camponesas no mundo, entender as causas da mudança dos tipos de camponês e sua persistência na sociedade global. Dessa forma, esse autor confirma a ideia de que o camponês não é um sujeito amorfo. Esse sujeito possui particularidades na sua organização, que variam de um ambiente para o outro, impossível é estabelecer regras genéricas do “ser” camponês. E isso nos leva a justificar a diversidade cultural dos camponeses.

Henri Mendras (1984), outro estudioso das sociedades camponesas do mundo, chama atenção para não formularmos modelos únicos (padrões) de camponeses como base de comparação e de estudos, como foi construída pela teoria clássica de campesinato.

Em outras regiões do mundo, este esquema pode servir de base de comparação e alguns de seus elementos podem ser instrumentos úteis de interpretação: porém, seria perigoso vê-lo como um modelo universal, capaz de explicar todas as coletividades agrárias dominadas por uma sociedade mais abrangente. Numerosos estudos serão necessários sobre diferentes sociedades que permitam construir esquemas análogos até que se possa saber se existe um tipo ideal único de campesinato universal e se o camponês europeu, com suas variantes, não é apenas uma espécie dentre outras, em um gênero mais amplo (MENDRAS, 1984, p. 19).

Em outras palavras, ainda que se queira construir um modelo ou uma base para os estudos das sociedades camponesas, esse modelo não poderia ser absoluto, pois a diversidade na produção, cultura e os processos de organização impossibilitam expressá-lo através de uma única caracterização. Podemos chegar a uma suposição que junte as características mais expressivas nos exemplos encontrados pelo mundo e construir um parâmetro para nossas suposições antropológicas, desde que se façam concessões e exceções para cada caso.

Na teoria clássica, através de seus representantes - Marx, Lênin, Kautsky, Chayanov e Shanin -, refletimos exemplos ocorridos na Europa, especialmente na Inglaterra, França, Alemanha e Rússia, formatando uma generalização do ser camponês através dos seus protagonismos durante as revoluções populares. Trazemos, sem cerimônia, esse conceito genérico para os exemplos atuais que merecem atenção diferente, para seus elementos particulares, seu conteúdo e não só a sua forma.

De acordo com o pensamento de Wolf (1984), o camponês é um sujeito espacialmente particularizado e a sua reprodução cultural se dá sob diferentes variantes. Desse modo, é impossível estabelecer uma forma genérica para a diversidade camponesa brasileira, podemos sim, ressaltar traços que convém serem comuns aos diferentes tipos de organização camponesa, como nos aponta os estudos de Shanin (1983) para uma especificidade camponesa através de suas características:

El campesinado está formado por pequeños productores agrarios que, con ayuda de un equipo simple y el trabajo de sus familias, producen principalmente para su propio consumo y para cumplir con las obligaciones prescritas por los que detentan el poder económico y político. Una definición de este tipo implica por un lado una relación específica con la

tierra y por otro la explotación familiar campesina y la comunidad rural como unidades básicas de interacción social, así como una estructura ocupacional propia, unas influencias particulares del pasado histórico y unas pautas específicas de desarrollo. Tales características nos conducen, asimismo, a algunas de las peculiaridades de su posición en la sociedad y de la tipicidad de sus formas de acción política (SHANIN, 1983, p. 276).

Portanto, os elementos acolhidos pela teoria clássica são insuficientes para atender a essa demanda conceitual e tão pouco conseguem responder como ocorre a reprodução do campesinato com tantas denominações regionais. O campesinato brasileiro, nas suas formas regionais e de acordo com a sua territorialização, é nomeado diferentemente, obrigando-nos a fazer uma reflexão específica.

Assim, baseados nessa leitura clássica, vimos que o fator fundiário, o cultivo da terra e o trabalho familiar implicariam nos principais fatores para identificar genericamente o camponês. No entanto, o que dizer da classe camponesa “sem-terra”, que para além da politização do termo junto aos movimentos sociais do campo, luta para a reprodução de sua identidade e pela reforma agrária no âmbito da sociedade brasileira?

Nas palavras de Ianni (2004), independente da sua localização e da sua condição de propriedade, o camponês se reveste de várias nomenclaturas e características políticas e especificidades do espaço, não mudando as suas semelhanças com modelo genérico interpretado pela teoria clássica, formando a diversidade camponesa do Brasil. Assim,

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a *recursagem*, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco-babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país (...). E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária (IANNI, 2004, p. 149).

Oliveira (2007) acredita em três fatores que no modo capitalista de produção contribuem para a reprodução do campesinato: o primeiro fator viria diretamente do proprietário de terras arrendando, vendendo, loteando ou então desapropriando as terras para fins de reforma agrária; o segundo fator é o Estado como mediador na política de distribuição de terras com políticas de reforma agrária ou de colonização, agindo também

como agente financiador de créditos fundiários e políticas de preço; o terceiro partiria do seio da organização dos grupos camponeses e da sua articulação com o Estado, através da formação das cooperativas no campo, modelo vivido e experimentado na Região Sul do País⁶⁰.

No que diz respeito ao Estado, Marques (2007) corrobora com o pensamento de Oliveira. Credita-se que parte da responsabilidade da reprodução do campesinato brasileiro nos dias de hoje seria do Estado através das políticas de Reforma Agrária, de crédito fundiário ou programas de valorização da agricultura familiar (MARQUES, 2007, p. 70).

A relação entre campesinato e Estado, como um dos fatores da reprodução daquele, varia de acordo com as razões desse entrelaçamento, que pode ser ainda a intermediação dos conflitos, no combate entre as tentativas de desarticulação e/ou coerção dos movimentos sociais e a preservação da territorialização de projetos agroindustriais de grande porte como conhecemos nas Várzeas de Sousa, o Pivas. Essas ações resultam em estratégias de resistência como a articulação para fortalecimento político do movimento e a criação de novos elementos de pressão política como ocupações em terras, marchas, passeatas, etc.

Para Martins (1995), o campesinato brasileiro se diferencia do campesinato dito na teoria clássica europeia primeiramente pela ausência de um passado feudal e por ser formado de camponeses que no momento em que são expulsos da terra devido à expansão capitalista no campo, procuram retomá-la e para isso se dotam de conhecimento político para entrar em confronto contra as classes dominantes. Para esse autor, existem duas frentes de lutas camponesas no Brasil: a primeira luta é para permanecer na terra pela resistência; a segunda é a luta para entrar na terra. Podemos ainda identificar outra frente de luta protagonizada pelos camponeses brasileiros que unem as duas frentes citadas, a de lutar para retornar à terra expropriada. O resultado desses enfrentamentos são as violências, tentativas de aliciamento, de acomodação, e de subordinação, características da história do campesinato brasileiro (MARTINS, 1995, p. 16).

Quanto aos termos camponês e campesinato, Moura (1986) afirma que há uma polissemia depreciativa dentro das definições desses nos documentos oficiais, reflexo da opressão do Estado, que influencia tanto a autodefinição como na identificação dos camponeses. Além de personagem anônimo de peso histórico e político nas revoluções e

⁶⁰ Oliveira (2007), baseado no trabalho de Tavares dos Santos sobre os colonos do vinho, ressalta, ainda que de maneira genérica, o que seriam os elementos estruturais da produção camponesa ou da unidade camponesa, sendo esses: a força de trabalho familiar; a ajuda mútua; a parceria; o trabalho acessório; a jornada assalariada; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

demais guerras, o conteúdo cultural do campesinato é rico e diverso fazendo-o reproduzir na história da humanidade. Assim, nas palavras da autora:

Camponês e campesinato são conceitos de grande vitalidade, de grande força histórica, tanto teórica quanto empiricamente, o mesmo ocorrendo com o conceito de burguesia. Campesinato e burguesia são termos repletos de conteúdos culturais, tanto no plano social como no político. No repertório linguístico das sociedades agrárias existe sempre um número expressivo de palavras que se referem a camponês. Através de alguma delas, ele é designado; através de outras, ele se autodefine. Desde remotas sociedades, textos literários, religiosos e políticos expressam o modo depreciativo pelo qual o poder visualiza esses anônimos sustentáculos dos banquetes e das guerras. Paganus, em latim foi transmitido em payan, no francês, e peasant, no inglês, que significa exatamente camponês. (...) Na Alemanha do século XIII a *Declinatio rustica* tinha seis inclinações para a palavra camponês: vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e no plural, miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infieis (MOURA, 1986, p. 13/14/15/16).

Em Martins (1995), “camponês” e “campesinato” são considerados termos dotados de significado político, não apenas um estilo de vida baseado na propriedade e no trabalho familiar. Sua origem é associada aos discursos esquerdistas dos anos cinquenta que viam na luta dos trabalhadores rurais da época um sustentáculo para a transformação social. Com o tempo o termo camponês é ressignificado e cada vez mais dotado de teor político. Enquanto termo para designar o trabalhador que vive da agricultura, o termo camponês, na América Latina recebe várias denominações; assim, não indica a sua condição política, mas o seu lugar social e geográfico.

[Enquanto palavra política] “... a palavra camponês não designa apenas o seu nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.” (MARTINS, 1995, p. 22-23)

Para esse autor, a reprodução da identidade do campesinato brasileiro é reflexo da resistência às forças opressoras do Estado e do capitalismo agrário. Para Martins (1995), Oliveira (2001, 2007), Fernandes (1996, 2000, 2001 e 2004) e Moura (1986), o campesinato é uma instituição histórica. São variadas as formas como se dá essa resistência, ao longo da história; a luta contra as opressões do Estado e a favor da reforma agrária são elementos comuns às características da identidade camponesa no Brasil e acrescem novos elementos à identidade camponesa brasileira historicamente construída.

Dessa forma, como dissemos, antes de se organizar politicamente, o campesinato esteve presente na história da humanidade e embora construísse uma realidade espacialmente diferenciada, possui pontos que os caracterizam genericamente. Os movimentos sociais do campo foram os principais responsáveis pela politização do termo camponês no Brasil. Apesar de ser um termo corriqueiramente utilizado, o termo camponês não é adotado por autodefinição pela maioria dos camponeses. Contudo, essa não aceitação não reflete na reprodução identitária do grupo camponês, alguns grupos adotam as nomenclaturas regionais.

A conceituação de recriação do campesinato nacional proposta por Martins (1995), Oliveira (2001, 2007) e Fernandes (1996, 2000, 2001 e 2004) se adequa melhor ao exemplo vivido na luta por terra nas Várzeas de Sousa. Nesses autores, a reprodução do campesinato é resultado de uma luta histórica contra o capitalismo agrário e de um processo de diferenciação que ocorre dentro do próprio espaço agrário nacional. Mesmo com a previsível territorialização do capital no campo destruindo algumas das formas de reprodução do campesinato, esse mesmo encontra em si elementos para a sua resistência. Ao sair do campo, pela expulsão, retorna-se a ele, e isso está claro quando falamos da trajetória dos camponeses do Pivas. Nesse retomar da terra, os meandros necessários já os tornam camponeses. Dessa forma,

Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo. Dessa forma, pode-se compreender a destruição do campesinato pela territorialização do capital, bem como o processo de recriação do campesinato onde o capital se territorializou. (...) E no interior desse processo, resistindo se mantém como camponês, ou ainda nas regiões onde ocorreu a difusão industrial, torna-se um camponês-assalariado (FERNANDES, 2001, p. 30-31).

Esse mesmo autor propôs uma nova reflexão conceitual sobre os paradigmas do fim do campesinato, indicando o “fim do fim do campesinato” que seria a reprodução/recriação da classe a partir da resistência. Esse autor lança outras três indicações para a reprodução do campesinato brasileiro: o arrendamento, a compra da terra e a ocupação. Dessa forma,

O arrendamento é uma possibilidade de recriação do campesinato, outra é pela compra da terra e outra é pela ocupação da terra. Essas são as três formas de recriação do campesinato. E assim se desenvolve num constante processo de territorialização e de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato (FERNANDES, 2004, p. 17-18).

A ocupação das terras improdutivas articuladas pelos movimentos sociais do campo é um dos fatores dentro da sociedade moderna brasileira que permite a recriação do campesinato. Portanto, ao se anularem as possibilidades de reprodução da unidade familiar camponesa pela expulsão ou pela expropriação, o retorno à terra pela ocupação é uma forma de recriar-se.

Como vimos, movidos, primeiramente, pelo ideal camponês de conquista das terras do Pivas, os camponeses acampados traçaram estratégias de resistências, adotam o discurso de pertencimento à terra e buscam reproduzir-se, num modo de vida coletivo baseado no trabalhador familiar e, além disso, continuam recebendo a assessoria e participando da articulação política com a CPT-Sertão e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida.

Nas Várzeas de Sousa, os acampamentos Nova Vida I, Pau D'arco e Várzeas de Sousa (do MST) contrapuseram alguns dos elementos da imagem e da fala do camponês presente em Martins (1995), Oliveira (2001, 2007) e Fernandes (1996, 2000, 2001 e 2004). Porém, no momento em que são inseridos dentro do projeto através da Concessão de Direito Real de Uso das terras e passam a fazer parte do Pivas como camponeses irrigantes, passam a contribuir com o agronegócio como estratégia de entrar na terra tropeçando nos ideais camponeses de luta e contestação desse modo de produzir.

O campesinato, tal qual é discutido pelos estudiosos aqui mencionados, existe no Pivas territorializado dentro do projeto na condição transitória de acampados e através da estratégia de entrada na terra pela Concessão de Direito Real de Uso passarão a lutar por uma posse definitiva ou mais duradoura. Essa estratégia é uma forma de fugir do enfrentamento cansativo de antes. Contudo, a posse é temporária por um ano de produção, e o contrato somente será renovado se cumprirem com as cláusulas firmadas, que prevê um índice de produção que interessa fundamentalmente ao agronegócio. Dessa forma, a reprodução da identidade camponesa no Pivas deixa de existir através da luta e resistência dentro dos acampamentos e passa a ser recriada com vários condicionantes dentro do distrito de irrigação do projeto.

O Pivas tem seu espaço marcado pela formação de territorialidades empresariais e camponesas no mesmo espaço. De um lado, temos e vemos a continuidade da territorialidade camponesa irrigante que luta para entrar na terra, permanecer e usufruir a infraestrutura, e, de outro, podemos identificar os “territórios oficiais⁶¹” do Pivas que foram licitados de

⁶¹ Aqui, faço menção aos lotes articulados pelo Estado onde não envolve a participação dos movimentos sociais. Esses lotes são para aproveitamento empresarial e para pesquisas experimentais.

acordo com as recomendações do Governo do Estado e Ministério da Integração Nacional, que seriam os lotes de pequenos irrigantes, empresas e os lotes de experimentação e de pesquisa agropecuária da Embrapa, IFPB campus de Sousa, antiga Escola Agrotécnica Federal, e Emater.

Essas peculiaridades existentes tanto na formação das territorialidades como as condições da reprodução das identidades camponesas do Pivas passam a constituir o conteúdo dos atuais acampamentos que se tornarão distritos de irrigação. Dessa forma, passamos a refletir o conjunto de estratégias internas dos camponeses e CPT-Sertão de resistência de permanência no projeto como elementos que relevam um novo sujeito camponês que se recria dentro de uma lógica que alia o trabalho familiar camponês com a fruticultura irrigada para fins de exportação.

3.3 O camponês irrigante das Várzeas de Sousa

É importante ressaltar que existem alguns exemplos onde se acham interligados o modo de vida camponês e a produção com fruticultura irrigada, reforçando a territorialidade camponesa irrigante em volta dos polos produtores de fruticultura irrigada no Nordeste. No Rio Grande do Norte isso pode ser visto nos assentamentos da reforma agrária dos municípios de Baraúnas e de Mossoró sob a influência das empresas Maísa e Frunorte⁶², em que, após a falência dessas e a reforma agrária das suas terras, os camponeses formaram cooperativas e outras parcerias com a empresa Nolem Comercial Importadora e Exportadora S/A e continuaram com as atividades de fruticultura irrigada.

De acordo com Maia e Costa (2008), existem seis assentamentos da reforma agrária no município de Baraúnas que produzem através da fruticultura irrigada e no Estado do Rio Grande do Norte cerca de 30 assentamentos onde são produzidas as culturas de manga, acerola, abacaxi, caju, goiaba, melão, melancia, entre outras culturas de grãos, em parceria com empresas ou cooperativas do setor. Hoje, segundo levantamento do Incra-RN, após a reforma agrária da empresa Maísa, nos 19 mil hectares irrigáveis estão assentadas 5 mil

⁶² Fundadas respectivamente nas décadas de 1970 e 1980, essas empresas foram as pioneiras na fruticultura irrigada na região com a produção de melão e posteriormente com outras frutas para exportação. As empresas Maísa e Frunorte decretaram falência nos anos de 2002 e 2003, sendo que a continuidade das atividades de irrigação passa para as mãos dos camponeses assentados (MAIA e COSTA, 2008).

pessoas, divididas em 1.150 famílias, distribuídas em 10 agrovilas e associados em 13 associações de produtores⁶³.

Nos Estados de Pernambuco e Bahia encontramos outro exemplo nos municípios de Petrolina e Casa Nova. Trata-se do projeto Senador Nilo Coelho no vale do São Francisco. Aí outros dilemas camponeses podem ser evidenciados desde a expropriação dos camponeses residentes nas terras e expulsão dos camponeses sem aptidão para as atividades. O projeto funciona com 11 núcleos familiares de irrigação distribuídos numa área total de 20.388 hectares de terras irrigáveis destinadas à exportação.

Para Sousa (2005), os camponeses não desapareceram do projeto, esses mantêm com muito custo o lote de 5 hectares onde produzem coco em consórcio com a policultura. De acordo com a autora, no projeto Nilo Coelho há outros tipos de relações não capitalistas como: rendeiro, meeiro, posseiro e trabalhadores temporários.

Em Minas Gerais, em 2006, o Incra implementou sistemas de irrigação em 5 projetos de assentamentos de reforma agrária no Vale do Jequitinhonha⁶⁴ conseguidos com recursos do PAC⁶⁵, sendo a primeira experiência do órgão com recursos desse tipo. O objetivo é a produção de gêneros alimentícios de forma irrigada para o mercado. Para isso, os camponeses se organizam em cooperativas e associações de produtores e contam com assistência técnica. As fontes hídricas utilizadas para as atividades serão as nascentes próximas aos assentamentos e poços perfurados. Nesse caso, a articulação do Incra com o governo federal e com os camponeses foi fundamental para que a produção irrigada fosse instaurada nos assentamentos.

Um caso parecido, divulgado no site do Incra, aconteceu no Ceará, no município de Russas, em 2006, onde 3 mil hectares foram destinados para a reforma agrária a partir da desapropriação do imóvel onde funcionava o DNOCS. Os camponeses articulados com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra estavam acampados desde 2005⁶⁶ nessa propriedade. Os projetos de assentamento foram integrados ao Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas para aproveitamento da agroecologia e produção irrigada de caju para o mercado.

Esses exemplos vivenciados na Região Nordeste ajudam a refletir como se dá o processo de renovação da identidade camponesa do Pivas com o surgimento de novas

⁶³ Essas informações foram retiradas do site do Incra, encontradas por meio de busca.

⁶⁴ Os municípios são: Natalândia com dois assentamentos, Jequitinhonha com um assentamento, União de Minas com um assentamento e Governador Valadares com um assentamento.

⁶⁵ Informações retiradas do site do Incra do dia 12 de julho de 2006.

⁶⁶ Um ano depois da ocupação das famílias camponesas no Pivas, porém, os camponeses mencionados no informe do Incra conseguiram a posse.

características. Nesses lugares, os camponeses possuem histórias semelhantes em situações diferenciadas. Ao serem expulsos e/ou expropriados da terra, buscaram articulação com os movimentos sociais, com os quais criam estratégias para entrar na terra, seja por meio da reforma agrária ou integrando-se ao processo produtivo do agronegócio, a fim de, no futuro, reivindicar a propriedade da terra.

A partir do momento em que as famílias camponesas passam a integrar o Pivas, nega-se a luta contra o modelo de agronegócio e os princípios da luta pela reforma agrária, sem que isso signifique a perda da identidade e do modo de “ser camponês”, pois sabemos que os camponeses se diferenciam tanto no tempo como no espaço. Podemos dizer que os camponeses de hoje são diferentes dos camponeses de ontem, como os camponeses da Região Norte do país são diferentes dos camponeses da Região Nordeste. E como vimos ao longo do trabalho, a localização e seus modos de vida contribuem para a polissemia do seu significado.

A partir disso, concordamos com Santos (2010) ao afirmar que:

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificação em curso (SANTOS, 2010, p. 135).

Dessa forma, a todo instante podem surgir identidades ou renovações identitárias, do resultado da adição ou subtração de novos elementos gerados pelas circunstâncias atuais, novos sujeitos ou sujeitos renovados com novas identificações e de outros novos significados.

Portanto, a identidade camponesa tem o poder de adaptação, sobretudo, às condições políticas locais e, assim, são recriadas novas propostas e estratégias que deixam claro a recriação do “ser camponês”. Esse movimento de adaptação às condições políticas das negociações é vivenciado no Pivas.

No entanto, à identidade camponesa renovada que é observada no projeto, foram acrescentados novos elementos que renovam a autoafirmação do grupo, como a união das famílias e o sistema de cooperação, ainda que prevaleça a ordem de submissão legal às

normas de uso e de trabalho regidas pelo Ministério da Integração Nacional e Governo do Estado.

Quanto à terra, essa não existe enquanto propriedade da família camponesa. No entanto, essa se torna um bem de propriedade abstrata, apropriada simbolicamente a partir da formação do acampamento e da territorialização e do fortalecimento do sentimento de pertencimento ao lugar. A formação do distrito de irrigação e a contestação, por parte das autoridades, do assentamento da CPT, não nega a recriação do “ser camponês”, mas amplia a sua possibilidade de reprodução identitária e a diversidade do campesinato local.

Ao levantar, na hipótese, a reprodução ou não da identidade camponesa no Pivas, referimo-nos à legitimação material e imaterial das características de um grupo através das gerações. Com isso, mesmo com fatores externos que rompam com os elementos característicos do grupo, no seio do grupo, o fator ideológico de identificação coletiva reforça novos fatores políticos criando novas referências ou trazendo o sentimento de combate a esses fatores externos, possibilitando novos enfrentamentos, para que se sobressaia e se conserve a identidade do grupo.

Para Bogo (2008), a identidade é formada a partir da negação do outro como princípio para a sua existência; nas suas palavras,

[Os seres humanos] criam a própria identidade, por meio dos objetos que produziram e se diferenciam dos demais seres pela capacidade criativa tanto em quantidade como em qualidade. (...) A identidade, por sua vez, manifesta-se pela unicidade entre natureza e cultura em oposição à outra identidade. A existência física é reconhecida por certas características próprias de cada ser forjadas pelo movimento da matéria e, no caso dos seres humanos, pela capacidade de ação e imaginação (BOGO, 2008, p. 36).

Ao refletir sobre a discussão proposta por Bogo (2008) e por Santos (2010), é importante pensar nos “fatores adaptativos” da identidade que são fornecidos pelo comportamento e pelo discurso empregado pelos camponeses e pela CPT-Sertão hoje, não deixando de lembrar que a entrada da mão camponesa modifica tanto o perfil do Pivas como a estratégia de territorialização dos camponeses. Esse pensamento talvez seja um ponto de partida para se pensar num ponto de flexibilização que nasce entre o modelo adotado para se fundar o Pivas e o novo camponês que se recria. Dessa forma estamos aceitando os novos elementos trazidos pela contradição do agronegócio exportador e transportando para o cotidiano do distrito de irrigação que se estrutura nesse momento.

Contudo, os valores subjetivos atribuídos à resistência e à espera permanecem dentro do discurso dos camponeses que ainda estão no acampamento como a esperança da conquista da terra como forma de alívio dos sofrimentos do tempo que o acampamento proporciona:

A gente sobrevive aqui porque quando a gente nasce na roça, quando a gente nasce para sofrer a gente sofre mesmo... fico pensando que é isso... sofre, e sofre com o tempo. Eu só saio daqui se pegar uma “catrepilha” e pegar essa barraca e jogar essa barraca lá do lado de fora... Mas eu não sei, enquanto tiver gente aqui, eu estou insistindo. Eu gosto demais daqui, eu nasci e me criei na roça, e quando a pessoa nasce e se cria numa coisa eu acho que é que nem jumento: quando coloca a “cangalha” não quer mais tirar de cima, eu acho que é isso mesmo. (Entrevista realizada com seu Geraldo, integrante do acampamento Nova Vida I, em 13 de maio de 2009).

Noutro depoimento, o reconhecimento emocionado do trabalho dos chefes de família em sustentar os seus com todas as dificuldades do presente proporciona a reflexão da posse legal da terra e de um futuro estável com todas as condições estruturais e legais onde possam resistir às intempéries do tempo e às necessidades econômicas domésticas e dos custos do próprio distrito.

Aqui tem muita gente trabalhadora que com toda essa dificuldade você vê os pais de família se virando em mil porque planta na roça, trabalha fora... todo mundo planta muito nessa época, infelizmente veio essa chuva de maio, o feijão apodreceram, teve milho que não deu nada... Mas o pessoal planta muito nessa época. Já pensou se essa terra fosse nossa? A estabilidade de vida, na nossa casinha, nosso quintal... nós produziríamos ali se tivesse água para a gente aguar... isso daqui ia ser o assentamento mais rico do projeto. Tem uma coisa, nós íamos produzir para nós e para os outros! Pense num pessoal bom, que não aguenta ver ninguém passando precisão, divide o seu para compartilhar o seu com os outros, cada um aqui tem um parente em Aparecida, em Sousa... se eu produzir, vai ser para mim e para a minha família todinha... vai alimentar minha sogra, meu sogro, meus irmãos... Aqui nós temos as nossas dificuldades, mas aqui o povo é guerreiro... (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 20 de maio de 2009 no acampamento Nova Vida I).

Os elementos que estão dispostos no depoimento dos camponeses demonstram não apenas a esperança, a resistência e a especulação do futuro estável, mas, acima de tudo, nos traz uma perspectiva da continuidade do grupo pela negação das condições atuais – negação da negação, fator que explicita a dinâmica da renovação identitária – e também pela

manutenção de traços da identidade camponesa que faz parte dos códigos costumeiros de solidariedade expressos através de ajudas mútuas, mutirões, etc.

Dessa forma, é importante lembrar que a ascensão e morte das identidades fazem parte do mesmo movimento de recriação e reprodução coletiva de identidades existentes. Assim,

Tal qual afirmação da identidade é importante perceber, que há a negação e a morte de outras, como é o caso da trajetória marcada por experiências feitas ao longo da vida social, em que os feitos tornaram-se memória individual ou coletiva, mas que vão se apagando aos poucos das consciências das novas gerações. As identidades constituídas, de uma forma ou de outra, apresentam expectativas de continuidade histórica ainda a ser realizada. Por isso, a realidade presente é uma sequência que aponta para o futuro. O comportamento social é, em parte, a manifestação daquilo que somos, e em outra parte, a antecipação daquilo que queremos alcançar nesse processo de permanente negação das negações. (BOGO, 2008, p. 56/58).

Entretanto, nessa perspectiva de negação da negação das identidades, a territorialidade camponesa construída e delimitada pelo acampamento torna-se um espaço de transição dos elementos e dos interesses futuros. As vontades e/ou necessidades de mudar a imagem do camponês sem-terra passa a ser um item dentro do discurso colhido nos depoimentos:

A gente deseja passar o próximo inverno na casinha da gente, não passar por isso que a gente passa com essas dificuldades que a gente passa de baixo de barraca... Produzir o mais rápido possível, começar a trabalhar na nossa terra mesmo o mais rápido possível, para que a gente possa viver melhor, ter a nossa renda, dar uma vida melhor para os nossos filhos, isso está no geral no acampamento, a expectativa por essas duas coisas: pelas casas, pela terra... a terra em primeiro lugar, sempre esteve e as casas pela questão do inverno. A gente quer produzir muito, quer mostrar para esse povo que viemos para cá para produzir, para trabalhar de verdade, a gente vai conseguir tirar essa imagem, e nós vamos conseguir... (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 30 de junho de 2009 no acampamento Nova Vida I).

A partir do momento em que o Incra concluir as obras de construção e de infraestrutura dos lotes do Pivas destinados aos camponeses, esses poderão usufruir o direito de produzir e colher, satisfazendo – como se espera – às suas demandas por alimento e às imposições do Estado para o agronegócio exportador. Após a experimentação dessa realidade, novos elementos vão integrar o quadro de luta e de reivindicação dos camponeses.

Contudo, o futuro de segurança e de trabalho faz parte, não só dos discursos dos camponeses como elemento subjetivo, mas também como argumento e estratégia de resistência na terra em que se pretende entrar e nela produzir através de uma lógica completamente diferenciada das realidades camponesas locais. Refletindo isso e buscando meios de conclusão de nossas ideias, acreditamos na gestação de um novo sujeito camponês que vem mesclar o mosaico de nomenclaturas campesinas. Seria, então, o camponês irrigante das Várzeas de Sousa.

CAPÍTULO 4 – (DES) CAMINHOS PARA AS CONCLUSÕES

As mudanças nos padrões produtivos e no comportamento do Estado na economia são tendências presentes na história das sociedades capitalistas. A modernização das técnicas e a globalização atribuem ao espaço geográfico o significado de meio técnico-científico-informacional, que, por sua vez, contribui para a formação de redes e fluxos do capital. No campo, é no agronegócio onde notamos essas mudanças na base técnica tornando-a cada vez mais científica e globalizada.

No Nordeste a estrutura fundiária conservadora e centralizada em grandes propriedades é justificada historicamente pelo processo de ocupação do interior da região. A luta sangrenta contra os índios no sertão e cariris abria caminhos para as bandeiras exploratórias; a divisão das terras “conquistadas” era feita através do regime sesmarial, dividindo os sertões em grandes latifúndios.

De imediato, ao mesmo tempo em que o sesmeiro tomou posse no seu latifúndio, passou a estabelecer relações de poder com os agregados e demais posseiros da sesmaria. Essas relações de poder são estabelecidas principalmente na subordinação às relações de trabalho como a meia, a terça e outras. Com o passar o tempo, as relações de poder foram se estabelecendo no setor político local, sem deixar a base fundiária como seu sustentáculo de poder e representação. O patriarcalismo, o paternalismo e o clientelismo são filhos históricos da relação terra *versus* poder.

Na Paraíba, essas relações históricas entre poder e latifúndio estão presentes, marcadas na paisagem rural das grandes propriedades improdutivas do sertão, nas relações de trabalho e na presença dos descendentes dos primeiros latifundiários, na representação política na Assembleia Legislativa do Estado, na Câmara e no Senado. Em outras palavras, a elite oligarca-política do sertão é formada pelos mesmos velhos sujeitos com novas/velhas atribuições no seio da sociedade que encontra no período eleitoral os meios de reprodução e de permanência.

Ainda que o Estado tenha instituído políticas de assistência e de desenvolvimento no século passado, fortalecendo a economia dos donos do poder local e teoricamente oferecendo sustentáculos para a superação das desigualdades, as ações mais atuais para o desenvolvimento regional encontram no avanço tecnológico e nas relações de comércio internacional outros usos econômicos para os espaços periféricos da economia nacional.

O meio técnico-científico-informacional avança para esses mesmos sertões de estruturas políticas e fundiárias historicamente conservadoras, respaldados pelas guerras fiscais e dos lugares, onde é possível destacar a agricultura científica como uma nova faceta do agronegócio. Contudo, mesmo que a modernidade das técnicas e o meio informatizado avancem pelos sertões, são incapazes de romper com o tradicionalismo do poder local resultando em outros meios também modernos, científicos e informatizados de reprodução.

Dessa forma, ao avançar, ao centralizar e transformar os espaços agrários em polos de produção da agricultura moderna, reestruturamos a base produtiva ampliando o seu alcance. Também modificamos a paisagem produtiva e as relações de trabalho com a terra e com os camponeses locais. Esses são expulsos, expropriados e/ou desempregados e passam a fazer parte da margem produtiva e não conseguem ser absorvidos pelo modelo de produção. Assim, tem-se início mais uma luta contra o sistema concentrador de terras. E no Pivas, a história é a mesma.

A teoria proposta por Soja, Milton Santos e Laura Silveira e seguida por Elias e Cavalcanti, sobre a reestruturação produtiva a nível nacional e regional, menciona o aparecimento de “Pontos Luminosos” no mapa produtivo do Brasil como resultado da descentralização industrial da região concentrada relacionada à espacialização das técnicas modernas e dos benefícios fiscais em um espaço arcaico e “escuro” como o Nordeste e o Norte.

Contudo, para esses autores, o Pivas poderia ser o exemplo de um ponto “luz” com a pretensão de iluminar os pontos estatísticos de empregos temporários, de uso de recursos de pesquisas e os argumentos políticos em pleno ano eleitoral⁶⁷. Contraditoriamente, o Pivas é um projeto de pretensões econômicas que permanece no escuro.

Como dissemos na introdução da dissertação: Até que ponto podemos julgar o Pivas como um “ponto luminoso”? Acreditamos que a luz não se manifesta no desenvolvimento econômico e sim nas lacunas que esse modelo representa. O agronegócio, que concentra terras e expulsa os camponeses, cria e recria meios por onde os camponeses vão interagir e lutar para voltar ou entrar na terra. O movimento contraditório e dialético que dinamiza a sociedade nos ajudou a reconhecer e a validar esse raciocínio.

Nesses seis anos de luta muita coisa aconteceu dentro e fora dos acampamentos, o cansaço fez com que alguns desistissem, mas não o suficiente para que a luta fosse diluída. A estratégia da CPT e dos camponeses pela mudança do discurso reivindicatório resultou na

⁶⁷ Em 2010 vivemos o momento eleitoral para a Presidência, Senado, Câmara Federal, Governadores e Câmaras Estaduais.

oficialização e concessão de posse e, a partir de agora, as famílias passam a integrar o processo produtivo do Pivas. A luta contra o agronegócio passa para segundo plano sem ser esquecida. Na fala dos camponeses e da própria CPT está claro que a mudança no comportamento da luta foi uma forma encontrada para ingressar na terra e, depois de estabelecidos, de dar início a luta pela permanência e pela autonomia.

Portanto, a luz não está no desenvolvimento que foi proposto pelas políticas fiscais e pelo momento de descentralização das indústrias e das tecnologias do meio técnico-científico-informacional que reforçam um desenvolvimento geográfico desigual e combinado; está nas lacunas deixadas por esse processo, na insatisfação do modelo e na construção de estratégias de mudanças. No Pivas os sujeitos se organizaram, lutaram, se territorializaram, marcaram a sua trajetória entre batalhas vencidas e vencedoras; integram-se ao agronegócio com a intenção de lá se reinventarem e se reproduzirem com novas características que a nova condição lhes permite adotar para serem camponeses irrigantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Ed. Massangana; Cortez, 1999.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ARAUJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, Vol. 11, nº 29.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das sessões de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BASTOS, Ana Regina V. Ribeiro. **Geografia e os romances nordestinos das décadas de 1930 e 1940: Uma contribuição ao ensino**. 1993. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 1993.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário de pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARDOSO, R. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, H. M. (Org.). **O Campesinato No Século XXI**: Possibilidades E Condicionantes Do Desenvolvimento Do Campesinato No Brasil. Curitiba/Brasília: Dezembro de 2004. (versão digital)

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição Imaginária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Iná Elias de. Da Seca como Tragédia à Seca como Recurso. Velhos e Novos Discursos, Velhos e Novos territórios. In: **Anuário do Instituto de Geociências**. Vol. 17. UFRJ, 1994. (vol.17)

_____. Imaginário político e Território: Natureza, Regionalismo e Representação. In: **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **O Mito da Necessidade**: Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios no Nordeste. In: CASTRO, I. E. *et al.* (Org.) **Brasil questões atuais da organização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 283-323.

CAVALCANTI, Josefa Salete. Globalização, novas regiões de produção agrícola e desigualdades sociais. In: **Caderno CRH** n.24/25. Salvador: jan/dez 1996 (disponível na web).

CAVALCANTI, Josefa Salete *et al.* Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise & PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e as novas Dinâmicas Socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos)

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da e STOLCKE, Verena (Org.). **A Questão Agrária** - Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C.C., CORREIA, R. B. (Org.) **Geografia**: Conceitos e Temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DA MATTA, R. Trabalho de Campo. In: **Relativizando**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ELIAS, Denise & PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e as novas Dinâmicas Socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ELIAS, Denise (Org.) **O novo espaço da produção globalizada**: O baixo Jaguaribe. Fortaleza: Funece, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançando. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Fim do fim do campesinato. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O Campesinato No Século XXI**: Possibilidades E Condicionantes Do Desenvolvimento Do Campesinato No Brasil. Curitiba/Brasília, Dezembro de 2004. (versão digital)

_____. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo. Hucitec, 1996.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FURTADO, Celso. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GHON, Maria da Glória (Org.). **Movimentos Sociais no século XXI**: Antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis, 2007.

HALBWACHS, R. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

IANNI, Octávio. Modo de ser e de viver: uma utopia camponesa? In: VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba/Brasília, 2004. (meio digital)

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001 (digitalizado por TupyKurumin)

KAUSTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: **Seleção de Textos 11**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros. s/d. [19]

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos)

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. In: **Seleção de Textos 11**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros. s/d. [19]

LENIN, V. I. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis) simulação da esperança. 2007. Tese (Doutorado). Aracaju: UFS, 2007.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: **Revista Actuel Marx**, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro. (disponível na web)

_____. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 18. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

MAIA, Ana Cristina N. & COSTA, Genivalda Cordeiro da. **A Fruticultura irrigada em áreas de assentamentos no município de Baraúna-RN: Análise do processo de produção e comercialização**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco-AC, 2008.

MARQUES, Marta Inez. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E.T. & FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Coleção Geografia em Movimento)

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. O Capital. Vol. II. In: Capítulo XXIV. **A assim chamada Acumulação Primitiva**. Disponível em meio digital na web.

MELO, José Octávio de Arruda. **Historiografias e origens do conceito de Nordeste**. 1980 (mimeo)

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOREIRA, E. & TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997.

MOURA, Margarida M^a. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NEVES, Frederico de Castro. Curral de Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**. v.15 n. 29. São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**. vol. 15 n. 43 São Paulo, Sept./Dec. 2001.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. (disponível em meio digital)

PARAÍBA. **Lei nº 7.779**, de 07/07/2005 de criação da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa).

PLAZA J. Orlando. Presentación. In: PLAZA, J (Org.). **Economia Campesina**. Lima: Desco, 1987.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Variações sobre a Técnica de Gravador no registro da Informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA NETO, João Mendes & BORGES, Djalma Freire. **Disjunções espaciais das políticas públicas brasileiras**. Uruguai: Egal, 2009.

SANTOS, Boaventura. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. 2. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SEMARH. **Estudos de Aproveitamento Hidro-Agrícola das Várzeas de Sousa**. Estudos Preliminares: Dados Técnicos. Governo do Estado da Paraíba: 1997.

SHANIN, Teodor. **La Clase incómoda: sociologia política del campesinado em una sociedad emn desarrollo (Rusia 1910-1925)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, Armando Corrêa da. Natureza do trabalho de campo em geografia humana e suas limitações. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP, 1992

SILVEIRA, Rosa Godoy. **O regionalismo nordestino**. São Paulo: Editora moderna, 1984.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Raimunda Áurea Dias de. **A inserção no sertão do modelo de agronegócio: o Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, Petrolina-PE**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. Pesquisa de Campo em Geografia. **Geografia**. Vol. 4. n. 7. Rio de Janeiro: UFF, 2002.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**. v. 12, n. 2. dez. 2009.

VIANA, Francisca Diana Ferreira. **Inserção externa e competitiva da Região Nordeste no Período de pós-abertura comercial: Uma Análise a partir do método SHIFT-and-SHARE e de indicadores de competitividade revelada**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia). Uberlândia: UFB-MG, 2006.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

ANEXOS

ANEXO 01 – OFÍCIO DOS CAMPONESES PARA O INCRA**Acampamento Várzea de Sousa**

Ofício nº 008/2007

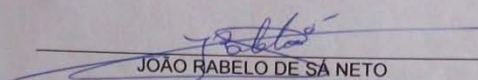
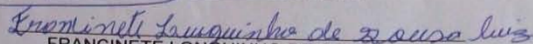
Aparecida, 08 de outubro de 2007.

Prezado Senhor,

Venho por meio desse comunicar esta Autarquia que em assembleia realizada no Acampamento Várzea de Sousa no último dia 04/10/07, a comunidade apresentou vários questionamentos em relação aos encaminhamentos tomados entre Estado e INCRA, questionam a demora para se concretizar o documento (TAC), que oficializa a posse do INCRA na terra , questionam também a realização da conclusão do projeto que o INCRA assumiu de realizar e apresentar ao estado.

Diante do exposto informamos que os acordos firmados com os acampados todos foram cumpridos, então decidimos informar através deste ao INCRA e Estado, que até a chegada do período do Inverno esperamos o cumprimento dos Acordos, uma vez não sendo concluído adiantamos que reocuparemos com o nosso plantio toda área dos lotes Empresariais.

Atenciosamente,


JOÃO RABELO DE SÁ NETO
FRANCINETE LONGUINHO DE SOUSA LUIZ
Coordenação

Ao Exmo Sr
FREI ANASTÁCIO
Superintendente Regional do INCRA-PB.

ANEXO 2 – AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2007


GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA
GABINETE DO SECRETÁRIO

AJUDA MEMÓRIA

Participantes:

Pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP:
Francisco de Assis Quintans – Secretário *Francisco de Assis Quintans*

Pela Secretaria de Estado da Infra-Estrutura – SEINFRA:
Hilpólito Gomes Militão – Secretário Executivo *Hilpólito Gomes Militão* 21/06/07

Pela Procuradoria Geral do Estado da Paraíba:
Wladimir Romanic Neto *Wladimir Romanic Neto*

Pelo INCRA:
Abdon Bandeira André *Abdon Bandeira André*
Maria de Fátima Leite Nunes *Maria de Fátima Leite Nunes*
Maria Inez Marinho do Rego *Maria Inez Marinho do Rego*

Pelo Acampamento Várzeas de Sousa:
João Rabelo de Sá Neto *João Rabelo de Sá Neto*
Antonio Braz de Sousa *Antonio Braz de Sousa*
Francinete Luguinho de Sousa *Francinete Luguinho de Sousa*

Pelo Representante da Pastoral da Terra:
Antonio Cleide Gouveia *Antonio Cleide Gouveia*

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida:
Antonio do Nascimento Sobrinho *Antonio do Nascimento Sobrinho*

João Pessoa – PB, 21 de Junho de 2007.

Abertos os trabalhos pelo Senhor Secretário da SEDAP, este informou a disposição do Governo do Estado em ceder 1.000 (hum mil) ha das áreas do PIVAS em favor do INCRA, de forma a possibilitar o assentamento de famílias acampadas naquela área.

Centro Administrativo Estadual
Bloco II / 3º andar – Jaguaribe / CEP 58.019-900 (0xx83) 218.4262 / 4263 – Fax: (0xx83) 218.4262
E-mail: feipeadellino@sala.pb.gov.br

ANEXO 2 – AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2007 (F. 02)

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Pelo representante do INCRA foi lida a Ajuda Memória da reunião realizada em Brasília na data de 19.06.2007, de forma que todos os presentes tomaram ciência do documento e em seguida ficou acordado o seguinte:

A área dos lotes 16, 17, 19, 23, 25 e 26 será cedida ao INCRA, através do instrumento jurídico aplicável à espécie, tão logo a Procuradoria Jurídica do Ministério da Integração forneça o parecer decisivo para subsidiar o Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado entre a Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, o INCRA, o Ministério Público Federal.

Ficou acordado nesta data que os ocupantes das áreas já vendidas a grupos empresariais começarão a fazer a mudança, a partir do dia 25 de junho de 2007, nas seguintes condições: QUE a área de 05 ha que compreende as moradias dos acampados seja preservada até o momento em que o INCRA disponha de condições legais (Termo de Ajustamento de Conduta e Cessão de Uso) para construir as casas que acomodem as famílias na nova área; QUE os acampados não interferirão no trabalho das empresas Mocó Agropecuária e Grupo Santana, e estas não interferirão na área plantada pelos acampados até a colheita; QUE após a colheita do que foi plantado, as áreas serão liberadas pelos acampados.

[Assinaturas manuscritas]

[Assinatura] 24/06/07
[Assinatura] 21/06/07

Centro Administrativo Estadual
Bloco II / 3º andar – Jaguaribe / CEP 58.019-900 (0xx83) 218.4262 / 4263 – Fax: (0xx83) 218.4262
E-mail: felipeadelino@saia.pb.gov.br

ANEXO 03 – AJUDA MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE APARECIDA

SIR
APARECIDA - PB
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE APARECIDA
CNPJ: 02.355.918/0001-89 Fundado em 09.08.1997.
Rua Josefa Casimiro de Almeida, 257 - Bairro Joana Batista Feres - Aparecida-PB.
CEP: 58823-000 - Telefex: 3543-1138 E-mail: siraparecida@rabo.com.br

AJUDA MEMÓRIA

Participantes:

Pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP:
Denilson Lemos – Gerente Administrativo *Denilson Lemos*

Pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA:
Abdon Bandeira – Divisão Técnica *Abdon Bandeira*

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida:
Antônio do Nascimento Sobrinho *Antônio do Nascimento Sobrinho*

Pela Central das Associações dos Agricultores do Alto Sertão Paraibano – CAAASP:
Josefa Alves Vieira – Josefa Alves Vieira

Pela Comissão do Acampamento Várzea de Sousa:
José Ribamar Ferreira Neyes *José Ribamar Ferreira Neyes*
Antônio Braz de Sousa *Antônio Braz de Sousa*
Francinete Lunguinho de Sousa *Francinete Lunguinho de Sousa*

Aparecida-PB, 05 de julho de 2007.

Iniciando-se a reunião, Denilson coloca a necessidade de agilizar a retirada do gado e os acampados da área licitada, e ver a possibilidade das famílias serem transferidas para os 1.037ha destinados para os mesmos de forma passiva e em blocos para facilitar a infraestrutura de barracas. Ficando acordado que o Estado disponibilizaria material para construção de barracas e abastecimento de água para o consumo humano e o INCRA se comprometerá em viabilizar via Ouvidoria Agrária, lonas e cestas básicas.

Como iniciativa, se faria uma barraca modelo padrão de imediato para iniciar a transferência dos acampados, foi discutido também a parte do Assentamento Acauã no perímetro irrigado, denominado Setor 1, e Denilson se comprometeu de fazer uma visita posterior para colocar em funcionamento o que já estava instalado.

ANEXO 4 – AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO DE 19 DE JUNHO DE 2007 EM BRASÍLIA

AJUDA MEMÓRIA

Participantes:

Pelo Ministério da Integração Nacional
 Ramon Flávio Gomes Rodrigues – *Ramon Flávio Gomes Rodrigues*
 José Bento Correa – *Correa*
 Thales de Queiroz Sampaio – *Thales de Queiroz Sampaio*
 Ana Luiza de Lemos Mello – *Ana Luiza de Lemos Mello*

Pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP
 Francisco de Assis Quintans – *Francisco de Assis Quintans*

Pela Secretaria de Estado da Infra – Estrutura – SEINFRA
 Hypólito Gomes Militão – *Hypólito Gomes Militão*

Pelo INCRA
 Abdon Bandeira André – *Abdon Bandeira André*
 Maria de Fátima Leite Nunes – *Maria de Fátima Leite Nunes*

Brasília, 19 de junho de 2007.

O Governo do Estado da Paraíba tem a intenção de ceder aproximadamente 1.000 ha da área do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, correspondente aos lotes empresariais 16, 17, 19, 23, 25 e 26, para fins de assentamento de pequenos produtores sob a responsabilidade do INCRA.

A cessão será feita por meio de Termo de Ajustamento de Conduta, a ser pactuado entre o Governo do Estado, INCRA, Ministério da Integração Nacional e demais Órgãos interessados.

A reunião teve como objeto esclarecer e solicitar a inclusão de alguns itens constantes da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta, encaminhado pelo Estado. O MI informou que já elaborou um Parecer Técnico, onde solicita a inclusão dos itens aqui apresentados e acrescentou que a minuta do TAC com as observações será encaminhado ao Estado, após análise da Consultoria Jurídica do MI.

Foi acordada a inclusão naquele documento dos seguintes termos:

1) Será fornecido um ponto de água ao INCRA, onde o mesmo se incumbirá da instalação de hidrômetro para medição da água. O referido hidrômetro ficará sob a guarda do Distrito de Irrigação, para medição do consumo de água;

- 1 -

**ANEXO 4 – AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO DE 19 DE JUNHO DE 2007
EM BRASÍLIA (P. 02)**

2) Será de responsabilidade do INCRA o pagamento das tarifas relativo aos lotes cedidos, cujos valores serão definidos quando da operação do projeto (Distrito de Irrigação);

3) O INCRA se responsabilizará pela implantação da infra – estrutura interna da área dos lotes a ele cedidos (estradas, drenagem, tomadas d'água, instalação de hidrômetros, etc);

4) O INCRA se responsabilizará pelo cumprimento das regras estabelecidas pelo Distrito de Irrigação com relação ao desenvolvimento agrícola das áreas cedidas;

5) O INCRA deverá apresentar ao Estado planejamento para desenvolvimento da área cedida, incluindo cronograma de início de operação.

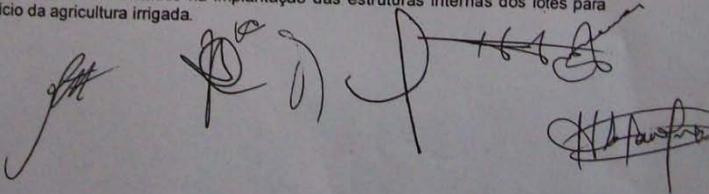
Foram também abordados os seguintes pontos:

- O Estado informou que incluirá no TAC cláusula esclarecendo que o INCRA deverá se responsabilizar pelo cumprimento dos ditames previstos na legislação de irrigação e de meio ambiente.

- O MI manifestou preocupação com relação à inviabilização do projeto, caso os produtores dos 1.000 ha que serão cedidos ao INCRA tornarem-se inadimplentes com relação às obrigações pactuadas, pois representará um incremento de despesa em torno de 20% na área do projeto. Para tanto, solicitou ao Estado um estudo de viabilidade do real impacto dessa área para o projeto como um todo (custos fixos e variáveis).

- O INCRA informou que possui recursos suficientes para implantar toda a infra-estrutura necessária ao funcionamento das áreas que serão cedidas (drenagem, tomada dos lotes, estradas, equipamentos parcelares, etc.).

- A Secretaria de Infra-estrutura do Estado informou que está previsto para o dia 10 de julho de 2007, o abastecimento de água em parte dos lotes empresariais, o que representa 40% da área da Etapa II. Acrescentou que os proprietários encontram-se mobilizados na implantação das estruturas internas dos lotes para início da agricultura irrigada.



**ANEXO 5 – OFÍCIO DO INCRA À SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA**

INCRA


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA-SR/18

Ofício/INCRA/SR-18/G/Nº 1328 /08 João Pessoa, 21 de novembro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Carlos Marques Dunga
Secretário de Estado
Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
Estado da Paraíba

Assunto: Projeto Várzea de Sousa

*Ass. Gerente de Integração
do INCRA
21/11/2008*

Senhor Secretário

ORIGEM: SEDAP
NÚMERO: 2167
DATA: 25-11-08

Cumprimento-o, em atendimento ao Ofício nº 757/2008
SIH/MI, datado de 04/11/2008, solicitamos de Vossa Excelência o abaixo
relatado:

Diante do impedimento apresentado pelo Ministério da
Integração Nacional para legalizar o repasse ao INCRA de área de 1000
hectares no Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa, alegando que o
Ministério tem a intenção de assinar o Termo de Ajustamento de Conduta, no
entanto, condiciona que o INCRA deverá se responsabilizar pelo pagamento
das tarifas de água (K1 e K2).

Considerando que o INCRA não dispõe de meios legais
para se comprometer de antemão a pagar as tarifas, pois não há como
justificar inclusão dos custos na Programação Orçamentária da Instituição, por
não existir rubrica para tal ação. No entanto, assumimos o compromisso de
gerenciar junto aos assentados beneficiados pelo Projeto das Várzeas de
Sousa, o pagamento referente às taxas, e para isso, foi discutido e inclusive

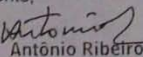
**ANEXO 5 – OFÍCIO DO INCRA A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA
AGROPECUÁRIA E DA PESCA (p. 02)**

consta no Plano de Uso e Exploração apresentado ao Ministério da Integração (pág. 15), com cópia enviada a essa Secretaria que para o gerenciamento das taxas de água serão criados três conselhos gestores, cada conselho responderá por 47 lotes (correspondente a 47 famílias) com o objetivo de gerenciar o pagamento das tarifas K1 e K2, isso porque a proposta da implantação da infra-estrutura de irrigação consiste em três estações de bombeamento, sendo que cada estação irá atender 47 lotes, o que facilitará o controle da gestão. No entanto, o INCRA irá dispor um técnico que ficará responsável pelo acompanhamento dos conselhos, em caso de inadimplência, o INCRA se comprometerá em assumir a responsabilidade para resolver esta questão.

No penúltimo parágrafo do Ofício nº 757 (em anexo), o Ministério condiciona a possibilidade do Estado da Paraíba atuar como garantidor do pagamento das tarifas de água, caso o compromisso não seja honrado pelo INCRA, item esse a ser incluso no Termo de Ajustamento de Conduto.

Portanto, solicitamos de Vossa Excelência se pronunciar a esse respeito no intuito de resolvermos a questão das Várzeas de Sousa.

Atenciosamente,


Antônio Ribeiro
Superintendente Regional
Portaria/INCRA/P/IN 169.23/07/2007

**ANEXO 6 – OFÍCIO AO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2008**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
Esplanada dos Ministérios Bloco "E" 9º andar - Gabinete
Brasília - DF - 70.067-901
(61) 3414-5828 / Fax: (61) 3414-5493 - www.integracao.gov.br

CURA-1
GAB-INT/2008-08
DATA: 11/11/08
FONE: 01 3411-7087/48

OFÍCIO N.º 257/SH/MI

Brasília, 04 de novembro de 2008.

A Sua Senhoria o Senhor
ROLF HACKBART
Presidente
Instituto Nacional de Colonização Agrícola
SBN, Ed. Palácio do Desenvolvimento, 18º andar
CEP: 70057-
Brasília, DF

Assunto: Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – Ofício nº 658/2008-P

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Senhoria, em resposta ao Ofício nº 658/2008-P, datado de 24 de outubro de 2008, tecemos abaixo os seguintes comentários:

- O Convênio nº 071/98 foi formalizado com o Estado da Paraíba para implantação do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa - PIVAS abrangendo uma área irrigada de aproximadamente 5.100 ha.
- Tendo em vista a intenção do Estado em ceder parte da área dos lotes empresariais ao INCRA (aproximadamente 998,75 ha), em 19 de junho de 2007 foi realizada reunião entre MI, Secretarias de Agricultura e da Infra-Estrutura do Estado e INCRA em que foram acordadas entre as partes:
 - a) que a cessão da área daria por meio de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta;
 - b) que ao MI caberia, como financiador do projeto de irrigação, apenas disponibilizar água para a área a ser cedida com a instalação de um único ponto de água na entrada da área;
 - c) que o INCRA se responsabilizaria pela instalação do hidrômetro naquele ponto, o qual ficaria sob a guarda do Distrito de Irrigação (organização de usuários que será responsável pela administração, manutenção e operação), pelo pagamento das tarifas de água (K1 e K2), pela implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum e parcelar interna da área a ser cedida.


INCRA
 Recebido na GAB
 Em 11/11/08
 ao P. CH
 P. CH

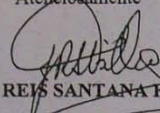
**ANEXO 6 – OFÍCIO AO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2008 (P. 02)**

d) Adicionalmente, a Consultoria Jurídica do MI condicionou a assinatura do TAC mediante a apresentação: i) pelo Estado, de estudo de impacto do não pagamento das tarifas correspondentes a área cedida, visto que a mesma equivale a 20% da projetada; ii) pelo INCRA, de planejamento para desenvolvimento da área a ser cedida.

Portanto, este Ministério intenciona assinar o Termo de Ajustamento de Conduta, desde que sejam cumpridos os itens acordados na reunião citada anteriormente, condicionando, para garantir a sustentabilidade do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa - PIVAS, que o Estado da Paraíba seja o garantidor do pagamento das tarifas de água, caso o compromisso não seja honrado pelo INCRA, item esse a ser incluso no Termo de Ajustamento de Conduta.

Esclarecemos que o PIVAS será regido pela Política Nacional de Irrigação, como também que a área a ser cedida corresponderá a um único usuário que será o próprio INCRA.

Atenciosamente


JOÃO REIS SANTANA FILHO
Secretário

ANEXO 7 – OFÍCIO DE RESPOSTA DA SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA AO INCRA

 **GOVERNO DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA
Gabinete do Secretário

Ofício nº 2034 / GS - GEI

João Pessoa, 09 de dezembro de 2008.

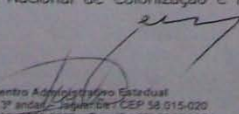
Senhor Superintendente,

Cumprimentando Vossa Senhoria, apresentamos o pronunciamento desta Secretaria com relação ao assunto tratado em vosso Ofício/INCRA/SR-18/G/Nº 1328/08, relativo à cessão de área irrigável no Perímetro Várzeas de Sousa para implantação de um assentamento do Incra.

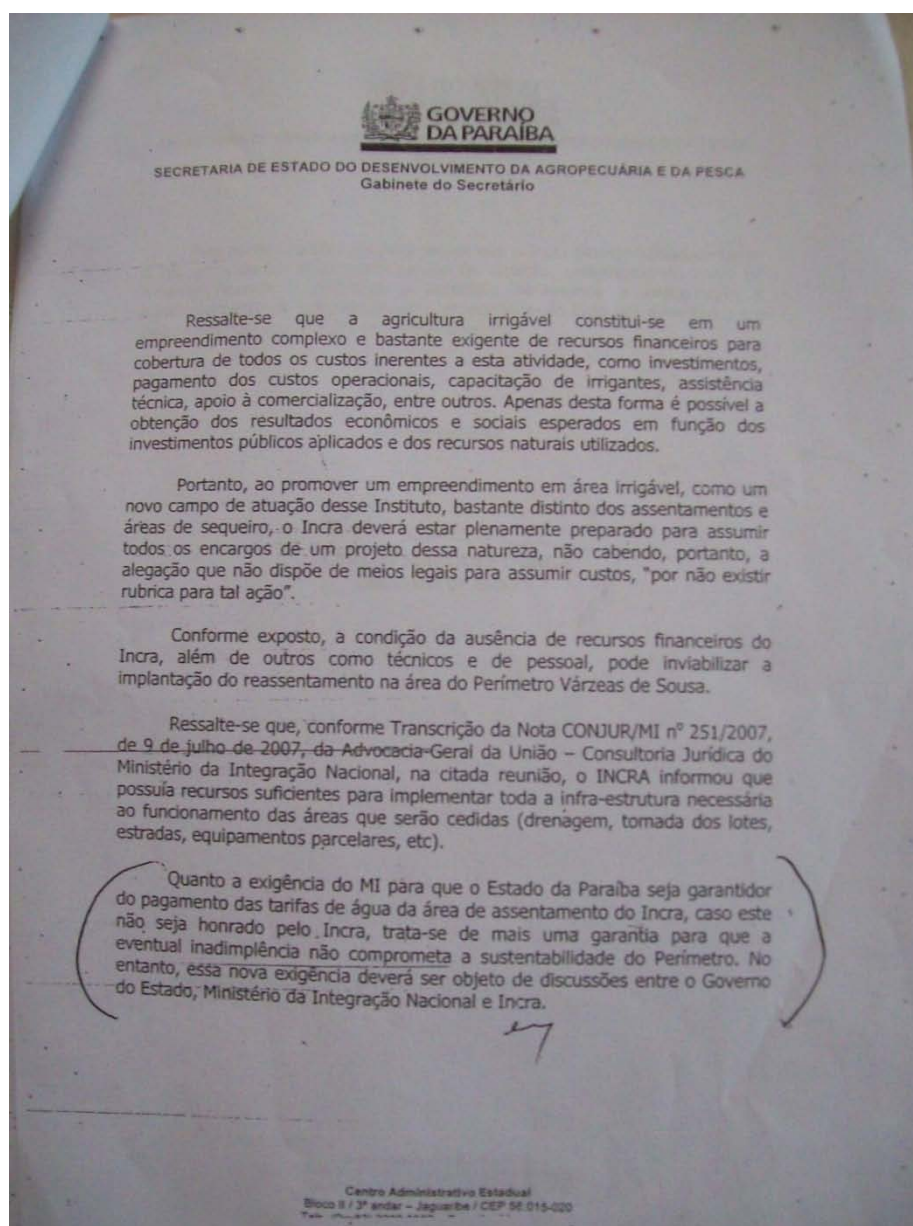
A obrigação do Incra se responsabilizar pelo pagamento das tarifas de água relativas à área cedida constitui-se em condição *sine qua non* para a cessão da área, conforme colocado pelo Ministério da Integração (MI) e Sedap desde o início das negociações para esse fim, como discutido da reunião realizada em 19/06/07. Na ocasião o Incra não manifestou qualquer entrave em relação a essa condição, o que possibilitou, por parte do MI e da Sedap, o seguimento das providências para cessão da área.

Essa imperiosa condição decorre do fato de se garantir a autonomia e sustentabilidade financeira da operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação do Perímetro, atributo essencial de um Perímetro Irrigado conforme determina a legislação de irrigação e a política do Governo Federal. Dessa forma, a amortização de investimentos públicos realizados e a totalidade dos custos de operação e manutenção devem ser pagos pelos usuários do Perímetro, através das tarifas de água K1 e K2, respectivamente. A eventual inadimplência dessas tarifas em uma área tão significativa, como é a prevista para o assentamento, comprometeria de sobremaneira o orçamento necessário ao custeio da adequada operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação, pondo em risco a sustentabilidade da infra-estrutura, de propriedade da União e, ainda, os investimentos realizados pelos demais usuários do Perímetro.

À Sua Senhoria o Senhor
ANTONIO RIBEIRO
Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na Paraíba
NESTA _____


Centro Administrativo Estadual
Bloco II / 3º andar - Super Bloco CEP 58.015-020
Tele. (0xx33) 3222.3367 - Fax: (0xx33) 3222.3308

ANEXO 7 – OFÍCIO DE RESPOSTA DA SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA AO INCRA (P. 02)



**ANEXO 7 – OFÍCIO DE RESPOSTA DA SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO
DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA AO INCRA (P. 03)**

